

Caderno de **70** O Estandarte

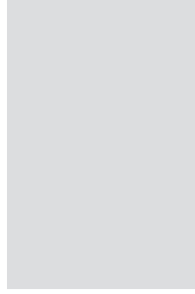
IGREJA
PRESBITERIANA
INDEPENDENTE

ISSN 1980-9778



ECOS DO CENTENÁRIO 2





ECOS DO
CENTENÁRIO II



APRESENTAÇÃO

Rev. Eduardo Galasso Faria

Com este *Caderno nº 10 - Ecos do Centenário 2*, os assinantes de *O Estandarte* recebem gratuitamente mais informações e reflexões sobre a história da IPI do Brasil e sua caminhada evangelizadora. Este material também é fruto do esforço e planejamento feitos há alguns anos, durante os preparativos das comemorações do centenário, que teve como objetivo recuperar, analisar e aprender com a vida da Igreja Nacional no século XX.

O texto do Rev. Jonas Furtado do Nascimento sobre “A IPI no Centro-Oeste e Amazônia – implantação, sobrevivência e expansão” faz um levantamento, a partir de escritos de época e entrevistas, do empenho da igreja, seus líderes e personagens que, com visão, se dedicaram, com esforço incomum e sonhador, para que o “coração do Brasil”, especialmente sob o impacto da construção de Brasília na década de 50, orientasse a caminhada da igreja em sua missão de anunciar o evangelho. Vale a pena conhecer os passos de pioneiros do Rev. Ryoshi Iizuka e de outros que se embrenharam pelos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Tocantins e Distrito Federal, bem como pelo Amazonas, Pará e Rondônia.

E, para a visão de um período mais próximo na vida da igreja e sua administração, temos o escrito do Rev. Éber Silveira Lima – “A IPI e os anos mais recentes: avanços e recuos (1986-1999)”, que abrange os mandatos dos presidentes do período e suas circunstâncias: Revs. Abival Pires da Silveira, Assir Pereira e Mathias Quintela de Souza. Amante do relato histórico, ele entende que, apesar dos perigos, não podemos esperar muito tempo para nos debruçar sobre o que tem acontecido, a fim de se fazer um exercício de compreensão crítica dos fatos, inclu-

sive por aqueles que deles participaram. Outra ênfase na sua metodologia de trabalho é descrever os fatos em consonância com o relato dos principais acontecimentos históricos nacionais e internacionais, sabendo de seus reflexos sobre o jornadar da Igreja de Cristo.

Entendemos que uma análise cuidadosa do caminhar da igreja, seja no passado ou em um tempo mais recente, pode ser um exercício desafiador para os leitores. Por meio dela, todos são convidados a ter uma participação mais criativa e dialogal, dentro do objetivo maior da igreja que é a sua missão como serva de Jesus Cristo na terra.

A todos, pois, uma boa leitura. Que o Espírito de amor, justiça e paz venha sobre nós e o nosso mundo.

O Rev. Eduardo é professor do Seminário Teológico de São Paulo e coordena a edição dos Cadernos de O Estandarte



SUMÁRIO

	Apresentação	3
1	A IPI do Brasil no Centro-Oeste e Amazônia: implantação, sobrevivência e expansão <i>Rev. Jonas Furtado do Nascimento</i>	7
2	A IPI do Brasil e os anos mais recentes: avanços e recuos (1986-1999) <i>Rev. Éber Ferreira Silveira Lima</i>	48



Rev. Ryoshi ao lado do Príncipe do Japão, Takahito Mikasa, da Princesa, e do Presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, em Brasília

1

A IPI DO BRASIL NO CENTRO-OESTE E AMAZÔNIA: IMPLANTAÇÃO, SOBREVIVÊNCIA E EXPANSÃO

Rev. Jonas Furtado do Nascimento

A “igrejinha dos milagres” nasceu com o propósito de evangelizar. O Brasil de 1903 era pequeno em termos do território explorado e população, mas, a partir de então, tivemos avanços significativos para terras desconhecidas ou pouco exploradas. O resultado foi a marcha para o interior, “o sertão”.

A IPI acompanhou ou, pelo menos, tentou acompanhar esta interiorização. Nosso texto tem o objetivo de compreender a história do avanço na Amazônia e no Centro-Oeste brasileiro. Relataremos a história da IPI nos estados do Centro-Oeste (Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Tocantins, além do Distrito Federal) mais a Amazônia (com os estados do Amazonas, Pará e Rondônia).

1) GOIÁS: A IPI DO CORAÇÃO DO BRASIL

A IPI tem presença no estado de Goiás desde o início de sua organização eclesiástica. Antes do movimento de 1903, o presbiterianismo era atuante em terras goianas. Por ali andou o Rev. Caetano Nogueira Júnior, o “evangelista dos sertões”. A IPI mais antiga do Centro-Oeste é a de Luziânia, organizada em 16/7/1893. O nome da cidade era Santa Luzia de Goiás, dos tempos coloniais, tendo sido lugar de mineração. Aí foi organizada a igreja² com 79 membros adultos e 50

¹ O Estandarte, 30/6/1893; 9/9/1893.

² O nome dado quando da organização foi Igreja Evangélica Presbiteriana.

crianças.

Após o ocorrido em São Paulo na noite de 31 de julho para 1º de agosto de 1903, igrejas foram aderindo ao movimento e Santa Luzia de Goiás foi uma delas, tendo aderido em 24/9/1903. Esta igreja do sertão goiano se tornou a primeira Igreja Presbiteriana Independente do Centro-Oeste. Em nota enviada a *O Estandarte*, o Presb. Philemon Fénélon Meirelles escreveu o seguinte: “Encorajado pelo poder invisível do Rei dos reis e Senhor dos senhores, venho saudar-vos e abraçar-vos como irmãos e companheiros na luta contra as trevas”. Comunicou também o desligamento da Igreja Evangélica de Santa Luzia e das congregações do Retiro e Descoberto, do Sínodo Presbiteriano, bem como a sua adesão à Igreja Independente³.

Eram grandes as dificuldades de assistência pastoral. Os primeiros obreiros moravam em São Paulo e enfrentavam verdadeiras aventuras a fim de atendê-los, em viagens esporádicas, quando permaneciam meses fora de suas residências e incomunicáveis. O Rev. Álvaro Reis relata que, para viajar até Goiás, ele e o Rev. Caetano Nogueira Júnior saíram de São João da Boa Vista, SP, indo pernoitar em Ribeirão Preto, SP, e arremata: “Chegamos a Ribeirão Preto fatigadíssimos, com os balanços dos vagões da Mogyana. Imagine-se uma pobre criatura, a balançar-se em um assento de palhinha para direita, para esquerda, para diante e para traz, quase se asfixiando com o pó, e quase cozida com o calor, um dia todo!” E esta foi certamente a melhor parte da viagem. Depois de atravessarem Minas e deixarem o trem, continuaram a jornada em lombo de animal.

Com o pequeno número de obreiros e dificuldades financeiras, a assistência pastoral era esporádica. Os pastores tinham a seu cargo um campo vasto compreendendo igrejas, congregações e pontos de pregação. Só no final da década de 20, encontramos registro do primeiro obreiro residindo em Goiás, o Rev. José Antônio de Campos. Então, passamos a notar a designação “campo de Goiás”, que compreendia Anápolis, Retiro, Descoberto e Santa Luzia. Goiás era campo do Presbitério do Oeste.

Em reunião de 28/1/1929, o Presbitério do Oeste colocou o provisionado Eliel Martins para trabalhar no campo de Goiás, passando a residir em Anápolis. O fato de poder contar com obreiros residentes foi saudado com euforia pelos crentes desse Estado. O correspondente de *O Estandarte* teceu comentários como o seguinte: “Vamos dar hoje uma notícia da igreja de Anápolis. O Evangelho aqui

³ O Estandarte, 15/10/1903.

tem progredido maravilhosamente. Desde que chegou aqui, para tomar conta do trabalho, o Rev. Eliel Martins⁴ despertou em cada membro da igreja amor para com a causa do Mestre. Atualmente o trabalho é promissor. Nos arredores da cidade há muitas famílias que estão esperando a primeira oportunidade para professarem; para isso já o nosso pastor as vem desde outubro preparando”.⁵

Neste período, a escola dominical da IPI de Anápolis contava com 80 alunos matriculados, com estatutos elaborados para o seu bom funcionamento. Havia a preocupação de preparar liderança. Havia uma confiança no ensino, firmada na boa herança protestante e na crença de que os filhos da igreja, sendo bem preparados, não a abandonariam.

Eram grandes as dificuldades de assistência pastoral. Os primeiros obreiros moravam em São Paulo e enfrentavam verdadeiras aventuras a fim de atendê-los, em viagens esporádicas, quando permaneciam meses fora de suas residências e icomunicáveis



Reunião do Presbitério em Jataí, Go - Janeiro de 1962

⁴ Não encontramos o registro da ordenação desse irmão. Convém reconhecer, no entanto, que tal deve ter ocorrido neste ínterim, pela mudança no tratamento de “provisionado” para Reverendo. O provisionado foi figura bastante presente neste período da história da IPI do Brasil. Era um obreiro leigo, colocado à frente de um campo para auxiliar o pastor. Muitos deles foram ordenados posteriormente.

⁵ O Estandarte, 22/5/1930.

Muitos trabalhos da igreja protestante tiveram início com uma escola dominical.

Nesta fase de implantação, a atuação da IPI em Goiás alternou períodos de euforia com momentos de crise e desânimo. O contexto das igrejas era a zona rural. Muitas famílias moravam em fazendas, onde se faziam animadas reuniões e se ergueram templos de razoáveis dimensões, bastante freqüentados. Foram muitas as dificuldades encontradas para o desenvolvimento do trabalho, sendo necessário um período razoável para sair da fase de implantação para a fase de desenvolvimento.

Num dos relatórios sobre o campo de Goiás⁶, Eliel Martins relata que as igrejas contavam “com mais de 40 anos de organização”. Assim, embora antigo, o trabalho ainda estava para ser implantado. Contava, até o ano de 1931, com 4 igrejas organizadas, 7 congregações, 6 pontos de preparação, 600 alunos em escolas dominicais, 433 membros comungantes, 371 menores, num total de 804.

O autor do citado relatório dá as seguintes informações sobre Santa Luzia:



Ao centro, Revs. Silas Silveira e Ryoshi Iizuka

⁶ O Estandarte, 23/4/1931.

havia 3 igrejas, a população era de 16 mil habitantes num território de 10 mil quilômetros quadrados. Os meios de transporte eram precários e as vias de comunicação, diminutas. O povo sofria, às vezes, com a falta de víveres. Com relação à educação, exclama: “Instrução é um sonho. São analfabetos 90%.” A saúde era outra preocupação. Doenças, como a malária, dizimavam milhares por ano. A preocupação era a de que o evangelho respondesse ao difícil contexto: “Temos procurado levantar o ânimo dos crentes, ensinando-os a enviar os males físicos, tornando-se independentes e progressistas”. Estava, pois, presente a preocupação com um evangelho integral, holístico, em uma situação adversa.

■ VASTO CAMPO E POUCOS OBREIROS

A dificuldade para o desenvolvimento do trabalho era a vastidão do campo goiano, com poucos os obreiros. O pastor ou obreiro provisionado tinha como campo todas as igrejas e congregações do Estado de Goiás. Aos poucos, o trabalho em Goiás foi se desenvolvendo em duas frentes. Uma era o pioneiro centro-sul, que compreendia Santa Luzia, Descoberto, Anápolis (a antiga Bonfim), Vianópolis e outros pontos adjacentes. Outra era o oeste goiano, compreendendo Jataí e adjacências onde, já em 1928, o Rev. José Antônio de Campos empreendeu sua segunda viagem, longa e penosa. Jataí estava “nas divisas de Goiás e Mato Grosso, em pleno centro dos sertões do Brasil”. Era vasto o campo e necessitava de mais um trabalhador, mas como tê-lo em um tempo de crise? Como escreveu Eliel Martins, “para um só tomar conta de um rebanho espalhado num território de 30 mil quilômetros quadrados é muito difícil”.

A colaboração entre as igrejas evangélicas é nota importante para a história da IPI no Centro-Oeste e Amazônia. Os hospitais evangélicos de Goiás, em Anápolis e Rio Verde, e a Missão Caiuá, entre os índios no Mato Grosso do Sul, são exemplos de como teríamos maior força se fôssemos mais unidos. Esta colaboração se deu também no terreno da assistência direta às igrejas ou congregações. Em 1930, o Presbitério d’Oeste deliberou aceitar a colaboração da South Brazil Mission na congregação de Jataí. O Rev. R. F. Lenington escreveu carta ao concílio oferecendo os serviços do Rev. A. C. Salley, o qual incumbiu a Comissão de Superintendência de “agradecer esta generosidade, determinar as atribuições do referido missionário e receber-lhe os relatórios pastorais”⁷.

Outra importante colaboração ocorreu entre a IPI e a Igreja Cristã Evangélica, que tinha presença significativa no Estado de Goiás. Era neste estado que ela realizava suas grandes convenções. O Rev. Paulo Rabelo, designado pelo Presbitério d’Oeste para visitar o campo de Goiás, relata que participou de uma convenção

Mesmo em meio às dificuldades, a história da IPI em Goiás pode e deve ser vista como uma bela página escrita por homens e mulheres que abraçaram a fé em Jesus Cristo com entusiasmo.

da citada igreja, tendo pregado para os convencionais três vezes. Sobre a acolhida, ele diz: “Bem recebido pelos ministros presentes, percebo logo que em mim procuram também honrar a Igreja Presbiteriana Independente Brasileira”. Um pastor da Igreja Cristã Evangélica recebeu para a Igreja Independente “cento e

tantas profissões de fé”.⁸

Mesmo em meio às dificuldades, a história da IPI em Goiás pode e deve ser vista como uma bela página escrita por homens e mulheres que abraçaram a fé em Jesus Cristo com entusiasmo. A IPI contou com a participação importante de obreiros ordenados, embora se deva observar que, na expansão da igreja, o ator principal foi o elemento leigo, como aconteceu em todo o protestantismo brasileiro. Os próprios pastores falam do trabalho desses irmãos: os Meireles, os Bueno, os Lobo, entre outros... Foram famílias que fizeram a nossa história! O Rev. Antonio Gouvêa Mendonça afirma que “o protestantismo no Brasil organizou-se e cresceu sob o primado do leigo”⁹.

Devemos registrar a participação da mulher que, em meio a muitas dificuldades, participava da formação de igreja nos sertões do Brasil. Paulo Rabelo destacava: “A goiana, pode-se dizer, carrega com mais da metade do peso da casa: cozinha, lava, tece e costura. A faina maior é a do algodão: trabalham no descaroçador, raspam de arrepio os cardadores, rodopiam as rocas e giram os fusos, envelam-se os fios tingidos e, nos teares, a tecedora de nus, o busto recoberto apenas pela camisa de baixo, ocupa-se primeiramente com a urdidura dos fios para depois entregar-se à tecedura dos mesmos, o que consegue, antes de mover o tear com as tábuas de pé, fazendo correr por um determinado lugar a trama ou o fio, reunido em novelo e posto dentro de engraçadinhas canoas de madeira, nas quais os destros impulsos da sertaneja operária, correm ligeiras ...”¹⁰

Esta mesma mulher está presente na implantação e no desenvolvimento da IPI na região, sendo exemplo de entusiasmo e dedicação. No início de ministério em Goiás, o provisionado Nicola Aversari escrevia: “Vimos mulheres, que moram

⁷ O Estandarte, 13/2/1930.

⁸ O Estandarte, 17 e 24/12/1931.

⁹ MENDONÇA, Antonio Gouvêa e VELASQUES FILHO, Prócoro. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. S.Paulo: Edições Loyola, 1990.

¹⁰ O Estandarte, 18/3/1932.

a uma légua de distância do templo, chegarem de noite com seus filhos e suas lâmpadas, para assistirem ao culto e depois voltarem outra vez para suas casas”.¹¹ Este período coincide com o início da ordenação de mulheres ao diaconato na IPI do Brasil.

■ EDUARDO PEREIRA DE MAGALHÃES

A Igreja de Anápolis teve o privilégio de contar, dentre seus membros fundadores, com a figura do Dr. Carlos Pereira de Magalhães. Ao lado de sua esposa, a Profa. Gertrudes de Barros Magalhães, abria a porta de seu lar para receber os pastores que chegavam para o trabalho naquela cidade. O Dr. Carlos era filho do Rev. Eduardo Carlos Pereira e pai do Rev. Eduardo Pereira de Magalhães, o “Eduardinho”. Era “advogado, homem culto, possuidor de duas fazendas ricas e enormes no Estado, conceituado professor do Liceu, e crente operoso que desdobra sua atividade no púlpito e na imprensa, eis aqui o rei a quem, custe o que custar, o clero se esforça para por em cheque”¹².

Outro segmento destacado na história da IPI em Goiás foi o dos jovens. Entre os grandes líderes dos jovens da IPI do Brasil e de toda a igreja protestante brasileira está Eduardo Pereira Magalhães. Anápolis era campo de sua pregação, onde residia sua família. Por volta de 1934, o Sínodo, por sua influência, resolveu criar uma “Secretaria da Mocidade”, encarregada de promover a organização da mocidade da IPI e estimulá-la ao trabalho. Por unanimidade, ele foi o escolhido para ocupar o cargo de secretário geral. Trabalhou em Anápolis, atendendo todo o campo de Goiás, enquanto licenciado. Depois de ordenado, fixou residência em Bebedouro, SP, de onde continuou responsável pelo campo de Goiás. Em 1934, realizou uma grande e, segundo ele próprio, “atarefadíssima e sobrecarregada” viagem a este Estado, organizando várias sociedades de moços. Até então, apenas Anápolis a tinha organizada. Novas sociedades foram organizadas nas igrejas de Vianópolis, Santa Luzia e Descoberto, o que gerou muito entusiasmo: “A mocidade, entusiasmada, ficou firme e desejosa de empreender grandes trabalhos ... Esperamos que este departamento venha trazer muitas bênçãos sobre o campo goiano”.¹³

¹¹ O Estandarte, 11/11/1934.

¹² O Estandarte, 10/6/1932 (relato assinado pelo Rev. Paulo Rabelo)

¹³ O Estandarte, 11/6/1934

Se considerarmos a existência de pessoas com capacidade de liderança como um critério para a consolidação de uma comunidade cristã, diríamos que tal fator ocorreu cedo em Goiás. Ali tivemos os processos de implantação, desenvolvimento e expansão ocorrendo a um só tempo, com os concílios preocupados com obreiros e igrejas organizadas, mas sempre na perspectiva de abrir novos campos e atender a cada notícia de existência de pessoas interessadas no evangelho.

Contudo, um fator importante impediu a desejada consolidação de maneira satisfatória: a falta de recursos e obreiros. Se os poucos recursos não podiam sustentar obreiros, por outro lado havia poucos obreiros disponíveis dispostos a enfrentar as agruras do sertão. De fato, não encontramos obreiros suficientes para os desafios da expansão da IPI do Brasil. Algumas pessoas, porém, marcaram época servindo nesta vasta região.

■ REV. NICOLA AVERSARI

Um dos atores importantes da história da IPI em Goiás foi o Rev. Nicola Aversari. Houve um ciclo ou período aversariano. Ao lado do Rev. Lutero Cintra Damião, idealizou a organização da Junta de Missões da IPI do Brasil. Nascido a 3/3/1900, em Vargem Grande, SP, foi provisionado em Campinas, pelo Presbitério d'Oeste, em 1º/3/1934 e ordenado ministro, em Jacutinga, em 14/2/1937. Casado com Leontina de Oliveira Aversari, tiveram 4 filhos: Ruben, Eliú, Ismael e Débora.

Nicola Aversari chegou a Anápolis em 26/3/1934 como provisionado do Presbitério d'Oeste. Suas primeiras impressões da cidade e da igreja foram as melhores: “Esta igreja é numerosa e possui um templo grande que muito freqüentemente temos visto repleto de ouvintes. Muitas pessoas estranhas ao nosso credo assistem às reuniões”.¹⁴ Para ele, a igreja estava bem estruturada, com Sociedade de Jovens e Senhoras.

O campo do Rev. Nicola não foi apenas Anápolis, com suas 2 congregações e 9 pontos de pregação. Tinha outras cidades com igrejas, congregações e pontos de pregação. Procurava atender a todas, além de pregar em praça pública, enfrentar a indiferença das autoridades e a oposição velada e, às vezes, não muito velada do clero católico.

As igrejas manifestavam profunda satisfação com o ministério de Nicola Aversari, primeiro como evangelista e depois como provisionado. Escreveu José Lobo, de Vianópolis: “O campo de Goiás, especialmente esta igreja, está de para-

¹⁴ O Estandarte, 11/9/1934.

¹⁵ O Estandarte, 1º/5/1936.

¹⁶ O Estandarte, 31/7/1945.

béns por lhe ter sido dado o privilégio de ter à frente de seu trabalho, mais este ano, o piedoso evangelista Nicola Aversari, por quem as igrejas do campo têm muitíssima simpatia. Esse evangelista não tem poupado esforços nem medido dificuldades para dirigir, mui atenciosamente, o seu valioso trabalho em nossas igrejas. Tem, às vezes, tardado um pouco nas suas visitas; todavia, é porque o seu campo é vastíssimo e mui dificultosas são as viagens a algumas igrejas”.¹⁵

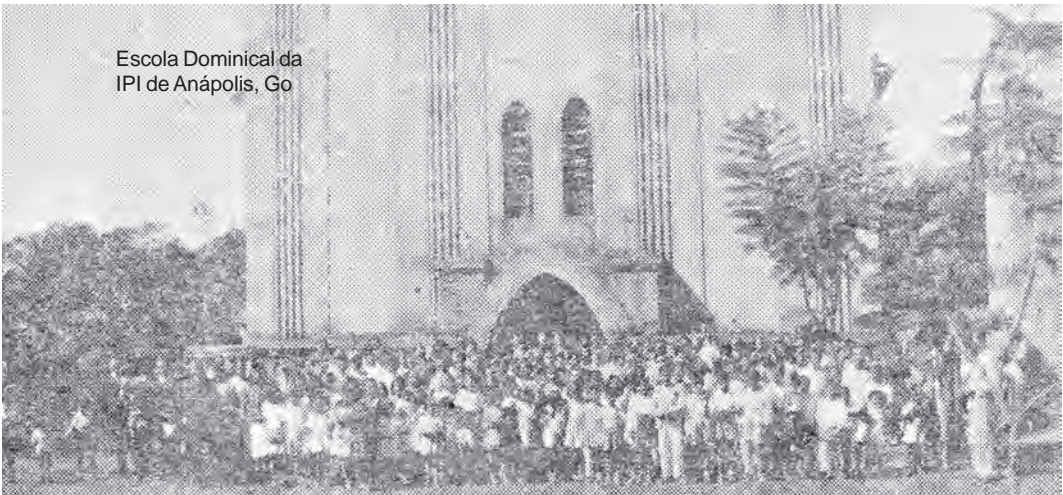


Rev. Nicola Aversari

Em 1945, Carlos René Egg, então secretário executivo da CERAL (Comissão de Educação Religiosa e Atividades Leigas) visitou Goiás e, posteriormente, produziu uma série de artigos para *O Estandarte* denominada “Goiás – o coração do Brasil”. Expressou felicidade por ter tido a oportunidade de visitar a região. Segundo suas palavras, Goiás era chamado de coração do Brasil pela sua forma geográfica, posição central e também pela sua incalculável riqueza. Durante 40 dias, ele registrou que teve a “felicidade de visitar todas as igrejas e congregações presbiterianas independentes naquele vasto campo, que está há 11 anos aos cuidados pastorais do Rev. Nicola Aversari”.¹⁶

Segundo Carlos René Egg, Goiás era o campo mais difícil da IPI, acrescentando: “Não é sem razão que o Rev. Nicola Aversari, tipo de verdadeiro missionário consagrado, vive em precárias condições de saúde e sob constantes cuidados médicos. Há 11 anos, o nosso caro irmão viaja pelos sertões de Goiás, ensinando, pregando, organizando, dando sensível impulso ao trabalho Independente ali”. Cerca de 17 anos durou o trabalho deste homem de Deus em Goiás. Sua influência e legado ficarão para sempre como marca do presbiterianismo independente no Estado.

Escola Dominical da
IPI de Anápolis, Go



■ REV. RYOSHI IIZUKA

Outro vulto importante em terras goianas é o Rev. Ryoshi Iizuka. Ele e o Rev. Nicola Aversari foram importantes para o despertar missionário da IPI do Brasil como um todo. Os dois presidiram a Junta de Missões. O Rev. Ryoshi foi o grande responsável pela ampliação da visão missionária da igreja, especialmente na marcha para o Mato Grosso, Rondônia e Norte de Goiás (hoje, Tocantins e Pará).

Ryoshi Iizuka nasceu em Tóquio, Japão, em 15/8/1915. Seus pais pertenciam à Igreja Congregacional. No Japão, realizou estudos primários e secundários tendo seu pai como professor de Biologia e o príncipe Mikassa, irmão do Imperador Hiroito como colega de estudos. Em 1933, formou-se pela Escola de Agricultura de Tóquio. Chegou ao Brasil em 29/8/1933. Fixou residência na capital paulista. Foi aluno do Instituto Prático de Agricultura de São Paulo e fez estudos pré-teológicos no Instituto José Manoel da Conceição, de 1938 a 1940. Em 1941, foi aluno de teologia da Igreja Metodista e, em 1942, cursou a Faculdade de Teologia da IPI do Brasil. Mesmo sendo filho de pais crentes, sua conversão se deu depois de sua chegada ao Brasil, por influência de um colega. Passou cinco noites em oração, até que teve a certeza de que todos os seus pecados estavam perdoados. Fez sua profissão de fé em 25/12/1936 na Igreja Metodista do Brasil, perante o Rev. Seichi Shimizu. Foi provisionado pelo Presbitério d'Oeste em Jacutinga, em 17/2/



Rev. Ryoshi pregando na consagração do templo do Distrito Federal

1946, sendo ordenado pelo mesmo concílio em Muzambinho, em 18/1/1948. Fez-lhe a parênese o Rev. Orlando Ferraz.¹⁷ No dia 22/2/1941, casou-se com Angelita Oppermann Iizuka. Izabel Sawa, Jacy Angelita e Maria Gláucia são as suas filhas.¹⁸

Em 1946-47, Ryoshi trabalhou como auxiliar do Rev. Nicola Aversari, residindo em Vianópolis. Começou a marcar o chão goiano com um estilo todo especial de ministério, voltado para atender, preferencialmente, as comunidades rurais, com uma visão do evangelho que não fica a dever às modernas discussões sobre o evangelho integral. Da sua formação nas questões ligadas à produção agrícola nasceu a preocupação com a produção para o sustento das famílias. A preocupação com saúde, educação e produção de alimentos será constante no ministério do Rev. Ryoshi Iizuka. Organizou a Escola Agrícola Evangélica do Oeste, em Luziânia. Por volta de 1952, já contava com a colaboração do irmão, amigo e vizinho Presb. Gérson José Bueno, uma amizade que renderia frutos missionários em Rondônia.

Da preocupação com a saúde, surgiu a Associação Evangélica de Auxílio Mútuo, que visava dar os primeiros socorros ao sertanejo que morava distante dos recursos médicos. Ali, havia depósito de remédios de emergência comprados com o dinheiro arrecadado dos sócios ou doados por profissionais médicos. O Rev. Ryoshi se regozijava com o que era possível fazer com apoio no campo missionário: “Isto é demonstração de que, mesmo de longe, se pode fazer muito em favor dos que sofrem”.

Ryoshi já desenvolvia todo um pensamento de visão diaconal para a igreja. Dizia que as mesas diaconais precisavam entender qual era sua esfera de ação. Citava como exemplo a Congregação de Mandioc, onde a chamada “Lavoura de Deus”, que o Rev. Nicola Aversari deixou começada, havia levantado recursos financeiros para o uso local, atendendo os irmãos em necessidade. Nesta mesma linha, lamentava que “a maior parte do recurso financeiro das igrejas é gasto em construções de templos e vencimentos pastorais, como se não houvesse irmãos em apuros”.

Em valioso artigo publicado em O Estandarte, o Rev. Ruy Anacleto defendeu a idéia de que “o binômio pastor- missionário se fundiam na vida e ministério de Ryoshi Iizuka”. Anacleto diz que deu o título “Ryoshi Iizuka, o pastor missionário” de maneira proposital. Segundo ele, costuma-se distinguir estes termos.

¹⁷ O Estandarte, 31/7/1949 (resumos biográficos escritos pelo Rev. Luthero Cintra Damião).

¹⁸ Informações biográficas de 1949.



Rev. Ryoshi

Pastor é o que enfrenta a rotina em igrejas locais; missionário é o que realiza trabalho novo em lugares distantes. Às vezes, valoriza-se mais um que o outro. Ryoshi fundiu-os num só. Deu-lhes também dimensão ampla: pregou, ensinou, foi enfermeiro, parteiro, professor, viajante e, sobretudo, orientador de vidas. Di-

ante da questão: o que teria feito do “japonês” o padrão do missionário brasileiro? Ruy Anacleto responde propondo três pontos.

O primeiro foi “a capacidade de sentir”. O Rev. Ryoshi demonstrava esta sensibilidade com a natureza à sua volta, com uma boa leitura e, principalmente, com o povo com o qual convivia. O segundo ponto foi a “capacidade de identificação”. Ele assimilou completamente a cultura brasileira. Identificou-se com o meio físico, étnico, social e cultural brasileiro de todo o coração. Finalmente, o terceiro ponto foi o seu “profundo sentimento cristão”, esse intenso amor que levava à perfeita identificação com o próximo e o fazia também indignar-se com desvios da atuação da igreja desse amor. Seu desejo era ver um presbiterianismo afinado com os anseios do povo goiano e brasileiro.¹⁹

Anápolis, Bom Jardim, Nerópolis, Vianópolis, Retiro, Indaiá, Mandiocal, Mato Grande, Descoberto, Pontezinha, Luziânia (antiga Santa Luzia), Campeira, Jataí, Serranópolis entre outros, são lugares onde a IPI marcou presença nesta fase, que vai do início em 1903 até o final da década de 50. O trabalho nesta fase estava dividido em duas partes: a primeira no centro-sul, com a maioria das igrejas e congregações; e a segunda no sudoeste, considerado campo missionário do Presbitério d’Oeste, com destaque para a igreja de Campeira e a congregação de Jataí. Por volta de 1945, eram 1.409 membros, sendo 652 comungantes e 757 menores.

A maioria das igrejas e congregações possuía características rurais. Anápolis era a exceção, com um pujante templo e características mais urbanas. As viagens eram longas e poucos os obreiros. A partir de 1948, com a ordenação do Rev. Ryoshi Iizuka, o campo foi dividido. Como exemplo dessa realidade, podemos

¹⁹ Artigo publicado em O Estandarte, agosto de 1996.

citar a Igreja de Campeira, no sudeste goiano, quase divisa com Mato Grosso. Campeira era uma fazenda localizada às margens de um riacho do mesmo nome, na região da Serra do Cafezal. Formada por crentes oriundos de São

Paulo que se embrenharam no sertão de Goiás, encabeçada por um crente chamado Simeão Castelo Branco, organizaram-se como IPI mesmo isolados do restante do rebanho da denominação.

Esta igreja serve como símbolo de fidelidade doutrinária, uma das características das igrejas goianas. Mesmo recebendo grande colaboração de missionários de outras denominações, estes crentes conservaram a marca da IPI do Brasil. Quando da organização em igreja, em 26/6/1938, o Rev. Eduardo Pereira de Magalhães, que presidiu a sessão de organização, exclamou: “Viva para sempre a Igreja Presbiteriana Independente! Está organizada mais uma parte viva de seu corpo, lá nas fronteiras de Goiás com o Estado de Mato Grosso”. Esta igreja, depois, mudou a sua sede para Jataí. Outros membros também foram responsáveis pelo início da Congregação de Cassilândia, MT. Outros pastores que contribuíram para a obra nesta localidade foram os Revs. Melanias Lange, Silas Dias, Ruy Anacleto, Ryoshi Iizuka, Carlos Caetano Monteiro e José Inocêncio de Lima.

Carlos René Egg destacou que “a influência da Igreja Evangélica em Goiás é poderosa, graças aos dois grandes hospitais, um em Anápolis e outro em Rio Verde, ambos com Escola de Enfermagem e genuinamente evangélica.” A IPI colaborou com estas instituições e delas também recebeu apoio. A colaboração foi mais com o Hospital de Anápolis, onde os pastores prestavam assistência espiritual aos enfermos e apoiavam os médicos. O Rev. Nicola Aversari foi capelão durante muitos anos. A contrapartida foi marcante. Em Anápolis, o Dr. James Frastone, médico e missionário da Igreja Cristã, muito contribuiu com pastores independentes. Em Rio Verde, Helena e Donald Gordon contribuíram recebendo obreiros, fazendo palestras e ensinando nos encontros da Igreja Independente.

Destacou Carlos René Egg: “A obra evangélica em Goiás é obra de fé, de coragem e desprendimento de muitos servos de Deus, que não mediram sacrifícios, mas puseram-se nas mãos do Senhor incondicionalmente. Muitos dos veteranos da Igreja Independente fizeram viagens especiais missionárias aos sertões de

Carlos René Egg destacou que “a influência da Igreja Evangélica em Goiás é poderosa, graças aos dois grandes hospitais, um em Anápolis e outro em Rio Verde, ambos com Escola de Enfermagem e genuinamente evangélica.”



Rev. Ryoshi com ovelhas no interior de Goiás

Goiás. Outros ali foram como pastores, permitindo assim a consolidação da obra, feita pelo Rev. Nicola Aversari”.²⁰

Podemos classificar este período como sendo o da consolidação do trabalho da IPI no coração do Brasil. Carlos René Egg concluiu: “Lentamente, mas com firmeza e com auxílio de Deus, o trabalho independente vai ganhando terreno em direção ao seu grande alvo, que é a conquista de almas para Cristo, em território goiano”.²¹

■ BRASÍLIA

Um dos momentos da expansão da IPI na região ocorreu com a mudança da capital federal para o Planalto Central. Este fenômeno mexeu com os presbiterianos independentes. Em 1948, encontramos o Rev. Nicola Aversari refletindo sobre esta expansão: “Este Estado, que tem passado por acentuadas melhoras com a abertura de estradas, com a organização da Colônia Agrícola Federal e com a abertura de várias escolas, avança para o progresso; o evangelho encontra desse modo, novas oportunidades para expandir-se por toda parte com mais facilidade. Ultimamente muito se tem falado sobre a mudança da capital federal para este Estado e o General Gaspar Dutra é aqui esperado para uma visita ao planalto

²⁰ O Estandarte, 31/7/1945.

central em breve. Várias comissões de técnicos do governo federal têm estado nestes últimos tempos no Quadrilátero Cruls, em visitas e estudos especiais, o que faz crer que o atual governo da República está interessado nesse velho plano da mudança da Capital do Brasil, para o centro geográfico do nosso país.”²²

Toda esta questão aguçou o coração do experimentado obreiro e dos crentes em geral. Este plano da mudança da capital trouxe uma febre de progresso, especialmente, para o Estado de Goiás. Como deveria estar a Igreja Independente neste contexto todo? Para os fiéis daquela época só havia uma resposta: a igreja tinha de se envolver; era o momento de oportunidades para o desenvolvimento!

Será que houve, de fato, este envolvimento? Como se verificou a implantação da IPI do Brasil na nova capital?

No final da década de 50, Brasília era um imenso canteiro de obras. Afluiu grande quantidade de pessoas, oriundas das diferentes partes do país e entusiasmadas com a perspectiva de uma vida melhor. Nunca o sonho do progresso tinha sido propalado com tanta força em nosso país. Tudo isso desafiava a Igreja Independente. O Rev. Ryoshi Iizuka escrevia em tom de exclamação: “É espantoso o progresso de Brasília! Há um ano eram poucas mil pessoas que ali viviam. Hoje são 28.000 habitantes, população cosmopolita a bem dizer”.²³

O Rev. Ryoshi, morando em Luziânia, deu assistência ao primeiro núcleo de presbiterianos independentes em Brasília. Relatou a existência de trabalhos regulares em 1958, com escola dominical e culto, com 5 membros professores. A congregação era visitada pelo obreiro uma vez por mês. Segundo Iizuka, as obras de construção da capital expandiam-se por todos os lados, dificultando o atendimento aos irmãos que trabalhavam espalhados: “Preciso decididamente de um bom jipe para estar à altura da exigência das responsabilidades”.²⁴

Brasília foi considerada como o voltar dos olhos da Pátria para as vastidões do seu interior. *O Estandarte* registrava palavras do presidente Juscelino Kubitschek, tais como: “Brasília é o símbolo da redenção da Pátria (...) é o princípio da grandeza a que o País está fadado, pela vastidão do território, pela importância do subsolo, pela riqueza intelectual de seu povo. Guardem Brasília no coração, meus amigos. Propaguem o entusiasmo que sentiram ao vê-la! E ela se tornará o espírito que conduzirá com galhardia o Brasil, na arrancada para glorioso futuro”²⁵.

²¹ O Estandarte, 15 e 31/7/1948.

²² O Estandarte, *ibidem*.

²³ O Estandarte, 31/5/1958.

²⁴ O Estandarte, 15 e 30/4/1958.

²⁵ O Estandarte, 15/5/1962.

Na IPI do Brasil, houve, primeiramente, uma mobilização nacional em torno da questão Brasília. A idéia era a de envolver a denominação como um todo no desafio que a “capital da esperança” representava. Foi lançada uma grande campanha para a construção do Templo Nacional, símbolo da presença da IPI no Planalto Central. Nossa igreja recebeu uma área no Plano Piloto, perto das embaixadas, de 15.000 m² e outra de 2.000 m². O Rev. Silas Silveira foi o grande batalhador para que tal doação se concretizasse (Av. L-2 – Quadra 416 Lote 113 – 50x150 = 7.500m² – Asa Sul). Ele se regozijou com a doação: “Só Deus sabe quanto temos lutado e quantas viagens temos feito para alcançar aquilo que hoje ele nos deu”⁴⁶.



Mas era preciso conseguir os recursos para a construção. Todas as igrejas foram estimuladas a levantar ofertas para a construção, inclusive porque havia prazo para que a construção terminasse. Desenvolveu-se uma campanha com muita propaganda no órgão de comunicação da igreja. Nas edições da década de 60, *O Estandarte* trazia variadas matérias sobre o projeto Brasília.

Dentre as pessoas que trabalharam neste início da IPI em Brasília, além do Rev. Ryoshi Iizuka, tivemos o Rev. Silas Silveira, que, por um tempo, foi missionário sustentado pelo Presbitério de Goiás, e o Rev. Plácido Baldani. O Rev. Silas era pastor em Goiânia e, segundo palavras do Rev. Ryoshi, numa visita que recebeu dele foi alertado para a oportunidade de expansão do trabalho na capital. Silas



Organização da Congregação de Brasília, DF, em 29 de dezembro de 1957

Silveira foi o primeiro pastor-missionário nomeado pela Junta de Missões para Brasília²⁷. Dentre os leigos que colaboraram, destacamos os Presbs. Esaú de Carvalho, Carlos Pereira Brasil, Othoniel Amaral, Durvalino Alves Frades, e os Diacs. Euclides Lobo e Terezinha de Souza Silveira, oficiais da IPI em Brasília em 1962. Muitos colaboraram à distância, visto que a campanha foi encabeçada pela própria Mesa Administrativa. O Rev. Aretino Pereira de Matos, pastor da 1ª IPI de São Paulo, foi o secretário da Campanha de Brasília. O deputado Lauro Monteiro da Cruz prestou destacado auxílio no trato com repartições públicas. Carlos René Egg foi relator da Comissão de Brasília. O Rev. Jonas Nogueira foi o secretário executivo da Campanha.

No entanto, os recursos não foram suficientes para a construção do templo nas dimensões sonhadas. O lançamento da pedra fundamental ocorreu em 28/2/1965. O Rev. João Euclides Pereira, presidente do Supremo Concílio, esteve presente e Carlos René Egg, relator da Comissão de Brasília, disse: “Finalmente, com a bênção de Deus, o ideal da IPI do Brasil está sendo atingido, com o início das obras do templo em Brasília”²⁸.

Nessa época, além do Rev. Silas Silveira, já estava em Brasília, enviado e sustentado pela Junta de Missões, o Rev. Sebastião Gomes Moreira, que havia realizado grande trabalho no Nordeste, passado pela igreja do Rio de Janeiro e, em Brasília, vai se constituir em grande liderança do trabalho independente. Os dois obreiros fizeram parte da Comissão de Construção do Templo Nacional.

Lançada a pedra fundamental, iniciou-se a construção do templo, que enfrentou dificuldades e que sofreu paralisações. O envolvimento do povo da igreja fica claro em carta de Silvina de Almeida Ramos, de Palmital, SP. Além de enviar oferta, a citada irmã fez um apelo a todos os evangélicos independentes: “A construção do templo do Senhor não pode parar”²⁹. Em 1970, um último impulso foi dado para a construção. Era um caso de “dignidade denominacional”. Outras denominações já haviam conseguido marcar seu espaço na capital. A Igreja Presbiteriana já havia organizado um Presbitério em Brasília, no ano de 1962. Finalmente, com a reunião histórica do Supremo Concílio em Brasília, de 21 a 23 de janeiro de 1972, o Templo Nacional foi consagrado, no dia 20 de janeiro.

Brasília passou a ter importância significativa na denominação. A mocida-

²⁶ O Estandarte, 15/9/1960.

²⁷ O Estandarte, março, 1986.

²⁸ O Estandarte, 15/6/1965.

²⁹ O Estandarte, 31/8/1966.

de realizou eventos históricos na nova capital, como, de 23 a 26/2/1963, com o II Congresso Regional da Federação do Brasil Central. Em destaque, noticiou *O Estandarte*: “Umpistas do Brasil Central discutiram da atualidade em Brasília”.



Primeiras famílias da IPI em Brasília

Entre os assuntos, estavam política e reforma agrária. O tema do Congresso foi: “A posição de Mocidade Evangélica diante da situação atual”³⁰. De 23 a 28/7/1968, foi realizado o 9º Congresso Nacional do Umpismo, com a eleição de Jauhir Lobo, uma liderança do Centro Oeste para a presidência da Confederação da Mocidade Presbiteriana Independente do Brasil (CMPIB).

Em 11/2/1968, ocorreu a organização da 3ª IPI de Brasília, no Setor Residencial Sul, conhecido como Cruzeiro. Ela havia sido congregação da Igreja Central. Em 1970, estava, pois, implantada a IPI em Brasília com a Igreja Central mais a 1ª, 2ª e 3ª Igrejas, pertencentes ao Presbitério Brasil Central.

Outra expansão no Estado de Goiás ocorreu em direção ao norte, na região do atual Estado do Tocantins. Em sua reunião de janeiro de 1978, o Presbitério do Brasil Central recebeu os Revs. Albert Rasoner e Gordon Trew como membros, a fim de realizarem trabalhos especiais. O Rev. Reasoner desenvolveu intensa atividade. Em 1988, ele prestou relatório sobre o desenvolvimento da Congregação de

Em 1970, um último impulso foi dado para a construção. Era um caso de “dignidade denominacional”. Outras denominações já haviam conseguido marcar seu espaço na capital. A Igreja Presbiteriana já havia organizado um Presbitério em Brasília, no ano de 1962.

³⁰ O Estandarte, 31/3/1963.

Colinas, campo missionário do Presbitério do Distrito Federal, constatando a construção do templo em 1987. A escola dominical contava com 77 alunos matriculados.

Depois, veio o Estado do Tocantins com Palmas, cidade programada como capital. A exemplo de Brasília, passamos a ter uma nova cidade em construção da noite para o dia. A IPI foi convocada e se sentiu desafiada. Também em Palmas, a IPI do Brasil foi contemplada com a doação de um terreno. Luiz Antônio Teixeira, Rev. José dos Santos Passos e Rev. David Gordon Gartrell são alguns dos obreiros que já trabalharam na região.



Templo da IPI de Campeira, Goiás



Diretoria da UMPI da Federação do Brasil Central em 1963: Jauhyr Lôbo, Esaú de Carvalho, Edivan de Oliveira Lima, Onaide Neves Silva, Alice de Oliveira, Jayro Silveira e Carlos Pereira Brasil

2) MATO GROSSO E RONDÔNIA: A IPI DO BRASIL NAS TERRAS DE RONDON

A presença da IPI nesta região mais ao oeste do país é marcada, primeiramente, por sua participação na Associação Evangélica de Catequese dos Índios, mais conhecida como Missão Caiuá, na região de Dourados, MS. A Missão Evangélica Caiuá iniciou suas atividades em 1928, com a preocupação de assistir os remanescentes de alguns povos, principalmente Caiuá e Guarani. A iniciativa foi do missionário, professor e pastor norte-americano Rev. Albert Sidney Maxwell e sua esposa Mabel Davis Maxwell. Eles permanecerem na liderança da Missão até 1941.

Um aspecto importante da Missão Caiuá é o fato de ter sido criada com a cooperação das igrejas evangélicas, representadas pelas igrejas Metodista (que enviou um médico, o Dr. Nelson Araújo), Presbiteriana do Brasil (que enviou um agrônomo, o Dr. João José da Silva) e IPI do Brasil (que mandou o Prof. Esthon Marques). Outras figuras expressivas da obra missionária entre os índios passaram pela Missão: Áurea Batista, Elda Rizzo Emerique, Rev. Isac Gonçalves do Vale, Erasmo Alves da Silva, Carmosina dos Santos Teixeira, Sonny Peres de Souza, Neuza Soares de Melo, Djanira Momesso, Odila Ferraz, Débora Simionato, Arlete Barbosa, Francisca Raquel, Ivan Corrêa, Nair Marques, Milton Laranjeira, Eládio Valentim Alfonzo, Miriam Monteiro, Vilma Raia, Branca e Moisés Rodrigues, etc.. Na década de 60, funcionou em São Paulo um escritório administrativo, sendo Carlos René Egg, deputado estadual, o seu secretário executivo.

A presença da IPI do Brasil na Missão Caiuá se destaca com o nome de Lóide Bonfim. Ela ingressou na Missão em 1938, retirando-se em 1941 para retornar casada com Rev. Orlando Andrade, em 1943. Em 1962, a família estava acrescida das filhas Sarita, Mary e Myrtes. Nessa época, o Rev. Orlando era o responsável por toda a obra da Missão Caiuá. Por seu trabalho, Lóide recebeu da Confederação de Senhoras da IPI do Brasil o título de “mulher extraordinária”. Ela foi enviada para a Missão com 18 anos de idade, solteira, pela mocidade presbiteriana independente, quando era líder da juventude Eduardo Pereira de Magalhães. Em 1950, Carlos René Egg iniciava artigo em *O Estandarte* indagando: “Quem não conhece Lóide Bomfim, nome tão querido no Brasil evangélico e mui particularmente, querido da mocidade Independente?” Com sua chegada, nasce o “Nhande Roga” (Nossa Casa), um orfanato que dava abrigo a crianças cujos pais haviam morrido, bem como a crianças de famílias que moravam no fundo da mata e não tinham como mandar seus filhos para a escola. Além dos estudos, as crian-

ças do orfanato aprendiam trabalhos manuais, ajudavam na criação de animais e nos trabalhos de horticultura.

Acrescentamos ainda algumas informações compiladas por Alma Gordon. Quando o Rev. Maxwell precisou se retirar do Brasil, com saúde precária, o Rev. Orlando Andrade aceitou a direção da Missão Caiuá com Lóide na vice-direção e, mais adiante, como administradora e chefe do hospital. Em 1963, depois de muita luta, foi inaugurado o Hospital e Maternidade Porta da Esperança com 38 leitos,

fruto de orações e ofertas de muitos crentes em todo o país. Do arraial independente, igrejas e pessoas contribuíram para a Missão, além da Junta de Missões e da Federação de Mocidade. Quando a Missão ganhou dois veículos como oferta dos Estados Unidos e necessitou de obter licença de exportação, contou com a colaboração do Deputado Lauro Monteiro da Cruz e do escritor Orígenes Lessa.

Em 1978, foi celebrado o Jubileu de Ouro da Missão Caiuá. Lóide e Orlando continuavam tendo grandes sonhos.

Em 1978, foi celebrado o Jubileu de Ouro da Missão Caiuá. Lóide e Orlando continuavam tendo grandes sonhos. Nova unidade de Luta Contra a Tuberculose foi inaugurada, com 50 leitos. No entanto, eles tinham um outro sonho: o Instituto Bíblico Dr. Felipe Landes. Era preciso ter, nos 50 anos, um instituto bíblico para treinamento de obreiros e membros das igrejas índias. E tornou-se realidade.

Ainda na década de 60, com a Junta de Missões melhor estruturada e com mais participação dos fundos locais de algumas igrejas, 4 casais de missionários são enviados para os desafios da Missão Caiuá. Um desses fundos, o “Fundo Mis-



Rev. Troquez e D. Edith trabalharam nos campos de Porto Lindo e Sassoró. Foi vice-diretor da Missão, diretor da escola da sede



Rev. Rubens Carneiro, D. Vera e os filhos. Ele foi diretor da escola na sede e trabalhou em Porto Lindo



D. Loide (à esq.) - exposição indígena em São Paulo, em 1953

sionário Antioquia” da IPI do Jabaquara, em São Paulo, enviou missionários para o Mato Grosso. Em abril de 1961, Benedito Troquez chegou a Dourados. Em outubro do mesmo ano, chegaram mais 3 casais: Olinda e Saulo Camilo, com a filha Ester; Vera Lúcia e Rubens da Silva Carneiro, com duas crianças, Dorcas e Lucas. Em dezembro do mesmo ano, o Rev. Benedito Troquez casou-se com Edith Güths, que o acompanhou em Dourados. Depois, outro casal, com o sustento da IPI do Ipiranga, S. Paulo: Dulce e Daniel Astério, com as filhas Eunice e Débora. Os casais foram para diversas aldeias e com relação a eles a opinião era a de que “os índios têm demonstrado muita alegria”.

Nos anos de 1969 e 1970, a Confederação Nacional das Senhoras apoiou o trabalho das missionárias Celice e Maria Aparecida, esta última membro da 1ª IPI de São Paulo. Elas desenvolvem nas aldeias trabalhos nas áreas de educação e saúde. Na Missão, havia uma preocupação com a situação do povo indígena em todos os aspectos. Lóide amava os indígenas. Tudo o que ela fez foi pensando em defender o indígena da ganância e do preconceito. Para isso, cursou Enfermagem em Anápolis e Direito em Dourados. Falava guarani bem como o inglês, que lhe permitiu viajar por vários estados da América do Norte, conseguindo canalizar

³¹ Sobre a Missão Caiuá, baseamo-nos nos números de *O Estandarte* do período. E ainda: “Missão Evangélica Caiuá”, texto informativo distribuído pela sede da Missão; o texto de Alma Gordon em: TUCKER, Ruth A. ...*Até aos confins da terra*. São Paulo: Ed. Vida Nova. 1986; Boletim da Comissão Pastoral da Terra, Junho/Julho 96, nº 135.



Dr. Daniel Egg, junto dele Ana Wollerman e à direita John Stauti (John Stauti foi missionário na Missão e depois capelão na NASA (EUA). Segundo o Rev. Orlando, na segunda viagem do homem à lua, Stauti enviou uma placa contendo os nomes de Rev. Orlando e D. Lóide)



Rev. Orlando e D. Loide reunidos com o chefe de posto e presidente da FUNAI

O Rev. Saulo Camilo passou pelos campos de Taqwapiry e Amambay



muitos benefícios para a obra. O Rev. Orlando liderou uma igreja com obreiros, líderes leigos, presbíteros e diáconos indígenas. É digno de nota o fato de Marçal de Souza, líder dos Guarani, ter sido obreiro auxiliar do Rev. Orlando. Marçal foi assassinado a mando de um fazendeiro em 25/11/1983, sem que justiça lhe tenha sido feita até hoje. Ele trabalhou como enfermeiro durante muitos anos na Missão. Hospital, igrejas, congregações, escolas, ambulatórios, instituto bíblico e mais 6 campos missionários, além da sede, foram o resultado de muitos anos de trabalho árduo de paixão missionária. Tudo isso comprova que “poucos podem ir, muitos podem dar e todos podem orar”³¹.

■ MATO GROSSO

A implantação do trabalho presbiteriano independente no Mato Grosso seguiu os passos de suas ovelhas para o interior do país, organizou pontos de pregação em casas de famílias crentes, organizando, depois, a congregação e, finalmente, a igreja.

Os primeiros trabalhos presbiterianos independentes no Mato Grosso, com

³² O Estandarte, 31/9/1952.

tais características, são do final da década de 40 em diante. O primeiro foi o de Cassilândia, na região nordeste do atual Estado de Mato Grosso do Sul. Este trabalho foi fruto da expansão das igrejas goianas, especialmente, da forte igreja existente na fazenda Campeira. Em

1946, mudou-se para Cassilândia o primeiro casal de crentes, seguido por outras famílias. Os primeiros trabalhos realizados foram em casa das famílias Nogueira e Rezende. O primeiro evangelista a pregar foi o Rev. Ryoshi Iizuka, em junho de 1949. Os cultos continuaram a ser realizados, liderados pelos próprios leigos.

Em 1951, o Rev. Carlos Caetano Monteiro visitou a região por 2 vezes e, ainda no mesmo ano, esteve no local o Rev. José Inocência de Lima, que pastoreou a congregação enquanto pastor da igreja de Campeira. Em 4/5/1952, com a visita do Rev. Carlos Caetano Monteiro, foi consagrado o templo e organizada a congregação, filiada à IPI de Campeira. Segundo Carlos Monteiro, este foi o primeiro templo independente de Mato Grosso. Ele dá conta também que as ovelhas desse

A implantação do trabalho presbiteriano independente no Mato Grosso seguiu os passos de suas ovelhas para o interior do país, organizou pontos de pregação em casas de famílias crentes, organizando, depois, a congregação e, finalmente, a igreja.

Alunos da Escola Missão preparados para Desfile



rebanho estão “prestigiando sua nobre estirpe, pois são netos do saudoso Rev. Caetano Nogueira Jr.”³². A igreja foi organizada em 31/1/1954, por uma Comissão do Presbitério d’Oeste composta pelos seguintes membros: Rev. Jorge do Amaral Pinto, relator, Rev. José Inocêncio de Lima e Presb. Francisco Ferreira de Souza. O Rev. José Inocêncio foi primeiro pastor.

O ano de 1952 marca o começo das atividades da IPI na região sul de Mato Grosso. Em suas “Viagens através do Brasil Presbiteriano Independente”, o Rev. João Euclides Pereira visitou a região. O Presbitério Noroeste resolveu enviar para a região o provisionado Pedro Weismann. As facilidades para se comprar terras ou mesmo consegui-las por doação do governo atraíam muita gente. Famílias de crentes independentes se estabeleceram na região de Dourados, na chamada Colônia Federal, formada por

lotes distribuídos gratuitamente para trabalhadores que se dispunham a morar e trabalhar no local. Em 1953, o Rev. Antônio Corrêa Rangel Alvarenga visitou o campo, constatando a boa presença de membros da IPI que queriam ver o trabalho da igreja estabelecido no lugar: “Não

querem filiar-se a outra denominação (...) É necessário organizarmos trabalhos nessa futura parte do Brasil, pois agora é Dourados que está no cartaz da propaganda”. Neste mesmo ano, esteve visitando a região o Rev. João Trotti. Boa parte dos crentes que ali estavam eram da região de Adamantina e tinham grande apreço por este obreiro.

Em 1954, o Presbitério Noroeste passou o trabalho para o Presbitério da Sorocabana. Neste ano, o Rev. Ciro Machado visitou o campo, recebendo 16 pessoas por profissão de fé, batizando menores e resolvendo problemas. Em meados de 1955, o templo de Panambi estava em fase de acabamento. O Rev. Sherlock Nogueira alertava a Junta de Missões para estes desafios e dizia que toda a liderança da igreja deveria “acompanhar esta marcha para o Oeste”. Neste ano, deram assistência ao trabalho os Revs. Alcides Correa de Moraes, Sherlock Nogueira, Aristides Fernandes, Jonas Dias Martins. Eles sempre contaram com a companhia do Presb. Marcolino Teixeira.

Indicações desse início de trabalho foram fornecidas pelo Rev. Alcides Correa de Moraes. Ele demonstrou-se empolgado com o trabalho em Mato Grosso. Os

Em 21/7/1963, organizou-se a Igreja de Dourados. Neste mesmo ano, o Rev. Mathias Quintela de Souza escreveu um artigo em *O Estandarte*, cujo título era um apelo: “Evangelizemos Mato Grosso”. Nele constatava a grande presença de migrantes, especialmente nordestinos.

números desta época: 85 membros professos, 100 menores e não-professos, 4 congregações, 10 pontos de pregação, 42 novos membros vindos da Igreja Romana, 5 escolas dominicais com 150 alunos. Neste momento, em Dourados havia apenas 4 famílias, mas o obreiro já reconhecia a necessidade de um trabalho mais organizado. Morava na cidade, prestando grandes serviços ao Hospital da Missão Caiuá, o Dr. Luís Antônio Monteiro da Cruz, membro da 1ª de São Paulo.

Em 1956, o trabalho foi transferido para o Presbitério Norte do Paraná. O Rev. Sherlock Nogueira registrou a existência de 2 templos e mais 2 em fase de acabamento.

Em 7/4/1957, a Congregação de Panambi foi organizada em igreja, sendo presidente da comissão organizadora o Rev. João de Godoy. O Presb. Domingos Casoni esteve presente como membro da comissão. Eram 314 membros, sendo 129 maiores e 185 menores. Dentre os presbíteros eleitos estava o provisionado Pedro Weismann. O próprio Rev. João de Godoy continuou como pastor, vindo de Arapongas, PR. Desta igreja originaram-se os trabalhos de Dourados, Douradina, Ponta Porá, Naviraí, Itaporã, Rio Brilhante, Vila Vargas, Vila Brasil, Carapó, Potterito, Bocajá, Vila Glória, Vila Iguazu e Aquidauana. Nas palavras do Rev. Duanir Martins Ferreira, “por diversas circunstâncias, muitos destes trabalhos não prosperaram, enquanto outros são hoje igrejas organizadas, ficando claro que a Palavra de Deus não volta vazia”³³.

Em 21/7/1963, organizou-se a Igreja de Dourados. Neste mesmo ano, o Rev. Mathias Quintela de Souza escreveu um artigo em *O Estandarte*, cujo título era um apelo: “Evangelizemos Mato Grosso”. Nele constatava a grande presença de migrantes, especialmente nordestinos. Informava que a Congregação de Douradina era formada basicamente de famílias oriundas do Nordeste. Mais uma vez, temos a questão da dificuldade de obreiros para estes campos. “O que tem prejudicado o trabalho ali é que não houve ainda estabilidade de residência de obreiros”. Os pastores tinham suas sedes no interior de São Paulo ou Paraná. Neste ano de 1963, o Presbitério enviou para lá o Rev. Geraldo Camargo, que enfrentou dificuldades com as distâncias e a falta de um veículo.

Pastorearam o campo, além dos já citados, os Revs. Agenor Cunha Guedes, José Ausberto Bressane, Gerson Pires de Camargo, Carlos Caetano Monteiro, Azor Bernardes de Godoy Sobrinho. Por volta de 1967, o campo foi transferido para o Presbitério Oeste do Paraná. Em 1970, estavam organizadas as Igrejas de Dourados (atual 1ª IPI daquela cidade), Douradina e Panambi. Foram pastores no período: Osvaldo da Silva Borges, Horácio Borges dos Santos, Jorge Vieira, Jurandir

³³ O Estandarte, 31/3/1985.

Pires de Oliveira, provisionado José Maria Delvigna, Ovídio Elizeu do Amaral, Aury Vieira Reinaldet, Duanir Martins Ferreira, provisionado Marciano Firmino. Em 1983, resolveu-se vender o patrimônio da zona rural e comprar uma propriedade na cidade Douradina, onde se construiu casa pastoral e templo. Em 1984, o Presbitério de Mato Grosso decidiu extinguir a IPI de Panambi, criando a Congregação de Douradina.

Neste período das igrejas rurais, a IPI seguiu os passos da migração e atendeu as ovelhas que acompanharam a marcha para o Oeste ³⁴.

Seguindo outro roteiro de implantação, deparamo-nos com o surgimento da IPI de Campo Grande, atual capital do Estado de Mato Grosso do Sul. O ano de 1974 marcou o início dos trabalhos por um grupo de independentes que freqüentava a Igreja Presbiteriana, liderados por Ariosto dos Santos Lima. No mesmo ano, tivemos a presença de Aury Vieira Reinaldet liderando a expansão da igreja nesta localidade. A congregação foi organizada, ficando jurisdicionada à 1ª IPI de São José do Rio Preto, SP. Em 1975, foi organizada como IPI de Campo Grande. A questão da localização do templo foi importante. As duas propriedades da igreja estavam distantes do centro da cidade. Enquanto se pensava numa melhor localização, ficou o dilema da pertinência da presença da igreja em dois bairros populares densamente habitados. No início dos anos 80, a igreja se estabeleceu no centro de Campo Grande. A Igreja Nacional, através da Junta de Missões, colaborou para a aquisição do terreno, mantendo-se as outras duas propriedades. A partir daí, o trabalho se desenvolveu e, no início da década de 90, foi organizada a 2ª IPI de Campo Grande, na Vila Popular. No final de 95, foi organizada a IPI Betel, na Vila Jaci.

■ RONDÔNIA

Em 8/4/1973, foi organizada a Congregação de Pimenta Bueno. O núcleo pioneiro era liderado pelo Presb. Juvelino Francisco de Oliveira, originário da cidade de Terra Roxa, PR. Jurisdicionada à Igreja de Jataí, GO, Presbitério do Brasil Central, foi, nas palavras do Rev. Ryoshi Iizuka, “marco concreto do trabalho missionário empreendido com decisivo apoio da IPI de Jataí”. Muitas vezes, a Igreja de Jataí é comparada com a de Antioquia dos tempos apostólicos. O Rev. Ryoshi Iizuka venceu muitos obstáculos para atender o rebanho presbiteriano independente que acorria para o chamado “Novo Brasil”. Em suas viagens de Jataí a Rondônia, sonhava com a implantação da igreja nas vilas e cidades da região.

³⁴ Para esta fase da IPI no Mato Grosso, utilizamos matérias publicadas em *O Estandarte* do período.



Comissão Organizadora da IPI de Rolim de Moura, RO: Revs. Adevanir, Ryoshi, Gerson e Presb. José Oliveira

Em cada visita a Rondônia, procurava encontrar novos núcleos familiares da IPI. Encontrou mato-grossenses, mineiros, paulistas, paranaenses, etc.

O caso de Rondônia, no início da década de 70, deu uma sacudida na Igreja Independente, em termos de expansão missionária. Em junho de 1975, houve uma reunião da Junta de Missões na qual foram traçadas novas diretrizes para o trabalho. Logo após, os Revs. Ryoshi Iizuka e Ruy Anacleto, vice-presidente da Mesa Administrativa, realizaram viagem missionária a Rondônia, contatando novas famílias. Um terreno foi adquirido em Pimenta Bueno, com 8.000m². Ainda em 1975, Iizuka voltou a Rondônia, acompanhado pelo Rev. Daniel Astério, que trabalhara no sul do Mato Grosso e se encontrava na região central do Estado, na cidade de Juscimeira, como missionário do Presbitério do Ipiranga. Foram além de Pimenta Bueno, visitando a Vila de Cacoal, onde havia famílias oriundas de Naviraí, MS. Registrarmos aqui uma reflexão do pastor-missionário Ryoshi Iizuka: “A obra missionária, de longe, é poética e bela. História de congregação que faz a gente até chorar... mas, no campo, é dura, apesar de bela. Nas estradas em desbravamento, não há tempo para chorar, pois os urgentes afazeres da seara nos esperam impacientes. É luta de salvamento e luta de construção. A vitória da obra missionária só se consegue trabalhando, trabalhando como Deus nos segreda nas horas da oração. Dêem apoio à Junta de Missões, pois ela agora quer trabalhar”³⁵.

Em meados da década de 70, Rondônia passou a ser vista como ponto de referência do trabalho missionário. Em maio de 1976, chegou a Rondônia o amigo de 30 anos do Rev. Ryoshi, Gerson José Bueno. Gerson seguiu para Rondônia

como missionário pioneiro da IPI do Brasil, primeiro como leigo, depois como obreiro ordenado pelo Presbitério Brasil Central, em 8/1/1982. Na ocasião, ele apresentou relatório dos trabalhos realizados em Rondônia, que foi recebido com entusiasmo. O Rev. Ryoshi propôs a ordenação de Gerson, que foi votada por unanimidade. Desde então, permaneceu em Rondônia, prestando relevantes serviços à igreja. Em artigo escrito em 1985, o Rev. Ricardo William Irwin o caracterizou como “o pacificador” e argumentou com as seguintes palavras:

“Com seu jeito goiano de falar e seu modo pacato, Gerson José Bueno não demonstra, à primeira vista, a sua vasta experiência e capacidade na área de relacionamentos humanos. Deus lhe concedeu muitos dons, até mesmo o de ministrar às necessidades de pessoas com o sistema nervoso desajustado. Mas o mais importante de seus dons talvez seja o de pacificador. Num mundo como o nosso, em que aumentam os atritos entre povos, raças, religiões e indivíduos, e no qual isto se reflete nas divisões provocadas na igreja, a vocação do cristão, mais do que nunca antes, é ser pacificador. E, como discípulo de Cristo é chamado para exercer os dons no meio em que vive, Gerson vem empregando os seus no contexto rural, onde nasceu e onde trabalha até hoje”³⁶.

No início da década de 80, as notícias eram de que o trabalho em Rondônia estava em franco desenvolvimento. Em 1978, foi organizada a Congregação de Cacoal com 11 membros maiores. Em 1980, o Presbitério de Maringá resolveu financiar parcialmente a presença do jovem pastor Adevanir Pereira da Silva. Após algum tempo, ele foi contratado pela Junta de Missões e, em 1980, estava em Rolim de Moura. Foi iniciada a construção de um pequeno templo, fruto de uma doação da família Franco de Moraes, vinda de Umuarama, PR. Ele organizou uma congregação que contava com 39 alunos na escola dominical. Há informações sobre atividades nas linhas 196 e 152, onde residiam núcleos de famílias independentes. Ji-Paraná contava com algumas famílias e o obreiro já falava da necessidade de um pastor

Rev. Gerson José Bueno, a esposa e o neto



com tempo integral. Também existiam famílias em Ouro Preto do Oeste, Jaru, Ariquemes e Porto Velho.

Rondônia aguçou o sentimento missionário da igreja, principalmente, nos anos 80. Através de *O Estandarte*, o Rev. Abival Pires da Silveira, em seu primeiro mandato como presidente do Supremo Concílio, dizia que era preciso “transformar nossa igreja em uma igreja com um estilo missionário de vida. ... Precisamos deixar o fortim da colina e conquistar o vale. Precisamos deixar de ser uma igreja de ‘conservação’ para nos tornarmos uma “igreja de conquista”³⁷. A palavra da Junta de Missões também era no sentido de se ampliar a visão. Escreveu o Rev. Jonas Gonçalves, vice-presidente da Junta de Missões: “A lentidão com que temos caminhado nos tem feito chegar sempre atrasados aos pontos estratégicos e sem muito vigor”³⁸.

Neste clima, a Junta de Missões organizou uma equipe para uma viagem ao Oeste Brasileiro. Foi realizada em setembro de 1984 e as edições de *O Estandarte* de outubro, novembro e dezembro do mesmo ano e de janeiro de 1985, saíram recheadas de chamadas de capa, manchetes, fotos, mapas ilustrativos, artigos, etc. Foram membros da equipe nesta viagem os Revs. Isaías Garcia Vieira, Jonas Gonçalves e Richard William Irwin. Eles chegaram a Pimenta Bueno em 6/9/1984 e, no dia seguinte, participaram do Encontro de Líderes da IPI em Rondônia. Estavam representados os 7 municípios em que a IPI tinha trabalho: Cacoal, Cerejeiras, Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste, Pimenta Bueno e Rolim de Moura. Eram missionários: Rev. Adevanir Pereira da Silva, provisionado Paulo José de Carvalho e Rev. Gérson José Bueno. A equipe visitou as congregações de Cacoal, Rolim de Moura, Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste e Jaru. Outras cidades visitadas foram: Ariquemes e Porto Velho. Como resultado do esforço missionário organizaram-se as igrejas de Pimenta Bueno, em 6/6/1982, Cacoal, em 16/6/1985, e Rolim de Moura, em 23/6/1985.

A IPI do Brasil procurou marcar todos os pontos do Estado. Alguns trabalhos se consolidaram e foram organizados em igreja, outros retornaram ao status de congregação e, em outros lugares, a denominação não tem mais presença.

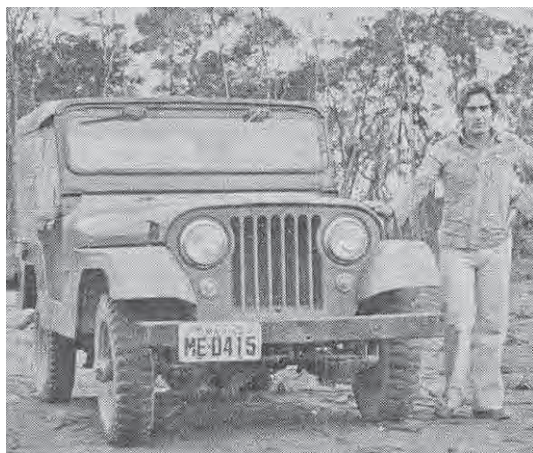
Rondônia aguçou o sentimento missionário da igreja, principalmente, nos anos 80.

³⁵ O Estandarte, 31/1/1976

³⁶ O Estandarte, 31/1/1985.

³⁷ O Estandarte, 30/4/1984.

³⁸ O Estandarte, 30/6/1982.



Rev. Adevanir e o jipe, enviado pela 1ª IPI de Maringá, utilizado no trabalho de evangelização em Rondônia

Outro sonho dos obreiros que passavam por Mato Grosso era o estabelecimento de uma Igreja em Cuiabá, cidade pólo de expansão para outras regiões. Sua organização aconteceu no dia 11/2/1979.

200 membros e 103 crianças matriculadas na escola dominical. Mais uma vez, lá estava o problema da falta de obreiros para tantos desafios. Com o êxodo rural, as comunidades rurais deixaram de existir. A Congregação de Rondonópolis foi organizada em igreja no dia 9/12/1980.

Outro sonho dos obreiros que passavam por Mato Grosso era o estabelecimento de uma Igreja em Cuiabá, cidade pólo de expansão para outras regiões. Sua organização aconteceu no dia 11/2/1979. Mais uma estava presente e presidiu a comissão organizadora o Rev. Ryoshi Iizuka. Ao relatar o fato, disse: “Ansiosamente esperado, o enraizamento da nossa igreja em Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, se deu com a organização da IPI de Cuiabá, por resolução do Presbitério do Brasil Central em sua vigésima reunião ordinária”. O pregador foi o Rev. Silas Silveira. O recém-ordenado Rev. Ariosto dos Santos Lima foi comissionado pelo Presbitério Brasil Central para pastorear a nova igreja. Depois, ela foi transferida para o Presbitério de Mato Grosso, pastoreada por Luís Apare-

Voltando ao Mato Grosso, encontramos ainda núcleos de expansão da IPI no Estado que possuía um território vastíssimo. No sul do atual Mato Grosso, região da próspera cidade de Rondonópolis, tínhamos um trabalho missionário do Presbitério da Ipiranga, que recebeu colaboração de obreiros do Presbitério Brasil Central. O Rev. Daniel Astério foi mantido nesta região atendendo a Igreja de Juscimeira, organizada em 28/2/1970, mais três trabalhos na zona rural, Paulicéia e Congregação de Três Pontes, Águas Quentes, e a Congregação na cidade de Rondonópolis, onde morava o missionário e Juscimeira, uma grande igreja de zona rural, com

cido de Souza e Vivaldino Neves Queiroz.

No oeste de Mato Grosso, estabeleceu-se uma congregação em Pontes e Lacerda, núcleo formado por membros da IPI de Juscimeira e outros oriundos do interior de São Paulo. Foi assistida pelos Revs. Daniel Astério e Rubens Franco Lacerda. Também se estabeleceu congregação na cidade de São José dos Quatro Marcos, que foi campo da Junta de Missões.

Várias iniciativas foram tomadas mais ao norte do Estado. Alta Floresta chegou a ter um grupo de famílias e a receber investimentos da Junta de Missões, com obreiros residentes, mas o trabalho não prosperou e foi desativado. A família de Dombri Resende se estabeleceu em Juara, onde teve início uma congregação. Benedito Amaro, Luiz Antônio Teixeira, Laércio de Souza Ribeiro e Wagner Roberto Mango foram obreiros nesta cidade. Também a cidade de Sinop contou com congregação organizada pela atual Secretaria de Missões.

Como último registro da história da IPI em Mato Grosso, citamos a instalação do CTM (Centro de Treinamento Missionário), no dia 26/2/1996, na cidade de Cuiabá. Foi o primeiro CTM criado a partir de um projeto do Departamento de Formação e Treinamento de Pessoal, da Secretaria de Missões da IPI do Brasil, visando treinar pessoas para a tarefa missionária. Na instalação, estiveram presentes os Revs. Assir Pereira, Mathias Quintela de Souza (presidente do Supremo Concílio), Gerson Mendonça de Annunciacao (secretário de Missões), Júlio Paulo Tavares Zabatiero (professor do Seminário de Londrina), Valdir Alves dos Reis (membro da Diretoria da Secretaria de Missões), além de outros pastores da região. O CTM se instalou na Chácara da IPI em Cuiabá, adquirida em meados da década de 80, tendo importante participação na preparação do local para sede da Escola de Treinamento os missionários William e Debbie Caraher.

3) AMAZÔNIA: A IPI DO BRASIL SINGRANDO AS ÁGUAS DO RIO-MAR

O ano de 1955 marcou a história missionária da IPI do Brasil. Nesse ano a Junta de Missões enviou o Rev. João de Godoy ao Amazonas, como seu primeiro missionário.

O envio do ocorreu com uma celebração na Catedral Evangélica de São Paulo. Na visão da liderança da igreja, aquele era o momento propício. A liderança da IPI do Brasil afirmava: “O Amazonas modernizado e acessível de hoje, colocado mesmo como ponto convergente do turismo, ainda é o Amazonas distan-



Rev. João de Godoy despedindo do Rev. José Ferreira Filho e do Presb. Josué Pacheco de Lima, ao embarcar para o Amazonas



Barco Pendão Real sendo preparado para início do trabalho em Manaus

te, lendário e misterioso, com a sua natureza fechada e empolgante, floresta e mar, cuja realidade supera toda e qualquer humana descrição, o que levou Euclides da Cunha, em bela e feliz comparação, considerá-lo a última página do Gênesis a ser escrita”³⁹.

O Rev. Jorge Bertolaso Stella, presidente do Sínodo, conduziu a reunião, estando presentes todos os membros da Junta de Missões, o Rev. Seth Ferraz, presidente da Mesa Administrativa, e os Revs. Alfredo Borges Teixeira, Tércio Moraes Pereira, José Ferreira Filho e Laudelino de Abreu Alvarenga. O presidente da Junta de Missões, Rev. Nicola Aversari, falou do envio do primeiro missionário e da escolha do Amazonas no espírito de continuar contribuindo para a evangelização do Brasil.

Em 21/3/1995, o missionário enviou a sua primeira carta à igreja, que daria origem uma série chamada “Cartas do Amazonas”, que freqüentou as páginas de *O Estandarte* por mais de 20 anos. A Igreja de Manaus era pequenina, salão de tábua e mal localizada. O primeiro culto reuniu 20 pessoas; depois, 40 e, entusiasmado, o missionário já pensava em campanha para aquisição de um terreno e construção de templo, casa pastoral e escola. Numa outra carta, o missionário passa a visão de que o campo é o Amazonas, não só Manaus, e inicia a fase de navegação para o interior em barcos, visitando as comunidades ribeirinhas do Amazonas, nos rios Negro e Solimões. Para continuar, solicita Bíblias, Novos Testamentos, Evangelhos e folhetos.

³⁹ O Estandarte, 21/4/1955.



Palafita onde era realizado o trabalho de Tabocal

Neste começo, eram 10 os membros professores. A escola dominical logo atingiu 43 alunos e os cultos começaram a ser bem freqüentados. Aqui também apareceu a preocupação do obreiro com a formação de liderança leiga local e a criação de um instituto bíblico. Um primeiro fruto desse trabalho foi o jovem Hildebrando Cavalcante, que se sentiu chamado para o ministério. No 31/7/1955, foram recebidas 5 pessoas por batismo e profissão de fé - as primícias! Outro motivo de júbilo foi que o “povo, embora fraco e pequenino, tão entusiasmado ficou, que ofereceu CR\$ 3.045,00 para a nossa igreja”.

Por outro lado, se o objetivo da Junta de Missões era abrir frentes de trabalho onde não era possível a expansão através dos programas presbiteriais, o que fazer com a pequenina Igreja de Manaus na chegada do missionário? Jurisdicionada ao Presbitério do Norte, em 1956 ela passou a ser de inteira responsabilidade da Junta de Missões, tendo em vista os grandes problemas que enfrentava com as distâncias.

■ REV. MÁRIO DE ABREU ALVARENGA

Mário de Abreu Alvarenga, símbolo da IPI na Amazônia, “um príncipe das missões na IPI”, partiu em 1956 para lá, como o segundo missionário da IPI na região, em substituição ao Rev. João de Godoy. Era recém ordenado, filho do Rev. Antônio C. R. Alvarenga e irmão do Rev. Laudelino. Casou-se com Marilza. Através da coluna “Cartas do Amazonas”, ele continuou informando a igreja e motivando-a para a obra. Suas palavras ditavam o ritmo da caminhada missionária da

Vidas e Fatos do "JC" de Antanho e Vidas de Sempre

* JOÃO
CHRYSÓSTOMO DE
OLIVEIRA

(Do Conselho de
Cultura do Amazonas)



Mário Alvarenga - O Missionário Vocacionado

(Ministro Presbiteriano Emérito)

O Vocacionado

Vocação é chamada. É convocação para uma missão, para uma empresa, para uma carreira. Quem é vocacionado é mobilizado, é escolhido por força divina, por aliciamiento celeste; Mário de Abreu Alvarenga foi um vocacionado para o pioneirismo da Igreja Presbiteriana Independente do Amazonas.

Origem

Mário de Abreu Alvarenga, originário de uma família tradicional bandeirante, procedeu do Estado de S. Paulo de cidade interiorana, aqui chegando no início da década de 50.

Dissidência

A Igreja Presbiteriana de Manaus, no início da década de 50, decidiu por seu Conselho disciplinar três oficiais por suas famílias apelaram para a Igreja Presbiteriana Independente que lhes ofereceu visitação com poucos resultados. Após cerca de três anos ou mais, chega de S. Paulo Mário Alvarenga que usa

de uma grande diplomacia pastoral e nos visita, sendo recebido cordialmente por nós da igreja mãe. Dialoga-se Troca-se de púlpito. Cria-se um ambiente de cordialidade. Neutraliza-se a dissidência e cria-se o intercâmbio. A colaboração. O entendimento. A harmonia e a sincronia religiosa.

Criação da Igreja Presbiteriana Independente

Mário Alvarenga é conciliador. É o alicizador de apoio à nova igreja que deva nascer não como uma dissidente, mas como uma Igreja irmã.

Fundava então Mário Alvarenga a Igreja Presbiteriana Independente, na rua Codajás, com um templo majestoso. É a vitória de um pastor dinâmico, diplomata e conciliador. Foi o feito vitorioso de um missionário polarizador de todos os recursos e forças em seu derredor.

O pastor de todas as ocasiões

Estabelecida a sua Igreja bem situada e bem conceituada, Mário Alvarenga tornou-se o Pastor solicitado para todas as atividades evangélicas interdenominação-

nas, sem restrições ou barreiras, mas com espontâneas e entusiasmáticas convocações.

O bom intérprete

Conhecendo e dominando bem a língua inglesa, Mário Alvarenga sempre esteve presente nas igrejas onde se faziam ouvir os pregadores internacionais de fala inglesa para se tornar o veículo de comunicação das suas grandes mensagens que eram transmitidas com muito calor e fidelidade.

Mário Alvarenga com a sua vocação de homem - servir era o amigo copastor de quase todas as igrejas sem as barreiras das denominações, sem as barreiras das divergências doutrinárias. Em nosso lar e nossa igreja, Mário Alvarenga era sempre a figura indispensável e bem-vinda.

Esponsais

Depois de poucos anos de residência em Manaus, convolveu núpcias com a jovem presbiteriana Marilza Dias dos Santos, um dia muito rejubilante para o casal e para toda a família presbiteriana do Amazonas à qual se integrou decisivamente. Desta santa convolação resultou os seguintes descendentes: Marcio, Marilza e Maurício, todos paulistas de formação secundarista.

Expansão missionária

Mário Alvarenga não limitou o seu evangelismo à metrópole. Irradiou seu missionarismo pelo interior, pela periferia e expandindo-se até Itacoatiara, onde fundou um trabalho promissor, no lugar denominado Amatari. Neste local desenvolveu Mário Alvarenga um trabalho digno de continuadores para

organização de uma forte igreja com possibilidade respectável expansão até a criação de um campo missionário de potencial considerável, o que infelizmente não ocorreu, dada a sua lamentável retirada, por motivo de doença.

Fez escola

Mário Alvarenga possui tal espírito de liderança que atraiu bons seguidores, fazendo verdadeira escola, lecionando inglês, hemlétrica, além de boa oratória. O reverendo Ivan Moreira, pastor da Igreja Presbiteriana Filadélfia, de Flores, é um dos belos e magníficos frutos dessa magnífica escola, sempre externando saudade daquela indivisível escola.

Partida

Retirado para tratamento de saúde para S. Paulo, para curar-se de mal pertinaz, enfrentou tal pertinácia com santa conformação por cerca de duas décadas, sofrendo o trespassar a 14 de maio corrente e deixou profundo sulco de saudade e de grande falta de uma grande alma realizadora.

Deixando o marco de sua vida na primeira Igreja Presbiteriana Independente de Manaus legou-nos um marco de feitos inesquecíveis na vida de sua família e de toda família presbiteriana do Amazonas.

A Marilza e filhos as nossas palavras de condolências, enxugando suas lágrimas na bandeira de seus moldes fortes e grandeza moral e espiritual.

* João Chrysóstomo de Oliveira é colaborador do *Jornal do Commercio*

Artigo de Jornal do Amazonas sobre o Rev. Mário

denominação. Quando, por algum motivo, durante um período, suas cartas não apareciam, esfriava o ânimo das igrejas, voltando a esquentar com os seus apelos.

No início, informava que a igreja estava crescendo rapidamente, contando com 82 alunos na escola dominical, em 19/8/1956. No interior, começou a obter a colaboração do jovem Ivan Moreira, que passou a se dedicar exclusivamente ao trabalho missionário nos pontos de pregação fora de Manaus. Lugares como Xiborema e Curari são visitados, havendo pregação e distribuição de literatura.

Para o transporte, o missionário passa a receber os primeiros motores para pequenos barcos. No mês do aniversário da IPI, havia alguma programação especial, como uma série de conferências e outras. Ampliam-se os pontos de trabalho no interior, como São José do Amajari e Terra Nova.

O meio característico de transporte eram as embarcações e, por isso, foi iniciada a construção de um barco no final de 1957, logo batizado de “Pendão Real”. Iniciou suas atividades em 1960, depois de muitas lutas e dificuldades com recursos. Tal fato foi saudado como a abertura de uma nova era do trabalho presbiteriano independente no Amazonas. O novo ânimo foi prejudicado quando, em *O Estandarte* de 13/12/1960, o Rev. Sebastião Gomes Moreira noticiou o “Incêndio na Junta de Missões”, ou seja, o “Pendão Real” tinha pegado fogo. O Rev. Mário disse: “Foi um dos momentos mais trágicos da nossa vida”. Após grandes lutas e longa espera, em 1974, o missionário teve outra embarcação para o trabalho: a lancha “Coroa Real”. Na opinião de Alvarenga, “ficou muito bonita e confortável (...). Temos um bom camarote, com 3 camas e uma boa cozinha, com mesa desmontável”. Por esse tempo, já estava trabalhando na região o missionário Rev. Licurgo Ferreira Filho, de quem ainda falaremos.

Com o desabamento do telhado do templo de Manaus, em 24/4/1958, é feito um apelo à seara independente para que se consiga levantar um templo mais adequado, iniciado em 1962 com planta cedida gratuitamente pelo Dr. Alberto Del Nero. Constava de um edifício na frente com dois andares, tendo embaixo 7 classes para a escola dominical e, em cima, um salão de culto para 300 pessoas. A obra foi pensada em etapas devido às condições da igreja, constituída de pessoas pobres.

Depois de 8 anos de ministério no Amazonas, o Rev. Mário voltou para o interior de São Paulo, após uma dura decisão: “Não foi fácil para nós, deixar aquela obra em que colocamos todo o nosso coração e nos lançamos de corpo e alma. Esse campo em que Deus nos abençoou profundamente, dando-nos o altíssimo privilégio de ganhar almas para Cristo”⁴⁰. Faz apelo veemente à direção da igreja, pedindo a continuação da obra e reconhecendo que era trabalho para longo prazo. Ivan Moreira, agora presbítero, ficou responsável pelo trabalho de Manaus e José Jeremias Guerra, presidente da Sociedade Missionária, pelo trabalho do interior.

Em 1966, o Rev. Mário Alvarenga estava de volta a Manaus: “Depois de um estágio demorado no sul (...) sentimos novamente o chamado de Deus para o campo missionário”⁴¹. Embora voltando como obreiro de uma agência

⁴⁰ O Estandarte, 15/11/1965.

⁴¹ O Estandarte, 30/9/1966.



Templo da 1ª IPI de Manaus, construído pelo Rev. Mário e pelo Presb. Pedro Borges, da IPI de Curitiba, PR



Chegada do Rev. Mário a Amatari



Rev. Mário regendo coral durante organização da igreja em Itacoatiara

interdenominacional, trabalhava no contexto da igreja que tanto amava. Neste contexto, surge um líder leigo que vai ser importante para despertar a Igreja de Manaus. Tratava-se do Presb. Pedro Borges e sua esposa Beatrice Granato Borges e três filhos. Ele era tenente do exército e presbítero da 1ª IPI de Curitiba, homem consagrado, bom pregador e alma de um verdadeiro pastor. Segundo Alvarenga, estes irmãos chegaram num momento oportuno, porque Ivan Moreira já não suportava mais o trabalho sozinho.

Outros benefícios seriam carreados para Manaus. Em 1969, a Igreja de Curitiba, pastoreada pelo Rev. José Ferreira Filho, que era também presidente da Junta de Missões, resolveu sustentar o trabalho do missionário Licurgo Ferreira Filho e a esposa Odália no interior do Amazonas. Sob a liderança do Presb. Borges, foi lançado o DAMA (Departamento de Amparo aos Missionários do Amazonas). Por meio dele, foi feito um apelo para que todos os membros da igreja participassem da evangelização da região mais distante do país, sem sair de casa, apoiando os obreiros que lá estavam. A chamada era: Vamos cobrir o Amazonas com o Evangelho de Cristo. O Rev. Mário chamou este momento de a “marcha para o Norte – reavivamento nas igrejas de Manaus e seus reflexos na IPI Amazonense”. Era o ano de 1971 e fervilhava a questão reavivalista. O Rev. Mário escreve: “Começou esse reavivamento, no retiro de carnaval, realizado pela mocidade da Igreja Presbiteriana de Manaus e se espalhou por várias igrejas de Manaus, especialmente a nossa”. No entanto, o próprio obreiro faz questão de explicar, “operação genuína do Espírito que não se confunde com esse movimento pentecostalista que, infelizmente, tem assolado nossa denominação”⁴².

Em 1972, o Rev. Mário estava preocupado em evangelizar alguns hippies marginalizados, os quais vez ou outra apareciam na igreja. Outro grupo com o qual ele sempre esteve preocupado foi o indígena. Visitou aldeias e, em 1984, escreveu um artigo refletindo sobre o “Projeto 2003”, onde afirmou: “A IPI do Brasil, que sempre foi a pioneira, tem que considerar a dívida que temos com os indígenas do Brasil e dos países vizinhos”⁴³.

Licurgo estava animado com os trabalhos do Amatari e Ilha Grande. Surgiu o plano de se mudar as atividades para a cidade de Itacoatiara, com a visão de expansão. O Rev. Mário transferiu-se, então, para Itacoatiara, por volta de março de 1974, uma antiga cidade, com cerca de 20.000 habitantes. Passaram a contar com a missionária Dorcas de Oliveira Corrêa, da Igreja de Ouro Fino e que era

⁴² O Estandarte, 31/5/1971.

⁴³ O Estandarte, 31/5/1984.



Templo de Amajari



Trabalho em Canaçari -
Iniciado pelo Rev. Mário



Rev. Mário e Marilza com a filha Marília no
barco Coroa Real

sustentada pela Igreja de Machado, ambas do sul de Minas. Era enfermeira e professora. Em 1980, havia em Itacoatiara uma igreja, 2 congregações e 3 pontos de pregação no interior. Em Manaus, havia uma igreja com 112 membros, 3 congregações na cidade e 2 pontos de pregação no interior.

Em 1983, a Igreja de Manaus vivia o pastorado do Rev. Raimundo Nonato Damasceno. Após visitar a cidade, o Rev. Aury Vieira Reinaldet escreveu: “Chamou-nos atenção a grande quantidade de jovens, 56 moços matriculados (...) Manaus representa um grande desafio à IPI do Brasil. Cabe-nos orar, corresponder e estender as mãos em favor de nossa igreja lá no Norte”⁴⁴. Em 1984, formou-se o Presbitério do Amazonas. Outros obreiros do campo neste período foram: Revs. Fernando José Batalha, Milton Barroso de França e Rubens Maia.

⁴⁴ O Estandarte, 31/1/1983.

■ PARÁ

A 1ª IPI de Belém é uma de nossas igrejas mais tradicionais. Sua organização data de 1907. Em 1951, o Rev. João Euclides Pereira visitou Belém. Nesta época, era pastor o Rev. Jonan Joaquim da Cruz. Belém contava com boa presença evangélica, com igrejas tradicionais e trabalho pentecostal. A menor era a IPI, contando com 43 membros comungantes e 25 menores, e escola dominical com 50 alunos matriculados. Sustentava seu pastor. Em 1966, o pastor era o Rev. Almir dos Santos e a igreja contava com 78 membros.

A Igreja de Belém permaneceu pequena. Em 1985, a cidade contava com duas igrejas. A 2ª Igreja começou como ponto de pregação, no Bairro Marambaia. Havia ainda uma congregação no bairro populoso de Terra Firme. Nesta congregação estava a missionária Elenice Gonçalves dos Reis, mantida pela Junta de Missões. A população da cidade era de 1.200.000 habitantes.

Outra cidade com presença da IPI é Santarém. Em 23/10/1983, um grupo iniciou o trabalho presbiteriano independente ali. O trabalho se iniciou na casa dos irmãos Etelvina e Sadi Francisco. Ele era diácono da 1ª IPI de Londrina, PR. Teve a colaboração de missionários da Missão Novas Tribos. Depois chegou Francisco e esposa, da 1ª IPI de São Paulo e, dois meses depois, o casal João e Vanja, vindos da 1ª IPI de Belém. Veio também o missionário Francisco Montoni, da IPI de Jacutinga, MG. Seis meses depois, foi consagrado o templo, com instalações para escola dominical e todo o mobiliário. A consagração se deu exatamente na comemoração do primeiro aniversário da abertura dos trabalhos, em 23/10/1984. A Junta de Missões enviou para o trabalho de Santarém o Rev. Cláudio Corrêa de Souza. Também trabalhou em Santarém o casal de missionários Irene e Michael Sivalee.



Rev. Jonan Joaquim da Cruz

O Rev. Jonas é secretário de Educação Cristã, coordenador missionário da IPI do Brasil e presidente da Missão Evangélica Caiuá

2

A IPI DO BRASIL E OS ANOS MAIS RECENTES: AVANÇOS E RECUOS (1986–1999)

Éber Ferreira Silveira Lima

INTRODUÇÃO

Melhor se compreenderá a história da IPI do Brasil se entendermos suas vinculações com a história do nosso país. Estudando com rigor os anos recentes da vida da igreja, poderemos tirar vantagens, se o fizermos como protagonistas desta história.

Neste ensaio fazemos uma espécie de memória documentada. O autor viveu muito desse período que aqui se vai interpretar e sobre o qual ainda não há bibliografia a respeito, exceto as fontes primárias. O presente texto, portanto, peca pela unilateralidade interpretativa. A premissa deste trabalho é a de que as ações humanas são fatos complexos, melhor compreendidos quando se leva em conta as contradições ideológicas, os interesses e paixões de seus atores. Nesse sentido, a igreja, como instituição histórica, move-se em meio a esses interesses e paixões.

Quanto à expressão *avanços e recuos*, o que, para o autor, é entendido como avanço pode significar recuo, para o leitor, e vice-versa.

1) UMA RECORDAÇÃO NECESSÁRIA: AS TURBULENTAS DÉCADAS DE 60, 70 E 80

As décadas de 60 e 70 estiveram inseridas no sombrio tempo da ditadura militar pós-64. A repressão, a perseguição e os lances de exclusivismo dos governos militares refletiram-se em grande medida na IPI do Brasil. As pessoas na base da igreja se encontravam assustadas, encolhidas, tendendo a um discurso e uma prática conservadoras resultantes da ideologia de segurança nacional adotada e da propaganda institucional do regime. As administrações lideradas pelos Revs. Daily Resende França e José Coelho Ferraz (presidentes do Supremo Concílio nesse período) viram-se pressionadas e sofreram a influência da ideologia vigente no período militar. Pastores e leigos foram perseguidos por causa de sua “heterodoxia” (casos dos Revs. Roberto Vicente Cruz Themudo Lessa, em Curitiba, e Antônio de Godoy Sobrinho, no norte do Paraná). Em 1962, este último e seu pai, o Rev. João de Godoy, fundaram o Instituto Bíblico João Calvino (IBJC), assumido pelo Presbitério de Maringá. O “João Calvino” passou a alimentar teologicamente muitos candidatos ao ministério daquela região.

Antônio de Godoy Sobrinho rumou para os Estados Unidos em fins de 1965 para fazer um curso de mestrado no Union Theological Seminary, de Nova Iorque. Retornou em 1968. Considerado “modernista”, chegou a ser visto por alguns como “um tumor que tem de ser vazado” na famosa reunião do Sínodo Meridional (1969), presidida pelo Rev. Palmiro de Andrade. Nessa reunião, Godoy foi sacado da direção do IBJC, que acabou entregue à ala “avivada” (partidários da renovação pentecostal na IPI do Brasil), na pessoa de Palmiro de Andrade, empossado como novo diretor. Em 1972, o Rev. Palmiro e outros, como o Rev. Adonias Ribeiro de Castro, participou da organização da Igreja Presbiteriana Independente Renovada (IPIR), levando consigo boa parte dos alunos, os quais se transferiram para Cianorte, PR, onde foram integrados ao instituto bíblico da recém-criada IPIR.

Em São Paulo, em junho de 1968, a Faculdade de Teologia da IPI foi fechada. Todos os alunos da época, incluindo Assir Pereira e Leontino Farias dos Santos, que no futuro se tornariam presidentes da igreja, foram expulsos. A faculdade foi reaberta no início de agosto.

Na IPI, ministros também foram pressionados para deixar seus cargos em instituições da igreja (o Rev. Abival Pires da Silveira saiu da Faculdade de Teologia em 1975, onde era deão e professor, debaixo das acusações de modernismo teológico). A igreja perdeu o que possuía de discurso social no início da década de

60 (discurso formado ao tempo de forte atuação da Confederação Evangélica do Brasil, na qual a IPI sempre teve boa participação). Restou apenas a ênfase na evangelização pessoal, desvinculada de qualquer preocupação político-social. Militares e civis imbuídos do espírito “revolucionário” atuavam na igreja com poder de influência jamais visto [vide artigo do Rev. Leonildo Silveira Campos, um dos atingidos por essa ação, em *O Estandarte* de julho de 1987; do mesmo autor, seu artigo “A IPI nos “anos de chumbo” (1964-1985)”, no 2º *Caderno do Centenário*, 2002].

Ilustra muito bem esse quadro a “Pastoral do 31 de Julho” do Rev. José Coelho

Ferraz, na grande concentração nacional de Campinas, SP, em 1/7/1973 (*O Estandarte* de 31/7/1973). Assim disse o presidente do Supremo: “**No grande esforço que hoje é feito para o fortalecimento e o progresso do Brasil, procuraremos dar a melhor colaboração que está ao nosso alcance** (negrito nosso), aque-



Revs. Seth Ferraz e José Borges dos Santos Jr., presidentes da IPI e da IPB, cumprimentam-se ao tempo das comemorações conjuntas do centenário do presbiterianismo no Brasil (1959)



Rev. Antônio de Godoy Sobrinho, ministrando aula, no começo da atividade do Seminário Teológico de Londrina. Godoy foi a alma dessa Casa de Profetas da IPI do Brasil

la que é própria da Igreja de Cristo: unamos as nossas forças, os nossos ideais, o nosso interesse, o nosso amor, os nossos talentos, os nossos recursos, e partamos, enquanto é tempo, para a grande cruzada nacional de evangelização” (*O Estandarte*, 31/7/1973, p. 4). Ou seja: a campanha de evangelização era a forma da igreja, “abalada pela saída dos avivados”, responder aos estímulos do governo militar, evitando preocupações de natureza crítica com relação à realidade social e política. Em tal situação, líderes eclesiais, alguns militares, embora sinceros em sua devoção ao cristianismo e em sua lealdade à igreja, ficavam como que dominados por um fundamentalismo teológico identificado com as ideologias de direita.

Outras igrejas sofreram impacto maior de certo militarismo de direita, mas a IPI também sentiu os reflexos profundos desse momento histórico. Crises ocorreram (a cisão pentecostal de 1972), padrões de comportamento sectário se estabeleceram (a rejeição a tudo que fosse diferente ou novo) e um salto ministerial de qualidade ficou prejudicado. O último tinha sido o de um grupo de pastores que atuou na igreja nas décadas de 20 e 30 e que foi chamado de “liberal”. Na verdade, um novo salto de qualidade foi abortado pela ameaça de um fechamento ideológico e teológico.

■ GRUPO VOLUNTÁRIO DE ESTUDOS (GVE)

Esse espírito liberal, mais aberto e amadurecido, esteve presente na pessoa de um dos fundadores da igreja, o Rev. Otoniel Mota. Também esteve presente com os novos líderes da IPI ao tempo da “Questão Doutrinária”, como os Revs. Lívio Teixeira e Epaminondas Melo do Amaral. Tal espírito marcou indelevelmente a IPI do Brasil, distinguindo-a das demais denominações protestantes brasileiras. Não como expressão do liberalismo teológico do final do século XX, mas, sim, do liberalismo filosófico clássico: o espírito de tolerância para com as diferenças, de respeito à ciência e ao saber erudito, de observância de uma ética social.

Na IPI, tal espírito foi mantido e repassado no ambiente da Faculdade de Teologia. Também esteve presente e pontificou na IPI por ocasião da abertura política promovida pelo presidente Ernesto Geisel (1974-1979). Encampado por pastores que se formaram na Faculdade de Teologia em meio às lutas e contradições das décadas de 60 e 70, esse espírito liberal levou tal grupo a unir-se em torno da candidatura do Rev. Abival Pires da Silveira, pastor titular da 1ª IPI de São Paulo, à presidência do Supremo Concílio que, no final dos anos 70, contou com o apoio de uma plataforma sustentada pelo “Grupo Voluntário de Estudos” (GVE), formado por pastores e leigos. O GVE trabalhou os temas a serem objeto de mudanças na igreja e deu respaldo político à candidatura Abival.

Os resultados foram impressionantes! Na sessão de abertura do Supremo Concílio, na IPI da Casa Verde, em São Paulo, em janeiro de 1981, uma nova diretoria foi eleita, de forma contundente e arrasadora: Rev. Abival Pires da Silveira, presidente; Rev. Rubens Cintra Damião, vice-presidente; Rev. Isaías Garcia Vieira, primeiro secretário; Presb. Ariovaldo Ferraz Arruda, segundo secretário.

O GVE trabalhara princípios e estratégias em aberto e articulara a candidatura Abival de maneira reservada. Este, por sua vez, apontou vários nomes tirados do próprio grupo articulador, alguns deles esquecidos ou marginalizados, sendo o mais notável Antônio de Godoy Sobrinho. Coube a ele um dos sermões, nas noites devocionais do concílio, que se tornou inesquecível: “Memória e Esperança”, baseado em 1 Coríntios 11.23-30 e Lamentações 3.21. Godoy se tornaria uma das principais peças dos 6 anos de administração Abival, recompondo-se em parte o grupo dos estudantes sonhadores dos anos 60.

Um amplo leque de apoios sustentou a candidatura Abival. Além dos que estavam no GVE, outros líderes da igreja foram incluídos: Rubens Cintra Damião, um dos decanos do ministério da igreja, pastor de extrema vivência na liderança denominacional, ex-reitor da Faculdade de Teologia, de posição teológica conservadora, porém homem da política eclesial; Isaías Garcia Vieira, de tendência conservadora, líder de importante e histórica região da IPI, o sul de Minas Gerais; Ariovaldo Ferraz Arruda, jovem presbítero, da emergente e poderosa região do norte do Paraná, particularmente de Londrina. Ademais, muitas amarrações com diferentes regiões da igreja (a começar pelo norte e nordeste, historicamente sempre esquecidos) e com os vários grupos ideológicos existentes (inclusive com os conservadores, a fim de afastar a idéia de que um governo Abival empurraria a IPI para o liberalismo teológico e o ecumenismo).

A argúcia e o talento do Rev. Abival harmonizaram-se com o clima de abertura política no Brasil no final dos anos 70, sob o presidente Geisel. A essa abertura seguiu-se a ação da igreja, atendendo rapidamente às demandas dos seus vários setores, em clima de pastoralidade e espírito democrático, que marcaram a primeira administração do Rev. Abival (1981-1983). O momento nacional foi extremamente propício para possibilitar o que temos chamado de “atualização” da Igreja Independente (processo de modernização da igreja, marcado pelo grupo liderado pelo Rev. Abival). Além do mais, o amplo espectro de apoios que o Rev. Abival recebeu só pode ser comparado ao apoio dado ao Rev. Eduardo Carlos Pereira, nos primeiros anos de vida da “Igrejinha dos milagres”.

A “atualização” da igreja seguiu as grandes metas propostas pelo Rev. Abival. Em primeiro lugar, o líder deixou clara sua estratégia inclusiva: ser presidente,



Mesa Administrativa da IPI do Brasil reunida em São Paulo, no Edifício Eduardo Carlos Pereira: Presb. Josué Pacheco de Lima, e os Revs. Ezequias dos Santos, Abival Pires da Silveira, Rubens Cintra Damião e Isaías Garcia Vieira

moderador e pastor de **toda** a IPI do Brasil (“Palavra do Presidente”, em *O Estandarte* de fevereiro de 1981). Em segundo lugar, trabalhar áreas específicas, que eram: a) missão, incluindo evangelização, missões e diaconia; b) projeto de educação cristã; c) educação teológica; d) abertura da igreja para o mundo evangélico; e) modernização da administração da igreja; f) integração das diferentes regiões da IPI do Brasil; g) promoção de reforma dos documentos eclesiais, inclusive da Constituição da Igreja.

A “atualização” foi a nova estratégia adotada pelo Rev. Abival para concretizar alguns de seus sonhos. Segundo seu próprio depoimento, a saída de 3 jovens para estudos de pós-graduação nos EUA (Xel Santana Graça, em 1964, Antônio de Godoy Sobrinho, em 1965, e o próprio Abival, em 1969) foi um lance da estratégia que pretendia uma mudança na igreja com base em transformações na Faculdade de Teologia. No entanto, Xel Santana radicou-se nos Estados Unidos; Godoy foi duramente combatido em seu trabalho no Instituto Bíblico João Calvino, em Arapongas; Abival foi absorvido pela Faculdade de Teologia, mas sempre sob olhos vigilantes, o que acabou resultando em sua saída (1975). O que parecia uma derrota foi apenas retirada estratégica: deixara Abival o Seminário a fim de buscar os espaços de onde pudesse participar do processo de mudança da igreja. Seis anos depois, era o presidente do Supremo Concílio.

Durante a primeira administração de Abival Pires da Silveira, ocorreu a comemoração dos 80 anos da denominação, em 1983. Foi um grande momento de celebração, idealizado para estimular o resgate da

identidade histórica da Igreja Independente. Para a ocasião, encomendou-se hino especial (com letra do Rev. Machado Correa – “Já faz oitenta anos que ouvimos o clarim”), um disco com os hinos históricos da IPI do Brasil (cantado por um coral formado por pastores e leigos da igreja) e uma concentração com culto solene na 1ª IPI de São Paulo, quando pregou o Rev. Jonas Dias Martins, um dos decanos do ministério da igreja.

A vitoriosa liderança do Rev. Abival e os avanços extremamente significativos fizeram com que o Supremo Concílio, na reunião de Londrina, 1984, o reconduzisse a um segundo mandato (1984-1986). Lançou-se nessa reunião o chamado “Projeto 2003”, que visava à preparação da IPI do Brasil para colher os frutos de uma ação planejada que culminaria no seu centenário. Embora proveitosa, a segunda legislatura do Rev. Abival enfrentou desgastes naturais e perdeu parte da força de seu impacto inicial. O arco de apoios já não apresentava a mesma consistência, com o retorno de velhas queixas e desconfianças localizadas.

Em 1987, o Supremo Concílio, reunido na 1ª IPI de São Paulo, elegeu como presidente, para um termo de 4 anos, o Rev. Assir Pereira, que havia sido secretário executivo do Rev. Abival em sua segunda gestão. Era uma importante sinalização que a igreja dava pela continuidade dos caminhos aplainados em 6 anos de “atualização”. Nesse concílio, a igreja adotou uma nova logomarca (criada pelo artista gráfico Roberto Almenara, que venceu um concurso iniciado no Supremo Concílio de Londrina, 1984), que se tornou um símbolo da IPI do Brasil.

A política do país, porém, já vivia um momento diferente. O povo brasileiro, que participara vibrantemente da “campanha das diretas já” (1984), que experimentara, aliviado, o final do regime militar (Figueiredo, 1979 a 1985) e que se emocionara com a morte do presidente eleito Tancredo Neves (1985), esperava ansioso pelas transformações democráticas que poriam fim à interminável crise econômica e aos desmandos políticos.

A decepção com o governo de José Sarney e os problemas políticos e econô-

A vitoriosa liderança do Rev. Abival e os avanços extremamente significativos fizeram com que o Supremo Concílio, na reunião de Londrina, 1984, o reconduzisse a um segundo mandato (1984-1986). Lançou-se nessa reunião o chamado “Projeto 2003”, que visava à preparação da IPI do Brasil para colher os frutos de uma ação planejada que culminaria no seu centenário.

micos vividos nesse período (1985-1989) trouxeram um frio ceticismo que também atingiu a igreja. O Supremo Concílio de 1987 transpirou esses sentimentos e as propostas ali apresentadas soaram para muitos na assembléia como retórica governista. Um exemplo foi a aprovação da nova sistemática de trabalho leigo, encerrando-se as atividades em separado das confederações de homens e de senhoras.

2) O DESGASTE DO “MODELO ATUALISTA” E AS DIFICULDADES DO PERÍODO ASSIR PEREIRA

A legislatura que teve o Rev. Assir Pereira à frente transcorreu em um momento de desencanto e perplexidade no país. Esse espírito pessimista e crítico refletiu-se na igreja, gerando falta de apoios e de envolvimento. Mesmo entre as comissões e grupos de trabalho da nova equipe havia pessoas-chave sem o devido comprometimento.

Assir tinha sido um dinâmico secretário executivo na legislatura anterior. No entanto, como substituir Abival? A figura deste último era quase uma unanimidade na igreja e gozava de uma respeitabilidade pouco vista nos 84 anos de existência da IPI do Brasil.

Mencione-se também o desgaste do próprio “modelo atualista” e de seus projetos. Um exemplo foi o grande projeto de educação cristã, que produziu, sob a condução do Rev. Leonildo Silveira Campos, revistas de escola dominical para praticamente todas as faixas etárias (alcançando, no ano de 1984, a tiragem extraordinária dos 50.000 exemplares!), e que se baseava na qualidade do material, mas também se sustentava na determinação do Supremo Concílio pela obrigatoriedade de seu uso pelas igrejas locais. Essa obrigatoriedade foi derrubada pelo próprio Supremo na reunião de 1987 em São Paulo, resolução essa que interessava a presbitérios críticos do conteúdo das revistas, como o do Ipiranga, historicamente conservador e que havia proposto o levantamento da obrigatoriedade. Tal medida pesou decisivamente na diminuição dos usuários das revistas, nos anos seguintes.

A equipe de Assir, eleita no Supremo de 1987, assim constituiu-se: 1º vice-presidente, Rev. Abival Pires da Silveira; 2º vice, Rev. Othoniel Gonçalves; 1º secretário, Presb. Francisco de Almeida; 2º secretário, Presb. Irany de Souza Castro; 3º secretário, Presb. Walter Signorini. A eles agregaram-se o secretário executivo, Rev. Cláudio Oliver dos Santos, e o tesoureiro, Rev. Pedro Sanches Vierma.

A formação denota o esforço em manter a ligação com a legislatura anterior, bem como em atrair apoio de setores mais conservadores (com presbíteros representantes de dois fortes concílios conservadores, o Presbitério de Assis e o Presbitério do Ipiranga). Os demais componentes eram da região de São Paulo, exceto o Rev. Othoniel, do norte do Paraná.

A administração Assir Pereira viu-se inserida em um período de grande turbulência econômica no país. O Plano Cruzado, lançado em 1986 pelo presidente Sarney entrara no ano de 1987 em pleno colapso, após alcançar sucesso nos primeiros meses. Em paralelo, corria no Brasil uma outra grande reforma, a constitucional. A Assembléia Nacional Constituinte (1987-1988) produziu um bom texto de natureza político-social. A nova Constituição, porém, não produziu o “milagre” de aliviar o dia-a-dia apertado da classe média, e o cotidiano de pobreza e miséria da grande massa de brasileiros. Assim, o país não se apercebeu dos avanços jurídicos obtidos com a chamada “Constituição Cidadã”, refletindo ape-



Culto de encerramento da 10ª Reunião Ordinária do Supremo Concílio, realizado no Ginásio Colossinho, em Londrina, Paraná (1984): Presbs. Ariovaldo Ferraz Arruda, Hélio Teixeira Callado, Revs. Sebastião Gomes Moreira, Rubens Cintra Damião, Abival Pires da Silveira, Ezequias dos Santos, Messias Anacleto Rosa e Assir Pereira

nas o desconforto quase insuportável causado pela hiperinflação e pela piora dos índices sociais.

A administração Assir foi atropelada por esse quadro, particularmente pela economia em crise e pelo desalento generalizado. No que toca às realizações dessa legislatura, pode-se destacar as seguintes: a) promoção de uma reforma da Constituição da Igreja, concluída em 1989; b) criação de novos presbitérios e sínodos (pequenos presbitérios, difíceis de operacionalizar, que pareciam indicar a tentativa de mostrar uma “igrejona” que, na realidade, nunca existiu); c) participação de leigos (homens e mulheres) na reunião do Supremo Concílio de 1989, que tiveram voz na assembléia, sem direito a voto, tratando-se de uma experiência absolutamente inédita; d) envio de um casal de missionários brasileiros, (Celma e Rev. Celso Machado) ao Chile para trabalhar em missão tripartite com a igreja chilena e a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos; e) abertura do jornal oficial para o debate em torno da ordenação feminina.

Tais lances foram minimizados em função da crise econômica que alcançou a igreja. N’*O Estandarte* de abril de 1988, o tesoureiro, Rev. Pedro Sanches Vierma, em artigo intitulado “A igreja pode parar!”, dizia: “Hoje, dia 30 de abril, temos a lamentar que esteja faltando dinheiro para pagar os funcionários, os professores dos seminários... até mesmo os missionários, os jubilados e as viúvas” (p. 5). Segundo o mesmo artigo, 201 das 394 igrejas estavam atrasadas com seus dízimos ao Supremo. A omissão das igrejas refletia a crise econômica brasileira, mas também expressava o descomprometimento geral e a tendência crescente ao congregacionalismo eclesiástico.

A crise financeira da igreja ficaria pior, a ponto de inviabilizar a publicação regular de *O Estandarte*. Os números do jornal referentes aos meses de novembro e dezembro de 1989 compuseram uma só edição. Isso aconteceria também no ano seguinte.

A luta contra a frieza denominacional e a inadimplência eclesiástica sofreria duro revés em 1989. O Rev. Assir assumiu a presidência de um importante e dos mais complicados órgãos públicos estaduais – a Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEM), no final de fevereiro, nela permanecendo até janeiro de 1990. Embora esse cargo fosse uma espécie de concretização de um dos sonhos do presidente do Supremo (trabalhar em prol da criança marginalizada e envolver a igreja nessa luta), tornou-se, para ele e para a IPI, um entrave, pois ocupou uma grande parte do tempo do presidente. Esse mesmo equívoco (a ênfase nos assuntos políticos extra-eclesiásticos) foi cometido também pela equipe de *O Estandarte*, pois pouca coisa se veiculava do dia-a-dia das igrejas nas páginas do jornal.

■ ABIVAL ASSUME A PRESIDÊNCIA

Motivado pela experiência na FEBEM e por sugestão de pessoas que queriam vê-lo mais envolvido na política, Assir pensou em ampliar seu ministério, candidatando-se a uma vaga de deputado federal por São Paulo. Em função disso, licenciou-se da presidência em 1º de maio. A “Palavra do Presidente”, n’*O Estandarte* de abril/maio/junho de 90 (um jornal para três meses!), à página 20, trouxe uma “Carta Aberta a IPI do Brasil”, na qual o presidente explicava a sua licença e solicitava que a IPI desse seu apoio ao vice-presidente em exercício, o Rev. Abival Pires da Silveira.

Abival assumiu e viu-se à frente da igreja em grande crise financeira, teológica e institucional. Crescera o movimento carismático nas igrejas históricas, inclusive na IPI. Agigantara-se, nesse contexto, a figura de Antônio de Godoy Sobrinho, quer pelas páginas do órgão oficial, quer nos concílios, bem como à frente do Seminário de Londrina (do qual foi, desde o começo, em 1982, o diretor).

Pode-se mapear os sinais da evolução e da influência carismática nas páginas do órgão oficial. Discutia-se bastante em *O Estandarte* a questão da chamada “igreja eletrônica”, dando-se destaque a seus dois principais pregadores (Rex Humbard e Jimmy Swaggart) (fevereiro de 88).

Pode-se mapear os sinais da evolução e da influência carismática nas páginas do órgão oficial. Discutia-se bastante em *O Estandarte* a questão da chamada “igreja eletrônica”, dando-se destaque a seus dois principais pregadores (Rex Humbard e Jimmy Swaggart) (fevereiro de 88). Swaggart criticava abertamente as igrejas protestantes históricas, tachando-as de frias e de carentes da ação do Espírito Santo. São também dessa época as primeiras publicações de propagandas de congressos e caravanas evangélicas para Jerusalém, coordenadas por empresários do setor e lideradas por pastores pentecostais e carismáticos. Muitos presbiterianos independentes se integraram a essas caravanas. Tais “congressos” eram, em sua maioria, um festival de aberrações e invenções religiosas. Suas novidades (como o rebatismo nas águas do Rio Jordão) iam criando e reforçando uma igreja e uma liderança paralela.

A questão de lideranças estava posta no cenário político brasileiro desde 1989. Desde 1960, não se realizava no Brasil o processo de eleições diretas para a presidência da República. Com a redemocratização, o país participou intensamente das eleições presidenciais, que traziam candidatos antigos e respeitáveis ao

lado das caras novas da política, bem como uma figura de ascensão meteórica, apoiado pela Rede Globo: o ex-governador das Alagoas, Fernando Collor de Mello.

Após a sua posse como presidente, em março de 1990, a imediata adoção do “Plano Collor” e os primeiros meses de seu atribulado governo, o país sentiu o superficialismo da retórica pseudo-moderna do novo presidente. A revelação do blefe e das falcatruas da equipe de Collor provocou a indignação popular e a marcha do processo que desembocaria no “impeachment”, em dezembro de 1992. De nada adiantaria toda essa mobilização política. Com Collor, o Brasil se abriu, de forma escancarada, ao neoliberalismo e à globalização.

A figura carismática de Collor mostrou-se apenas uma construção da mídia. Isso realça um fenômeno do tempo, que se refletiu também na IPI: a corrida por líderes carismáticos, diferentes, espalhafatosos e de discurso aparentemente moderno.

Semelhantemente, os líderes religiosos vendedores de novidades, surgidos aos borbotões no Brasil das décadas de 80 e 90, egressos do meio pentecostal ou provenientes de movimentos carismáticos ocorridos nas igrejas de tradição histórica, tornaram-se, via televisão, “pastores” e “pastoras” do povo evangélico em geral (Valnice Milhomens, Edir Macedo, R. R. Soares, o casal Estevão e Sônia Hernandez, Robson Rodovalho, Caio Fábio, etc.). Eram o produto religioso ideal para um período tão confuso, superficial e complicado, chamado de “pós-modernidade”. Esse é o pano de fundo que não pode ser retirado da vida e da história da IPI nos anos finais da década de 80 e iniciais da década de 90.

O Rev. Assir retomou a presidência do Supremo Concílio no mês de novembro de 90. Sem eleger-se deputado, voltou a tempo de liderar o esvaziado processo eleitoral interno que se avizinhava. Faltavam candidatos para a presidência do Supremo. A igreja estava voltada para o discurso religioso externo, aproximando-se daquilo que via na televisão e que se passava nas chamadas “comunidades” (igrejas autônomas, de linha carismática, cheias de gente e de tecnologia). Diante disso, o que haveria de chamativo em um processo eleitoral burocratizado, desenvolvido no contexto de uma estrutura tradicional, defasada, empobrecida e até decadente? Que adiantaria envolver-se na disputa política de uma instituição repressora do carisma, dominada por liberais e simpatizantes do movimento ecumênico?

A Comissão Executiva da IPI decidiu estender o prazo de inscrição de candidaturas para a presidência da igreja até a véspera da eleição, pois até a data-limite para as inscrições, 30/10/1990, somente um candidato tinha efetuado o seu registro. Ademais, a reforma da Constituição e do Código Eleitoral provavelmente trariam mudanças no processo, notadamente na composição da diretoria do

Supremo Concílio.

Como tesoureiro no primeiro mandato de Abival, também por certo período acumulando a função de secretário executivo, o Rev. Ezequias dos Santos tinha feito um trabalho muito elogiado. Ele representava, naquele momento, a ala desejosa do retorno da igreja a uma postura mais conservadora, que se constituísse em uma “alternância na direção da igreja” (de ordem teológica). A ala representada pelo Rev. Ezequias criticava também o que entendia como distanciamento dos líderes anteriores em relação ao dia-a-dia da igreja (seminários, departamentos e igrejas locais). Sua chapa incluía os seguintes candidatos: Rev. Isaias Garcia Vieira (para a 1ª vice-presidência), Rev. Carlos Barbosa (para a 2ª), Rev. Alfredo Maciel (para a 3ª), Rev. Cylas Rissardi (para a 1ª secretaria), Presb. Joel Pascoalino Ferrari (para a 2ª) e Presb. Eliezer Jerônimo (para a 3ª).

A candidatura conservadora despertou os segmentos interessados na manutenção de uma caminhada mais aberta, nos rumos da “atualização”. O Rev. Abival, que não desejava mais a presidência e se preocupava em dar atenção total à 1ª IPI de São Paulo, foi demovido de suas idéias de “aposentadoria”. Quase unanimidade na igreja, restou como o candidato que poderia unir a IPI para en-



Diretoria da IPI do Brasil em ação, dirigindo culto do Supremo Concílio. Ao fundo, a logomarca do Projeto 2003, lançado no ano de 1984

frentar a crise eclesialística embutida na crise nacional. Abival compôs uma chapa que incluía os dois nomes de mais forte liderança na igreja nos anos anteriores, como 1º e 2º vice-presidentes: respectivamente, o Rev. Antônio de Godoy Sobrinho, diretor do Seminário de Londrina, e o Rev. Mathias Quintela de Souza, pastor da 1ª de Curitiba e secretário de Missões e de Evangelização. Ao lado do Rev. Jonas Gonçalves (3º vice), do Rev. Hírcio de Oliveira Guimarães (1º secretário), do Presb. Irany de Souza Castro (2º secretário) e do Rev. Edival Ferreira Brandão (3º secretário), tais líderes compuseram uma equipe forte, que ficou com 104 votos dos 127 possíveis na reunião do Supremo Concílio.

3) A LEGISLATURA ABIVAL E A “EXPLOSÃO CARISMÁTICA”

A idéia de Abival era fazer valer as principais virtudes e especialidades dos membros de sua equipe em áreas estratégicas: Godoy, na área educacional; Mathias, na área missionária; Jonas, na área administrativa. No entanto, as dificuldades da igreja continuaram tão agudas que a administração imediata dos problemas acabou se concentrando no tripé do escritório central em São Paulo, a saber, os Revs. Abival, Pedro Sanches Vierma (na tesouraria) e Valdomiro Pires de Oliveira (na secretaria executiva).

“A reforma da Constituição e o Plano Básico de Diretrizes são apenas instrumentos a serviço da vida da igreja. O mais importante é a **vida da igreja**. A igreja precisa ter **vida e vida abundante**. Esse é o desafio maior que temos diante de nós como Igreja para esses próximos anos”.

As crises brasileiras continuavam a invadir a igreja. A herança de Collor, assumida pelo vice-presidente Itamar Franco em particularmente dois de seus aspectos (o econômico e o moral), eram desafios que pareciam muito grandes para um político de uma carreira mediana. Ao assumir, em dezembro

de 1993, Itamar prometeu apenas que não toleraria corrupção em seu governo. No entanto, contava com um homem, intelectual e professor universitário, que haveria de contribuir decisivamente para mudar a história daqueles dias: Fernando Henrique Cardoso. O senador por São Paulo, no cargo de ministro da Fazenda, foi o responsável pelo plano econômico lançado em julho de 1994: o Plano Real, que trocou a moeda, desindexou a economia e pôs abaixo a hiperinflação.

O país respondeu positivamente ao Plano Real. O efeito político mais importante foi a eleição de Fernando Henrique para presidente em 1994. Homem de esquerda, Fernando Henrique (FHC) governou pragmaticamente, adotando os ditames neoliberais e afastando-se das posturas por ele assumidas como sociólogo e político. Seu governo foi ativo no estabelecimento de uma política externa que desejava projetar o Brasil como um país confiável para investimentos. Chegou ao último ano de seu mandato, em 1998, na condição de favorito à re-eleição.

Os problemas administrativos, financeiros e teológicos da igreja foram enfrentados com a aprovação em 1991 de um novo plano: o PBD (Plano Básico de Diretrizes), que incluía um moto para a primeira fase (“IPI do Brasil, Uma Igreja Apaixonada”). Na verdade, o PBD era uma espécie de redescoberta e desdobramento do “Projeto 2003”, do segundo mandato do Rev. Abival (1984). A igreja, assim, buscava se organizar melhor para enfrentar as dificuldades. Porém, o Rev. Abival alertava, na “Palavra da Presidência” (*O Estandarte* de abril de 91): “A reforma da Constituição e o Plano Básico de Diretrizes são apenas instrumentos a serviço da vida da igreja. O mais importante é a **vida da igreja**. A igreja precisa ter **vida e vida abundante**. Esse é o desafio maior que temos diante de nós como Igreja para esses próximos anos” (p. 28).

Apresentado como solução para a crise espiritual da denominação, o movimento carismático “explodiu” na IPI sem que houvesse tempo para que Abival e sua equipe propusessem o resgate da “paixão por Deus, pela igreja e pela missão”. Triunfavam nas igrejas locais as tendências carismáticas e acirrou-se o debate contra elas.

O Estandarte, porém, não gozava da confiança de toda a igreja. Vinha sendo criticado por conservadores e carismáticos face à sua linha editorial, vista como demasiadamente ecumênica. O presidente do Supremo, para prevenir brechas e evitar uma crise, teve de cancelar a edição já impressa de *O Estandarte* de outubro de 91, pois trazia reportagens de destaque sobre a assembléia geral da CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviços), da qual a IPI era e é membro e sobre um encontro CESE-CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs). Representando a IPI nas referidas reuniões estavam o secretário executivo, o Rev. Valdomiro, e o redator de *O Estandarte*, o licenciado Carlos Eduardo Brandão Calvani.

A solução foi providenciar um único número para outubro e novembro, limitando-se a nota sobre a assembléia da CESE a um quarto de uma das páginas internas, sem qualquer menção ao encontro CESE-CONIC. O incidente ilustra os muitos problemas que o jornal enfrentou e que determinaram a troca de redator,

em maio de 92, de membros da direção, em agosto do mesmo ano, e do diretor do órgão oficial, no primeiro trimestre de 93. Assumiu a direção de *O Estandarte* o próprio Rev. Abival. A crise fez o jornal sair com o número histórico do seu centenário valendo para os três primeiros meses do ano.

A questão carismática e crise institucional passaram a ser tratados como problemas a serem enfrentados com urgência. As pastorais do presidente alertavam para o perigo do “carismatismo” e da falta de lealdade à igreja: “Os pastores de índole carismática só fazem isolar ‘suas’ igrejas da vida do corpo maior em nome de um falso confronto (...) É necessário que os presbitérios ministrem e administrem essa questão com competência e coragem pastorais... Nosso problema é um problema de amor. Tem faltado **amor à igreja**. Não seremos uma igreja vitoriosa e abençoada enquanto não aprendermos a **amar tudo o que é nosso**” (*O Estandarte*, dezembro de 91, p. 12). Na mesma linha de pensamento, Godoy escrevia artigos apontando para a fraqueza da interpretação da Bíblia pelo pentecostalismo e defendendo o “glorioso ministério do Espírito Santo” em bases bíblicas e reformadas condizentes com a confessionalidade presbiteriana (ver *O Estandarte* de janeiro de 92, p. 15). No entanto, as palavras não eram mais suficientes. Era preciso passar à ação conciliar.

■ “SÃO SEBASTIÃO” E A QUESTÃO CARISMÁTICA

Convocou-se o Supremo Concílio, que foi realizado em São Sebastião, litoral de São Paulo, de 15 a 19/2/1993, e que incluía na pauta o estudo do assunto. Ao invés do discurso impositivo, a direção da igreja deu preferência ao diálogo. Preletores das diferentes tendências foram convidados, todos da IPI, para falar sobre o Espírito Santo e a questão eclesial-institucional. A assembléia estava, de fato, dividida. Havia uma grande representação carismática. Os mais exaltados entendiam ser aquela reunião a oportunidade para mudar a igreja e colocá-la nos trilhos da espiritualidade pentecostal. Outros esperavam que a assembléia viesse a dar aos carismáticos um espaço oficialmente reconhecido. Estavam lá também os defensores das cores da igreja e de sua doutrina habitual, ansiosos por uma reunião que pusesse ordem na casa. E havia os que desejavam uma acomodação, uma espécie de acordo entre as tendências.

O concílio aprovou dois importantes documentos – “A doutrina do Espírito Santo e seu lugar na vida da igreja” e “Fortalecimento Institucional da Igreja” – com os quais: a) reafirmou a necessidade de manter sua confessionalidade e tradição presbiteriana; b) instou os oficiais à lealdade denominacional; c) reconheceu a

contemporaneidade de todos os dons espirituais; d) determinou prudência, cuidado e sabedoria aos concílios, igrejas e oficiais, relativamente aos novos movimentos surgidos. Ademais, determinou que todas as palestras da reunião fossem publicadas no jornal oficial, bem como nomeou uma comissão para aprofundar os estudos e elaborar um texto doutrinário e normativo para a igreja.

A “Comissão dos Doze”, como ficou conhecida, sob a coordenação do Rev. Godoy, ficou assim composta: Revs. Isaías Garcia Vieira, Carlos Fernandes Meier, Gerson Correia de Lacerda, Antonio Carlos Nasser, Éber Ferreira Silveira Lima, Ezequias dos Santos, Valdemar de Souza, João Francisco de Almeida, e Presbs. Nilson Zanella, Rubens Figueira de Mello e Fernando Navarro Toledo. Ao longo do trabalho, reduziu-se a 9 pessoas, a saber, Godoy, Carlos Meier, Gerson Lacerda, Nasser, Éber, Valdemar, Zanella, Isaías e Fernando Navarro. A comissão produziu, após quase dois anos de trabalho, o texto *A Doutrina do Espírito Santo*, que teve sua pequena tiragem rapidamente esgotada. Sem ser dogmático, o livro trabalhou a doutrina, a história, e eclesiologia, a liturgia e a fenomenologia da questão-tema, constituindo-se o seu conteúdo em um avanço extraordinário. *A Doutrina do Espírito Santo* circulou entre pastores, líderes e estudantes de teologia, mas não obteve os efeitos desejados de ajudar fortemente na doutrinação das comunidades locais.



Diretoria da IPI do Brasil, legislatura 1987-1989: Revs. Cláudio Oliver dos Santos, Abival Pires da Silveira, Assir Pereira, Presbs. Francisco de Almeida, Irany de Souza Castro e Walter Signorini

No Supremo de São Sebastião constatou-se como a igreja estava influenciada pela linha carismática mais radical. Pessoas diziam ter recebido miraculosamente, naqueles dias de reunião, “dentes de ouro” (a novidade carismática que corria pelas igrejas evangélicas brasileiras) e até os liberais e ecumênicos haviam recebido, vendo-se no “milagre” um sinal da operação do Espírito Santo.

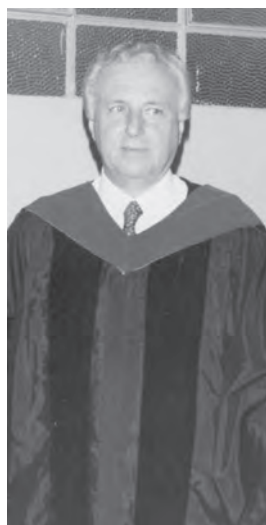
Todos saíram de São Sebastião julgando-se vitoriosos. Os carismáticos interpretaram as decisões como uma abertura da igreja para **qualquer** fenômeno espetacular (baseados no reconhecimento, pelo Supremo, da contemporaneidade dos dons). Os defensores da confessionalidade da igreja apontavam para os documentos e as providências tomadas que visavam “segurar” os fenômenos esquisitos e a pregação sem referência. Os contemporizadores criam em uma espécie de acomodação geral das coisas, após o concílio. O fato é que o avanço carismático encorajou um grupo de líderes identificados com essa linha à articulação política para alcançar a administração da igreja. Com tantas igrejas de tendência carismática, o documento sobre o fortalecimento institucional foi inicialmente esquecido ou ignorado, tal o impacto do reconhecimento da contemporaneidade dos dons pelo Supremo Concílio.

As determinações do Supremo Concílio continuavam a ser desconhecidas, a ponto do Rev. Abival ter de voltar energicamente ao assunto, em pastoral publicada em *O Estandarte* de fevereiro de 1994 (p. 12). Tal manifestação dava-se em resposta a uma carta do Rev. Paulo Martins de Almeida, um dos mais respeitados pastores jubilados, que expunha o seu lamento face à situação corrente na IPI Getsêmani, localizada na cidade de Santos, SP. Visitara a igreja santista, a convite de o pastor titular, um pregador pentecostal que dizia ter morrido, visitado o céu e depois ressuscitado (“O Pastor que Ressuscitou”, *O Estandarte*, p. 3).

A situação tomou vulto em Londrina, PR, onde a 1ª IPI local, com um fantástico crescimento numérico, tornou-se uma espécie de “Meca” do movimento carismático. Ao adquirir uma garagem de ônibus e transformá-la num mega-espço de cultos, o Espaço Esperança, a 1ª Igreja passou a hospedar e a promover eventos com nomes de grande trânsito no meio carismático. O episódio mais marcante ocorreu na passagem pelo local do evangelista norte-americano Benny Hinn, o que gerou uma reação imediata de professores e alunos do Seminário de Londrina. Hinn, conhecido pela prática do chamado “tombo no Espírito” e por provocar êxtases nos auditórios, causou furor no Espaço Esperança ao derrubar os dois pastores da 1ª Igreja com sonoros tapas nas palmas das mãos dos mesmos. Com essa espécie de unção, declarou publicamente que lhes transmitia esse mesmo poder.



Rev. Abival celebrando a Ceia do Senhor no Supremo Concílio de Vargem Grande Paulista, tendo ao lado o Rev. Assir Pereira. Ao fundo, a logomarca da reunião: “IPI do Brasil: Realidade e Esperança”



Rev. Antônio de Godoy Sobrinho

Hinn, em sua visita ao Espaço Esperança, funcionou como uma espécie de divisor de águas no confronto entre “carismáticos” e “tradicionais”, que ganharia contornos extremamente preocupantes, causando discursos de natureza sectária de parte a parte. Um artigo assinado por Carlos Calvani, publicado em *O Estandarte* de março de 1994 e que tinha como título “Em Londrina, um som incerto”, provocou diferentes reações. Dentre elas, uma carta de lamentação e protesto, enviada pelo Presbitério Freguesia trazia, dentre outras considerações, a seguinte: “O Presbitério entende que a publicação daquele artigo em nada contribui para a edificação e a **manutenção da paz e unidade da IPI do Brasil...** (negrito nosso)” (*O Estandarte*, agosto de 94, p.10).

■ ELEIÇÃO EM 1995: “PARTICIPAÇÃO” X “CRESCIMENTO E UNIDADE”

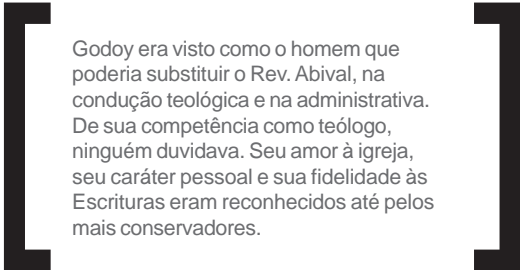
A explosão carismática e a articulação política do grupo carismático constituíram-se nas principais razões que levaram as lideranças confessionais da igreja a articularem-se em torno de Antônio de Godoy Sobrinho para o Supremo de 1995. O Rev. Godoy (bisneto do Presb. Francisco Pires de Camargo, um dos fundadores da IPI em 1903) representava os que resistiam ao crescimento desordenado

das tendências carismáticas na IPI do Brasil. A candidatura, articulada a partir do Seminário de Londrina, era a concretização de várias manifestações recebidas por Godoy para que tentasse a presidência da igreja. Godoy era visto como o homem que poderia substituir o Rev. Abival, na condução teológica e na administrativa. De sua competência como teólogo, ninguém duvidava. Seu amor à igreja, seu caráter pessoal e sua fidelidade às Escrituras eram reconhecidos até pelos mais conservadores.

A atuação de Godoy à frente do Seminário de Londrina era tradicionalmente louvada como um exemplo de boa administração. Contra ele, pesavam os fatos de não ter uma carreira pastoral expressiva e de ser um administrador eficiente, porém centralizador.

A articulação carismática redundou numa chapa em torno do Rev. Mathias Quintela de Souza, neto de um dos fundadores da IPI do Brasil em 1903, o Presb. Antônio José de Souza. Mathias não podia ser classificado rigorosamente como um “carismático” (no sentido teológico). Na verdade, o Rev. Mathias era teologicamente um “evangelical”, identificado fortemente com o pastorado de igrejas locais, com a evangelização e o trabalho de missões. Em fins da década de 80 e começo da década de 90, tinha realizado um ótimo trabalho como secretário de Evangelização e secretário executivo da Secretaria de Missões da IPI do Brasil. Seu trabalho no âmbito denominacional mostrou suas indiscutíveis qualidades e amor à igreja. A 2ª vice-presidência no terceiro mandato do Rev. Abival só veio confirmar sua liderança entre evangélicos, conservadores e carismáticos.

Mathias não era uma figura nova no cenário denominacional. Ao contrário, nos primeiros anos da década de 60, em sua juventude, Mathias constituía-se num dos principais líderes da UMPI (União da Mocidade Presbiteriana Independente) em âmbito nacional. Posteriormente, já ordenado pastor, fora processado por seu presbitério, juntamente com os Revs. Moysés de Aguiar Neto e Roberto Lessa, acusado de comprometimento doutrinário e ideológico, em plena vigência da ditadura militar no país (1966). Mathias, assim, incluiu-se entre aqueles que



Godoy era visto como o homem que poderia substituir o Rev. Abival, na condução teológica e na administrativa. De sua competência como teólogo, ninguém duvidava. Seu amor à igreja, seu caráter pessoal e sua fidelidade às Escrituras eram reconhecidos até pelos mais conservadores.

foram patrulhados ideologicamente na igreja, só porque pensava diversamente da ideologia imposta pelos mandatários do regime e pelos líderes da IPI na época. O processo contra ele acabou não desaguando em qualquer tipo de punição. No entanto, Mathias, face ao sofrimento passado no período, impôs a si mesmo uma espécie de exílio interno, dedicando-se ao pastorado, sem maiores envolvimento denominacionais. Mas jamais foi um pastor apolítico e sua volta ao cenário nacional comprovou isso.

A constituição das chapas refletiu as composições políticas do momento: Godoy, o primeiro a se inscrever, com a chapa “Participação”, tinha como companheiros Gerson Correia de Lacerda (para a 1ª vice-presidência), Paulo de Melo Cintra Damião (para a 2ª), Áureo Rodrigues de Oliveira (para a 3ª), Reuel de Matos Oliveira (para a 1ª secretaria), Lindenberg Pereira da Silva (para a 2ª) e Apolônio Elias Dória (para a 3ª). Os pastores Gerson e Áureo representavam, com Godoy, a união e a liderança dos seminários (no que se constituía uma faca de dois gumes, pois a liderança dos seminários na denominação era mal vista por conservadores e carismáticos); o Rev. Damião, a aliança com um importante líder evangelical, de família tradicional na IPI, simpático às inovações das comunidades carismáticas, pastor titular da importante e missionária igreja de Presidente Prudente; os secretários, presbíteros ativos, líderes leigos reconhecidos (particularmente Lindenberg, ex-coordenador nacional de forças leigas).

A chapa de Mathias (Crescimento e Unidade) tinha pastores nas vice-presidências e presbíteros nas secretarias: respectivamente, Messias Anacleto Rosa (o pastor titular da 1ª IPI de Londrina e uma das figuras mais conhecidas da denominação), Isafas Garcia Vieira (de Machado, MG, constituía-se num crítico constante da postura dos seminários da igreja), Antônio Carlos Nasser (líder de tendência carismática e figura fortemente ligada a agências missionárias para-eclesiais), Moacir Benvindo de Carvalho (da igreja de Vila Palmeiras, ex-igreja pastoreada por Nasser, na capital paulista), Isaque de Sousa (do Presbitério Pernambuco-Alagoas) e Esaú de Carvalho (respeitável e tradicional liderança da capital federal).

A chapa de Mathias trazia a sua maior crítica às administrações anteriores e à chapa adversária. “**A igreja será pastoreada!**”, prometia o Rev. Mathias (*O Estandarte*, janeiro de 95, p. 7). Assim se expressava Mathias: “A Chapa Crescimento e Unidade nasceu do desejo de um grupo de pastores e presbíteros que almejavam ver a Igreja Nacional **dirigida por homens com reconhecida experiência pastoral** (...) A Chapa Crescimento e Unidade é composta por Ministros **comprometidos 100% com o pastorado de igrejas locais**, e de presbíteros com

longos anos de serviço dedicados às suas igrejas e bem sucedidos na vida secular” (negritos nossos). No mesmo texto, incluíam-se as manifestações favoráveis dos conselhos das igrejas dos pastores candidatos: 1ª de Curitiba (Mathias), 1ª de Londrina (Messias), 1ª de Machado (Isaías), Igreja de Marília (Nasser), além das referências de apoio das igrejas dos presbíteros (Vila Palmeiras, 1ª do Recife e Central de Brasília).

Pode-se traduzir essa ênfase pastoral como algo que deveria se contrapor à presença constante de dirigentes e professores dos seminários na direção da igreja, entendida como: a) incompetente para tratar em termos práticos da vida da denominação; b) séria ameaça à saúde doutrinária do rebanho, por causa de seu liberalismo teológico; c) amiga do movimento ecumênico; d) inimiga da ortodoxia bíblica e dos pentecostais.

A questão dos seminários foi abordada pelo Rev. Mathias em entrevista dada a *O Estandarte* de julho de 1994, quando expôs suas propostas. Questionado sobre possíveis e futuras mudanças nos seminários, assim respondeu: “No nosso sistema, o presidente é um moderador e não tem poder pessoal de para fazer mudanças, mas, juntamente com os companheiros eleitos, **devemos garantir um processo democrático no qual a liberdade seja exercida com responsabilidade**. Nesse sentido, não só os seminários, mas todas as instituições que viabilizam a missão da igreja em áreas essenciais, **devem ser transparentes, avaliáveis, flexíveis às mudanças necessárias para que alcancem suas finalidades**. Entendo que os seminários devem buscar **com o mesmo empenho** a excelência acadêmica e o cultivo de uma vida piedosa para que os pastores, neles formados, tenham mentes penetrantes, lúcidas, aliadas a corações ternos e piedosos, e que sejam capazes de equilibrar o conhecimento das Escrituras com as **experiências do poder de Deus** (Mateus 22.29). **Este objetivo será perseguido com determinação**” (todos os negritos, nossos). Havia dúvidas se os seminários, uma vez eleita a chapa, seriam objeto de alterações em seu curso, já que pareciam colidir com muitas das práticas das igrejas locais.

Outro aspecto a ser considerado na composição da chapa “Crescimento e Unidade” é a importância histórica, financeira e estatística que as igrejas dos candidatos detinham. Estavam elas – as igrejas de Curitiba, Londrina, Machado e Marília – entre as que mais cresciam em número de membros. Financeiramente, incluíam-se entre os 10 maiores dízimos ao Supremo Concílio. A 1ª IPI de Londrina tinha se tornado a mais forte da denominação em número de membros e em contribuição financeira. Esses dados eram vistos por alguns líderes regionais como uma evidência para se eleger a chapa encabeçada por Mathias e Messias. Tais

igrejas, afirmavam, tinham ministério evangelístico eficiente, um culto dinâmico e moderno, estavam na vanguarda do sustento financeiro da denominação e serviam de exemplo para dezenas de outras comunidades locais. Muito visitada por outras igrejas, um comentário corrente contrapunha a ascensão de Londrina à pretensa queda das igrejas da capital paulista, particularmente da igreja-mãe da denominação, a 1ª Igreja.

A chapa “Participação” tinha manifestos propósitos administrativos a serem alcançados, como uma ação mais intensa dos sínodos e a conseqüente descentralização administrativa da igreja (*O Estandarte*, agosto de 1994, p. 7). Godoy procurava mostrar que daria uma atenção especial à questão carismática, no que entendia ser a melhor aplicação dessa expressão: “a revitalização das forças leigas a partir da orientação bíblica acerca da

estrutura carismática da igreja”. E prosseguia: “Todos os pastores que integram a chapa Participação têm uma vasta experiência de pastorados abençoados e nosso sonho comum é

vermos uma igreja profundamente marcada pela presença do Espírito Santo de Deus em todas as facetas da sua vida, **sem os ranços de um tradicionalismo paralisante e sem as aventuras de um pentecostalismo inconseqüente**” (negrito nosso) (*O Estandarte*, janeiro de 1995, p. 6). Era uma resposta ao programa da chapa “Crescimento e Unidade” e uma tentativa de mostrar-se mais confiável a conservadores, carismáticos moderados e ao sempre expressivo grupo da faixa conciliadora da igreja.

No mesmo texto, publicado às portas da reunião do Supremo, Godoy fez uma comunicação oficial, relativa à substituição do candidato a 1º vice, Gerson Lacerda, pelo Rev. Osmar Menezes Pires, então pastor da 1ª IPI de São José do Rio Preto. A substituição de Gerson, resultante de sua renúncia ao ministério sagrado, constituiu-se num duro golpe para a chapa “Participação”. No entanto, possibilitou o ingresso de mais um pastor de uma igreja grande, importante e simpática aos estímulos carismáticos. Vê-se que Godoy procurava usar a mesma estratégia utilizada por Mathias, convocando um pastor de ministério parêlho aos da outra chapa.

Muito visitada por outras igrejas, um comentário corrente contrapunha a ascensão de Londrina à pretensa queda das igrejas da capital paulista, particularmente da igreja-mãe da denominação, a 1ª Igreja.

No texto do órgão oficial de janeiro de 1995, Godoy anunciava seus futuros companheiros mais próximos de administração: Rev. Hírcio de Oliveira Guimarães (de São Paulo) para a secretaria executiva, Presb. Alcy Thomé de Souza (presbítero do Rev. Mathias na 1ª IPI de Curitiba) para a tesouraria e o Presb. Francisco de Almeida (também da capital paulista) para a gerência do escritório central.

4) A ADMINISTRAÇÃO MATHIAS E O RETORNO DA SÍNCOPE LIBERAL

O ano de 1994 terminara com os ecos da vitória eleitoral de FHC. Renova-se a esperança popular de que o Plano Real continuasse a dominar a inflação e a mostrar-se forte. No entanto, esperava-se também que o novo presidente viesse a implantar as reformas prometidas – fiscal, previdenciária, tributária, dentre outras – bem como desenvolvesse seus ambiciosos projetos sociais. Do afamado sociólogo, os brasileiros em geral esperavam um governo voltado para o social.

As esperanças logo foram frustradas, no que toca às reformas e aos projetos sociais. FHC foi muito mais ativo na adaptação da economia do país às novas regras da economia internacional do que na aplicação de programas sociais prometidos. O neoliberalismo tornou-se a palavra de ordem da política econômica. Os acordos com grupos políticos de centro e de direita foram uma constante no



Uma das reuniões do Supremo Concílio da IPI realizada em Vargem Grande Paulista: em primeiro plano, os Revs. Leontino Farias dos Santos e Antônio de Godoy Sobrinho

governo FHC, para frustração dos autênticos social-democratas do partido do presidente, o PSDB, provocando atritos com Mário Covas, senador de seu partido por São Paulo e, posteriormente, governador do Estado. Apesar

de tudo, o Plano Real sustentou durante 4 anos a imagem do governo, sendo, no entanto, responsável por benefícios importantes para o trabalhador, que passou a se alimentar melhor. Além do mais, foi-se esvaindo a indesejável “memória inflacionária”. Porém, agravaram-se problemas históricos, como a questão da terra, o que levou ao acirramento das reivindicações. Ao final do primeiro governo de FHC (1995 a 1998), o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) tinha se tornado um importantíssimo e bem articulado grupo de reivindicação social e de pressão política, sendo apoiado pelas esquerdas e, particularmente, pelo Partido dos Trabalhadores.

O cenário político se mostrava confuso às portas das eleições presidenciais de 1998. Embora sem grandes ganhos sociais, FHC prosseguia forte em seus índices de popularidade. Mostrava-se como um candidato confiável e de conciliação. O quadro de estabilização econômica, propiciado pelo Plano Real, e a aura de homem do consenso e da conciliação levaram FHC à reeleição, em 1998.

A palavra “consenso” tornou-se de importante e de uso corrente na década de 90. Por força da reunião convocada em 1989, na cidade de Washington, EUA, pelo Institute for International Economics, estabeleceram-se parâmetros para o alinhamento das economias latino-americanas à política econômica dos EUA. Este “Consenso de Washington” propunha, para os países da América Latina, o fim das restrições ao capital estrangeiro, incentivo às exportações, inserção na economia globalizada e redução das regulamentações trabalhistas.

O Supremo Concílio da IPI do Brasil reuniu-se em Agudos, SP, no princípio de 1995. As vésperas da reunião tornaram-se tensas, pois o anunciado tesoureiro da chapa de Godoy teria dito a várias pessoas que não tinha compromissos com o referido concorrente. O fato é que o Presb. Alcy veio a ser o tesoureiro da Igreja Nacional, por indicação dos vencedores das eleições.

Outro assunto era o comentário negativo, em meio a conservadores e carismáticos, que ligava Calvani (o autor do artigo em *O Estandarte* que criticava

As duas chapas pediram um tempo para dialogar. Voltaram resolvidas a renunciar para que a eleição fosse cargo a cargo.
Foram eleitos o presidente e o primeiro vice-presidente da chapa “Unidade e Crescimento” e os demais da “Participação”.

os pastores da 1ª IPI de Londrina no episódio “Benny Hinn”) a Godoy. Na verdade, Carlos Calvani, formado pelo Seminário de Londrina, tinha a admiração de Godoy por sua condição de excelente estudante de teologia. No entanto, as ligações paravam por aí, com Godoy, não raras vezes, manifestando sua preocupação com a forma pela qual Calvani expunha suas idéias.

■ BUSCA DO CONSENSO: “CRESCIMENTO, UNIDADE E PARTICIPAÇÃO”

O Supremo Concílio foi aberto e podia ser sentido o equilíbrio entre as chapas. Veio a eleição e, mesmo depois de dois escrutínios, permaneceu o empate técnico com diferença de um voto favorável à chapa liderada pelo Rev. Godoy, que não alcançou o número necessário de votos para ser eleita, em virtude de um voto em branco. As duas chapas pediram um tempo para dialogar. Voltaram resolvidas a renunciar para que a eleição fosse cargo a cargo.

Foram eleitos o presidente e o primeiro vice-presidente da chapa “Unidade e Crescimento” e os demais da “Participação”. A nova direção do Supremo Concílio ficou assim constituída: Rev. Mathias Quintela de Souza, presidente; Rev. Messias Anacleto Rosa, 1º vice-presidente; Rev. Paulo de Melo Cintra Damião, 2º vice-presidente; Rev. Áureo Rodrigues de Oliveira, 3º vice-presidente; Presb. Reuel de Matos Oliveira, 1º secretário; Presb. Lindemberg da Silva Pereira, 2º secretário; Presb. Apolônio Elias Dória, 3º secretário. O Estandarte assim registrou a eleição: **“Louvamos a Deus porque ele fez de duas chapas uma só chapa, de dois organismos um só corpo e de dois lemas um só lema, que haverá de inspirar a nossa amada IPI do Brasil. Podemos dizer, sem medo de errar: E o Espírito Santo escreveu: ‘Crescimento, Unidade e Participação’”** (negrito nosso; *O Estandarte*, fevereiro de 1995).

No entanto, é preciso considerar no que os resultados estariam refletindo as tendências, compreensões e preferências pessoais dos votantes. A decisão de se votar cargo a cargo quebrou em alguma medida as alianças, os acordos e arranjos. No entanto, deu margem ao atendimento da percepção de cada um dos eleitores, mantendo-se as tendências conhecidas.

A chapa de Godoy, no seu todo, era mais consistente e representativa. Isso foi reconhecido pelo colégio eleitoral (5 componentes da “Participação” entraram na diretoria, para 7 cargos disponíveis). Os votos foram mais “técnicos”. No que se refere à “cabeça” das chapas, refletiram-se mais fortemente as tendências. Messias era praticamente imbatível por ser uma figura reconhecida. Afamado

evangelista e pastor titular da 1ª IPI de Londrina, obteve fácil vitória para o cargo. Mathias tipificava o pastor equilibrado, fleumático, dedicado à evangelização e às missões, exemplo de ponderação. Ambos, com a simpatia e o apoio do grupo carismático. Em suma: Mathias e

Messias tiveram a preferência do eleitorado (tradicionalmente conservador) formado por pastores e presbíteros ansiosos por verem suas comunidades melhor atendidas pela direção da igreja, bem como por uma denominação mais parecida com as realidades vividas nas igrejas locais. A aparente fusão das chapas não modificou os resultados que se poderiam esperar, tratando-se das tendências em voga.

Mathias deu início à sua gestão tendo de desincumbir-se de uma primeira missão, a de fazer de sua diretoria um grupo coeso, o que foi logo conseguido na prática, uma vez que a chapa de Godoy, representada por 5 pessoas na diretoria do Supremo, tinha alguns de seus membros identificados com as mesmas preocupações pastorais de Mathias. Dentre eles, o Rev. Paulo de Melo Cintra Damião, que rapidamente se ajustou à proposta vencedora, tornando-se um esteio da direção da igreja. Na verdade, Damião passou a compor o núcleo dirigente do grupo vitorioso, que tinha o Rev. Mathias, o Presb. Alcy (tesoureiro) e o Presb. Reuel. Este presbítero demonstrou bem cedo sua capacidade de trabalho, vindo residir em São Paulo e tornando-se o gestor mais presente e atuante da diretoria da IPI, uma vez que todos os outros membros da diretoria moravam fora da capital paulista. O Rev. Hírcio de Oliveira Guimarães foi o escolhido para ser o secretário executivo. Era o nome cogitado para ser o secretário executivo da chapa do Rev. Godoy, tendo dificuldades para se encaixar de maneira confortável ao núcleo dirigente da diretoria eleita.

Mathias deu início à sua gestão tendo de desincumbir-se de uma primeira missão, a de fazer de sua diretoria um grupo coeso, o que foi logo conseguido na prática.

■ A EDUCAÇÃO TEOLÓGICA

O discurso pastoral do novo presidente transformou-se muito cedo em **ações concretas em oposição ao liberalismo e academicismo teológicos** pretensamente atribuídos aos seminários. Para a presidência da Fundação Eduardo Carlos Pereira, órgão gestor dos seminários, foi eleito o Rev. Mário Ademar Fava, educador e pastor em São Paulo. Embora também ligado à educação teológica (fora professor no Seminário de São Paulo e seu diretor em 1979 e 1980), Fava sempre foi reconhecido por sua visão crítica em relação à teologia ensinada nas instituições teológica.

A Comissão Executiva tratou de homologar, em sua reunião de 27/10/1995, a proposta da Fundação Eduardo Carlos Pereira para o Regimento Interno do Conselho de Educação Teológica cujas atribuições, chamavam para si: a) a responsabilidade de escolher os diretores e deões dos seminários da IPI (até então eram as congregações dos respectivos seminários que escolhiam seus líderes); b) a aprovação para a admissão ou demissão de professores (atribuição anteriormente das congregações dos seminários); c) a tarefa de realizar pesquisas entre os presbitérios sobre a qualidade e a praticidade da educação teológica oferecida pelos seminários. Era uma forma de enquadrar os seminários em uma situação de maior controle por parte da direção da igreja e dos órgãos colegiados de educação teológica.

Entretanto, em novembro de 1997, a Comissão Executiva desmembrou a gestão do ensino teológico das atribuições da Fundação, extinguindo o Conselho de Educação Teológica e constituindo a Secretaria de Educação Teológica, para a qual aprovou um regimento interno semelhante ao do órgão extinto. Uma novidade, porém, destacava-se nesse regimento: a criação de um cargo com o objetivo específico de atender aos reclamos das igrejas e concílios contra possíveis deslizes teológicos e morais dos seminários – o de “ouvidor”. Foi nomeado para essa função o Rev. Naamã Mendes, pastor da 1ª IPI de Maringá. Caberia ao ouvidor receber observações, reclamações e sugestões da igreja, de seus concílios e comunidades locais, relativas aos seminários.

A Comissão Executiva seria ainda palco de outras questões ligadas à educação teológica, como a denúncia que a 1ª IPI de Maringá encaminhou ao Conselho de Educação Teológica contra a direção, professores e alunos do Seminário de Londrina. O Conselho de Educação Teológica encaminhou à Comissão Executiva um relatório (26/10/1996), que resultou na seguinte decisão da Comissão Executiva: “Recomendar aos Concílios aos quais estão jurisdicionados o Presbitério e as Igrejas que apóiam o documento da 1ª IPI de Maringá, para que tomem as medidas cabíveis, tendo em vista que apoiaram denúncias sem terem condições de apresentar as provas necessárias e se pronunciado fora de suas jurisdições”.

Outra questão importante foi uma decisão da Comissão Executiva que interessava ao Seminário de São Paulo: a compra de sua sede própria. O Supremo Concílio determinara à Fundação Eduardo Carlos Pereira que priorizasse tal negociação. No entanto, na mesma reunião de outubro de 1996, a Comissão Executiva recebeu proposta da Fundação para que encaminhasse “ao Supremo Concílio proposta de reconsideração de sua decisão,... deixando a critério dela (Fundação) estabelecer a conveniência de compra de propriedade...”.

A Comissão Executiva diante disso, ao invés de fazer cumprir a decisão do Supremo, decidiu encaminhar ao Supremo Concílio proposta de reconsideração de sua decisão. Embora isso pudesse parecer uma alternativa razoável à provisão das necessidades materiais do seminário, também soava como mais uma protelação, o que levou um dos membros da Comissão Executiva, o Rev. Eduardo Galasso Faria, a fazer seu registro de voto contrário à decisão da Comissão Executiva.

■ O DISCURSO PASTORAL

O discurso pastoral pôde ser visto também em *O Estandarte*. O título usado no espaço para a direção da igreja, consagrado pelo Rev. Abival como a “Palavra do Presidente”, foi mudado para “Pastoral do Presidente” já a partir da primeira palavra de Mathias (*O Estandarte*, fevereiro de 1995, p. 12). O próprio editorial de *O Estandarte* deixou de ser escrito regularmente pelo diretor do jornal e a Pastoral ficou como única palavra oficial, colocada na última página.

A última mudança importante transformaria a “Palavra do Presidente” em “Palavra da Diretoria”, a partir de janeiro de 1998. Os diretores se revezaram no desenvolvimento dos temas institucionais. De todos esses lances, pode-se concluir pela falta de um discurso denominacional mais ostensivo e firme ao longo dos quatro anos da referida administração. Quem fala pela igreja? Como fala? De fato, as pastorais do Rev. Mathias caracterizaram-se por ser meditações bíblicas, quase que sermões dirigidos à Igreja Nacional, evitando o “tom administrativo” de um executivo. O moto utilizado desde o princípio – “Por uma Jornada Feliz” (*O Estandarte*, abril/maio de 1995, p. 16) parecia indicar isso também.

Na pastoral de junho de 1995, a Igreja da Coréia do Sul seria apontada pelo presidente como exemplo a ser seguido. Isso certamente se ajustava ao eixo “crescimento”, um dos vetores da nova administração da IPI. É, porém, na pastoral do mês de julho – o 92º aniversário da IPI – que o presidente faz sua principal constatação: “É preciso ampliar nossa visão. Nossa igreja cresceu pouco, mas a igreja evangélica brasileira, **bem ou mal** (negrito nosso), cresceu bastante. (...) **Devemos reconhecer que tanto os problemas que enfrentamos hoje quanto as soluções estão no ministério pastoral** (negrito nosso). Há uma crise que precisa ser enfrentada e superada. Parece um sonho, mas o crescimento de nossa igreja com participação e unidade exige a presença de pastores que possam dizer como o apóstolo Paulo: ‘Sede meus imitadores como também eu sou de Cristo’”. Ou seja: a crise da IPI deveria ser debitada ao modelo pastoral em voga na denominação, que não dava maior relevo à piedade pessoal. Era preciso lutar pela “integridade moral e intelectual do ministério” da IPI, uma herança deixada pelos fundadores

da Igreja (p.17). A quem atribuir esse modelo pastoral? Certamente, às casas de profetas da IPI (outra vez os seminários!). Estes últimos seriam apenas, segundo essa visão crítica, propagadores de uma teologia sem vida espiritual, instituições voltadas para discussões teológicas que tangenciavam as heresias modernistas.

O próprio *O Estandarte* não escondeu essa visão e a insinuaria jocosamente, na sua nova seção, intitulada “Entretenimento”. Sob a responsabilidade de Jasiel Botelho, pastor da IPI do Brasil, líder de uma organização para-eclesialística (“Jovens da Verdade”) e ilustrador gráfico, a coluna mencionada fez a caricatura do ensino teológico e seus proponentes no número de abril de 1997. Botelho criou uma charge com dois quadrinhos, que ilustrava uma conversa entre um professor de seminário e um seminarista. O professor de teologia, cigarro na mão direita, “ensinava” o jovem estudante. Dizia o professor: “Meu jovem seminarista, Moisés não abriu o mar coisa nenhuma! Não houve nenhum milagre. Ali era apenas um braço de mar com um palmo de água de profundidade”. No segundo quadro, era agora o perplexo professor que escutava do jovem: “Glória a Deus! Aleluia! Milagre sim, professor! Deus afogou todo exército do Egito em apenas um palmo d’água”. Síntese perfeita para mostrar o que pensavam alguns dos principais líderes da igreja e de *O Estandarte* em relação aos seminários, aos professores e à teologia pretensamente neles praticada. Era uma forma de desacreditar as instituições teológicas e acirrar os ânimos da igreja contra elas.

■ O MINISTÉRIO E A IGREJA

Desde a legislatura anterior, discutia-se o papel negativo dos pastores junto às igrejas locais. Para a liderança anterior, o Rev. Abival, tratava-se de infidelidade do ministério para com seus votos eclesialísticos, estimulada pelo movimento carismático. A questão pastoral deveria ser vista à luz do debate eclesiológico em voga. Para ele, a IPI do Brasil é a Igreja de Cristo, e não somente um veículo da Igreja de Cristo. **Fortalecimento institucional da igreja** seria, então, um *sinônimo* de **fortalecimento da igreja**.

O Rev. Abival, na abertura da reunião do Supremo Concílio de Agudos, desenvolveu um libelo de defesa do ministério da igreja nos seguintes termos: “Vivemos uma situação muito delicada em nossa igreja hoje, por causa do seu ministério. O ministério da igreja vem emitindo sons incertos perante a igreja e, por causa disso, temos enfrentado muitos problemas, dificuldades e divisões. Ministério dividido é igreja dividida. O ministério não pode dar um som incerto perante a igreja. Mas, infelizmente, o tem feito. Tanto é assim que nós podemos dizer, sem medo de errar, que a igreja dos concílios é uma, a igreja das bases é

outra. Ou seja, na hora dos concílios concordamos e votamos decisões importantes para a igreja, mas depois, no dia a dia do ministério, fazemos a coisa à moda da casa. Cada pastor se converte numa espécie de dono da igreja onde está e desenvolve um ministério personalista, à sua imagem e semelhança. A Igreja Independente tem pago um preço muito alto por causa disso. A partir da experiência acumulada no convívio com a igreja em dez anos, posso dizer que o grande problema de nossa igreja está no seu ministério e por isso mesmo, nele também está a solução para os grandes problemas que a igreja enfrenta. É hora de afirmação da igreja. Mas é hora também de afirmação de seu ministério. O ministério é o grande arauto da igreja. Mas, se tocar a trombeta desafinadamente, a igreja não estará preparada para as grandes batalhas que estão por vir. Precisamos de um ministério unido, coerente, maduro, responsável, exemplo para o rebanho, de amor à igreja e à denominação. Quem não estiver a fim desse toque harmonioso não serve para ser pastor de nossa igreja. É hora do ministério da Igreja Presbiteriana Independente ser um grande e inspirador sim para toda a igreja” (*O Estandarte*, fevereiro de 1995, “O som da trombeta”, p. 4).

Comparando-se a fala do Rev. Abival (“o grande problema de nossa igreja está no seu ministério e por isso mesmo, nele também está a solução para os grandes problemas que a igreja enfrenta”) com a pastoral do Rev. Mathias (“Devemos reconhecer que tanto os problemas que enfrentamos hoje quanto as soluções estão no ministério pastoral”), perceber-se que ambos têm o mesmo diagnóstico, expresso quase com as mesmas palavras. Reside, então, no **ministério** a chave para o bem ou para o mal da IPI. No entanto, se Abival é crítico para com a licenciosidade ministerial que acata as novidades do movimento carismático, Mathias vê o ministério como carente de piedade e vida espiritual. Estariam Abival e Mathias referindo-se ao mesmo corpo de ministros? Evidentemente, não. Abival criticava os pastores: a) formados nos seminários da igreja, mas rompidos com os mesmos, quer política, quer doutrinariamente; b) provenientes de fora da IPI ou formados em seminários de outras denominações ou de entidades para-eclesiais, que traziam de fora influxos pentecostais, carismáticos e fundamentalistas. Mathias, de sua parte, redargüia à parcela do ministério da IPI sempre avessa ao movimento carismático, ao pentecostalismo e ao pietismo, em geral, os pastores que historicamente valorizavam os seminários e sua linha de orientação teológica. Abival e Mathias representavam, portanto, duas diferentes visões a respeito da igreja.

A vitória de Mathias constituiu-se, à primeira vista, numa aparente derrota da posição de Abival, representada pela figura também derrotada de Godoy. Mais do que isso, a conseqüente queda dos liberais e dos seminários. Em sua mais



Diretoria da IPI do Brasil, legislatura 1996-1998: Presb. Lindenberg da Silva Pereira, Revs. Áureo Rodrigues de Oliveira, Messias Anacleto Rosa, Mathias Quintela de Souza, Paulo de Melo Cintra Damião, Presbs. Apolônio Elias Dória e Reuel de Matos Oliveira

teológica “Pastoral do Presidente”, Mathias afirma: “A nossa identidade como cristãos presbiterianos independentes não é um conceito estático, nem se reduz a uma definição doutrinária e a um ajustamento à instituição, mas é construída no nosso dia-a-dia, quando vivemos em obediência à Palavra de Deus e em fidelidade aos nossos princípios, sob a direção do Espírito Santo (Rm 8.14). Num momento de nossa história, houve necessidade de enfatizar a nossa identidade e de tomar medidas para o fortalecimento institucional, em vista de forças internas e externas desagregadoras. No momento, devemos estar atentos para não cairmos no extremo de uma rigidez institucional que pode dificultar, ou até mesmo paralisar o exercício da missão da igreja” (*O Estandarte*, setembro de 1995, “Identidade e Missão”, p. 16). Mathias expressa, assim, seu pessimismo em relação às ênfases no tema do fortalecimento institucional.

Com o passar do tempo e com o enfrentamento das questões do dia-a-dia da igreja, o próprio Mathias teve de render-se em alguma medida ao fortalecimento institucional, considerando-o como uma das bases do “sucesso” da igreja: “A instituição é meio e não fim. Está a serviço da missão da igreja. Mas deve ser levada a sério. Exige responsabilidade nossa e firmeza. Quando isso acontece, a igreja fica firme e não se abala com as ondas que surgem e desaparecem” (*O Estandarte*, novembro de 1996, “Nossos fatores-chave de sucesso”, p. 2). A dificuldade maior de Mathias era sustentar pessoalmente um conceito negativo de

instituição e, ao mesmo tempo, ter de administrá-la e defendê-la, na qualidade de seu presidente. Essa situação incômoda não era só experimentada por ele, mas por todos aqueles que, egessos do evangelicalismo, faziam parte da direção da Igreja Nacional.

■ PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Com o intuito de atender ao tema das providências administrativas, a nova diretoria propôs à igreja um “Planejamento Estratégico”, que teve como orientador o Presb. Irídio Johansen de Moura (um profissional e especialista da área), da 1ª IPI de Curitiba. Na primeira reunião da Comissão Executiva, em abril de 1995, realizada na 1ª IPI de São Paulo, o mesmo presbítero, relator da recém-criada Assessoria de Planejamento, foi encarregado de dar a todos os membros de comissões e assessorias uma idéia do que viria a ser esse planejamento e como isso se refletiria na vida de todos esses grupos de trabalho.

O primeiro ano da administração Mathias foi orientado no sentido de dar andamento ao “Planejamento Estratégico”, levando-o a todos os departamentos e exigindo que os mesmos se esforçassem em desenvolvê-lo em seu setor. Os departamentos foram solicitados a propor metas e ações de curto, médio e longo prazo, enviando tais propostas para a consideração da Comissão Executiva. O “Planejamento Estratégico” também foi levado a alguns concílios, como o Sínodo Oriental (conforme noticiado em *O Estandarte*, novembro de 1996, p. 10).

O Supremo Concílio de fevereiro de 1997 tinha em sua pauta proposta da Comissão Executiva pela adoção do planejamento estratégico denominacional, que foi aprovado. Lamentavelmente, mais uma vez, um plano de vida e ação para a IPI viu-se frustrado. Em certa medida, porque os departamentos da igreja não se mostraram disciplinados no cumprimento do projeto. Seria uma cultura de desorganização e imprevisto que caracteriza a igreja. Mas também porque: a) a direção da igreja teve de atender, no último ano de sua administração, as urgências políticas, rendendo-se a elas em detrimento do almejado planejamento e do cumprimento de suas metas; b) o planejamento requeria a execução profissional de suas principais metas, algo difícil de realizar em uma igreja de voluntários; c) a proverbial falta de recursos orçamentários; d) a descontinuidade administrativa, que ficou evidente no desconhecimento que o Supremo Concílio teve para com suas próprias decisões, esquecendo-se do “Planejamento Estratégico” aprovado em 1997 e adotando sem reflexões o “Plano de Gestão” da nova diretoria que seria eleita em janeiro de 1999.

O episódio “ENCOL” caracteriza bem a maneira como questões inespera-

das ou mal planejadas incidem historicamente na administração da IPI do Brasil. A igreja encaminhara-se, desde a gestão Abival, em negociação com a até então respeitada e importante incorporadora, no sentido de ceder parte da propriedade onde se localizava o projeto social conhecido como “Betel – Lar da Igreja” em Sorocaba, SP. A empresa construiria 8 torres para apartamentos. Em troca, a igreja receberia um edifício para abrigar sua sede. Nesse edifício, a igreja alugaria conjuntos, que redundariam em recursos para a manutenção das atividades diaconais de Betel. A idéia contou com a simpatia e o entusiasmo da direção da igreja. Vale ressaltar que houve resistências ao negócio, na reunião do Supremo Concílio que o aprovou. Alguns pastores e presbíteros, particularmente da região de Sorocaba, fizeram questão de registrar voto contrário. Havia conciliares (entre eles o Rev. Leonildo Silveira Campos, que trabalhava com empresários do ramo metalúrgico) que tinham ouvido de empresários de São Paulo a respeito de possíveis negócios “nebulosos” do grupo ENCOL. No entanto, prevaleceu a posição algo ingênua e muito otimista dos entusiastas do projeto.

A Comissão Executiva, em reunião de 10/6/1995, autorizou o seu presidente, Rev. Mathias, a “assinar a planta do edifício comercial a ser construído pela ENCOL em Sorocaba, sob parecer da Comissão de Patrimônio de Betel”. As torres tiveram sua construção iniciada, mas, em meio à construção, veio a notícia da iminente falência da ENCOL. A direção, autorizada pela Comissão Executiva em reunião de 27/10/1995, teve de socorrer-se com a contratação de um advogado especialista, para defesa dos interesses da igreja.

A Justiça acabou dando ganho de causa à IPI do Brasil, que conseguiu recuperar sua propriedade graças ao fato de ter insistido que se colocasse uma cláusula no contrato preconizando que o negócio seria desfeito, caso a ENCOL não fizesse, em primeiro lugar, a torre da IPI. Só recentemente – no ano de 2006 – a IPI do Brasil viu-se definitivamente livre do problema, com a venda das torres inacabadas a outra incorporadora.

Outra parcela dessa propriedade foi negociada na legislatura Mathias, a fim de financiar a construção de casas-lares da Associação Bethel (novo nome para “Betel – Lar da Igreja”), o que privou o rico patrimônio de mais uma fração. A questões como essas somaram-se capítulos como o do alto custo da publicação de *O Estandarte* em sua nova fase (a partir de 1997, feito com papel nobre e totalmente colorido), o que gerou grande dispêndio para a tesouraria e decisões fortes visando um mais rigoroso controle de despesas por parte de todos os departamentos. Um “Plano Eclesiástico Financeiro” (PEF) foi estabelecido, por determinação do Supremo Concílio, a partir da reunião da Comissão Executiva de 10/

7/1998, o que se constituiu em resolução aparentemente jamais observada, embora o documento fosse abrangente, minucioso e aplicável a todos os concílios da igreja.

Considere-se o capítulo relativo à **troca do secretário executivo**. O Rev. Hírcio de Oliveira Guimarães deixou tal cargo em dezembro de 1996, sendo substituído pelo Rev. Noidy Barbosa de Souza, conforme decisão da Comissão Executiva em 26/10/1996. Mais tarde, em *O Estandarte* de fevereiro de 1997, p. 5, apareceu a informação de que “o Rev. Noidy Barbosa de Souza prestará atendimento a pastores, membros, líderes, coordenadores e outros no Escritório Central da IPIB, em São Paulo” (*O Estandarte*, fevereiro de 1997, p. 5). O novo secretário executivo continuaria a pastorear, em Campinas, SP, ao lado do Rev. Edílson Botelho Nogueira, a 1ª IPI da cidade. Os dois secretários executivos seguiram caminhos diferentes: Hírcio seria eleito presidente da Aliança de Igrejas Presbiterianas e Reformadas da América Latina (AIPRAL) na reunião desse órgão realizada em novembro de 1997 no México. Noidy enfrentou dificuldades, tornando-se uma figura quase que decorativa nos últimos meses da administração Mathias, tendo seu trabalho complementado e até suplantado por nomes como o do Presb. Reuel, cujo trabalho ia muito além de secretário de atas, e do próprio tesoureiro da Igreja, Alcy.

■ OS CENTROS DE TREINAMENTO MISSIONÁRIO (CTM)

No que se refere aos grandes projetos da administração Mathias, era de esperar um grande esforço na **evangelização**. No âmbito transcultural, o projeto de instalação dos centros de treinamento missionário (CTMs) constituiu-se no mais importante passo dado pela Secretaria de Missões. Os CTMs já estavam previstos no desdobramento do chamado “Plano Missionário Global” da igreja. Foram implantados 3 CTMs, começando por Cuiabá, MT, em 1996, e depois Natal, RN, e Florianópolis, SC. Visava-se ao preparo de obreiros que pudessem atuar em diferentes campos missionários, atendendo às diversidades culturais brasileiras. Os CTMs, desde o princípio, causaram um certo mal-estar entre a Secretaria de Missões e os seminários, uma vez que estes últimos mantinham uma postura crítica a um tipo de programa que pudesse, no futuro, sinalizar como uma alternativa mais pragmática para a educação teológica e pastoral.

As **organizações para-eclesiais** obtiveram um **grande espaço institucional** nos últimos dois anos da administração Mathias. Isso ficou evidente nas páginas do jornal oficial. Movimentos como o “AD 2000”, programa instituído e liderado por um parente dos presidentes americanos Bush (pai e filho), o

Rev. Luis Bush, ganhou manchetes de primeira página (ver números de fevereiro e junho de 1997). O próprio líder do movimento AD 2000 no Brasil era um presbiteriano independente, o Rev. Oswaldo Prado Filho. A Secretaria de Missões, ao final dessa legislatura, tinha alcançado uma razoável autonomia ministerial, considerada por muitos como “uma igreja dentro da igreja”, com uma sede espaçosa em Londrina, um corpo de funcionários numeroso para as dimensões da denominação e uma necessidade orçamentária expressiva.

■ EVANGELIZAÇÃO E “IGREJA EM CÉLULAS”

O magno projeto evangelizador constituiu-se no programa intitulado “Igreja em Células”. Tal projeto foi sugerido e, depois, oficiosamente apresentado à igreja pelos principais líderes da diretoria da IPI e proposto como o caminho a ser seguido pela denominação. Oriundo de uma organização para-eclesiástica americana e das idéias de Ralph W. Neighbour (missiólogo ligado ao movimento evangelical americano), o chamado ministério de “igreja em células” teve no Brasil a condução do pastor menonita Roberto Lay, baseado em Curitiba, PR. Algumas IPIs adotaram a estratégia das células (baseada na evangelização em pequenos grupos nos lares), sendo que a 1ª IPI de Curitiba esteve entre as primeiras a fazê-lo.

A fase da sugestão pôde ser vista a partir da já citada “Pastoral do Presidente” de janeiro de 96, “Vinho novo em odres novos” (p. 2): “Nossas mentes e estruturas eclesiásticas devem ser como os odres novos, que têm elasticidade suficiente para suportar a pressão dos gases produzidos pelo vinho novo, ainda em processo de fermentação. Caso contrário, se nossas mentes e instituições estiverem ressecadas, como os odres velhos, serão arreventadas pela pressão do novo e não conseguiremos reter a vida abundante que Deus nos comunica”.

As pastorais seguintes trariam a mesma temática [(ver ainda as seguintes falas do presidente do Supremo: “A destituição dos donos da Igreja” (*O Estandarte*, fevereiro de 96, p. 2), “Revitalização ou morte” (*O Estandarte*, março de 96, p. 2), “O ministério de todos os crentes” (*O Estandarte*, março de 96, p. 2)]. As idéias expressadas por Mathias expõem a boa e velha eclesiologia reformada. A imagem dos odres e do vinho novo, extraída do Novo Testamento (Mc 2.22), pode certamente ser aplicada à igreja. Todo o discurso soa com a habitual pastoralidade de Mathias. Não são, porém, meras idéias em tese. Elas trazem, nas entranhas do discurso, a estratégia das células.

O segundo movimento, ou a fase da apresentação explícita da estratégia das células, teve início com menções ao programa nos encontros de pastores pro-

movidos pela Secretaria de Ação Pastoral da IPI em Londrina, o “Refrigerio”. Tais encontros eram liderados pelo Rev. Messias Anacleto Rosa, o 1º vice-presidente. Seguiu-se o “I Encontro de Igreja em Células”, realizado pela Secretaria de Missões da IPI do Brasil no Acampamento Waldomiro Ferreira da Silva, da 1ª IPI de Londrina, em novembro de 1997, com 238 participantes. Justificou-o o próprio Rev. Mathias: “Iniciando os trabalhos, o Rev. Mathias Quintela de Souza, presidente do Supremo Concílio, informou que a idéia do referido encontro nasceu da solicitação de vários pastores, por ocasião do Encontro de Pastores ocorrido em julho, em Jundiá” (*O Estandarte*, “Vinho novo em odres novos”, matéria assinada pelo diretor do jornal, Rev. Altamiro, dezembro de 97, p. 9).

O articulista impressionou-se sobremaneira com as palestras do Rev. Roberto M. Lay, o único palestrante desse encontro de três dias (11, 12 e 13 de novembro), “pastor da Igreja Menonita de Curitiba, pioneira no Brasil na transição para igreja em célula”. Impressionou-se também com a reação dos participantes: “Os presentes ficaram tão impactados com as novas (velhas) propostas eclesiológicas, que, pelo resto de suas vidas, estes irmãos estarão pensando, falando e vivendo a perspectiva de Igreja em Células”. Altamiro ainda diz que, “segundo ele (Lay), a igreja em célula é a **única opção** (negrito nosso) para o evangelho chegar a todas às (sic) gentes de maneira eficaz e dinâmica. (...) O Dr. Lay enfatiza que não se trata de mais uma onda teológica tão comum neste final de milênio e, sim, de uma **reforma eclesiológica** (negrito nosso), de um retorno à igreja em que os membros ‘diariamente perseveravam unânimes no templo, partiam o pão de casa em casa, e tomavam as suas refeições com alegria e singeleza de coração’ (At 2.46)”. Fica evidente certa ingenuidade ou ignorância de ordem teológica, histórica e bíblica, de parte do Dr. Lay, nas afirmações que sustentou.

A partir daí, os principais líderes diretores da IPI passaram a indicar abertamente a teologia e a prática das células como o caminho para a igreja. É o que se vê em *O Estandarte*, Messias Anacleto Rosa (“Palavra da Diretoria” - “Vinho novo em odres velhos”, janeiro de 98, p. 3) e Mathias Quintela de Souza (“Igreja em células”, fevereiro de 98, p. 10). Em outras matérias, a mesma ênfase das células também foi vista, em textos que focalizavam algumas das maiores igrejas da denominação. É o caso de “Igrejas que brilham” - “IPI de Presidente Prudente é exemplo de crescimento e organização” (abril de 98, p. 9), “IPI de Londrina” - “1ª IPI faz a diferença nos ministérios” - “Igreja em Células: uma nova fase” (julho de 98, p. 11) e “Campinas” - “1ª IPI de Campinas, a Igreja do Supremo” - “Preparando a Igreja em células” (janeiro de 99, p. 14).

O impacto dessas ações provocou muito interesse da parte de pastores e

igrejas, mas também reações de desaprovação e estranhamento. A mais contundente foi a do Presbitério do Ipiranga. Tal presbitério, em sua reunião ordinária de dezembro de 1998, deliberou enviar ao Supremo Concílio ordinário, que se reuniria em janeiro de 1999 em Campinas, SP, um forte documento, questionando a veiculação de “Igreja em Células” nas páginas de *O Estandarte* e através da Secretaria de Missões. O concílio maior da denominação recebeu o documento e nomeou uma comissão especial para tratar do assunto. O resultado desembocou num extenso documento aprovado pela Assembléia Geral em inícios de 2001, que impôs certos limites para a utilização do programa “Igreja em Células” e determinou que os concílios superiores acompanhassem as igrejas que o adotassem.

O Rev. Mathias Quintela de Souza afirma que “o modelo é flexível e não exige mudanças de doutrina nem da ordem de governo adotadas pela IPI do Brasil”. Lembra ainda que “o modelo não deve ser simplesmente transplantado, mas adaptado à realidade da igreja local e da IPI do Brasil”. De fato, tais sábias e ponderadas palavras soam muito diferente de sua “Pastoral do Presidente” de ja-

neiro de 1996, preconizando que as “estruturas eclesiais” seriam arrebentadas pela pressão das coisas novas, caso não fossem suficientemente flexíveis para conter as mesmas.

A ênfase em “Igreja em Células” acabou se constituindo na opção de várias das grandes IPIs locais da época que, optando pelo caminho carismático, enxergaram nesse programa a possibilidade de maior crescimento e a manutenção de seus rebanhos.

A ênfase em “Igreja em Células” acabou se constituindo na opção de várias das grandes IPIs locais da época que, optando

pelo caminho carismático, enxergaram nesse programa a possibilidade de maior crescimento e a manutenção de seus rebanhos. A direção da igreja buscou viabilizá-la denominacionalmente. O êxito da iniciativa foi parcial, chegando até muitas igrejas locais, mas não se tornando um projeto institucional.

■ APROXIMAÇÃO ENTRE A IPI E A IPB

O mais ousado projeto foi a aproximação com a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB). As origens dessa aproximação podem ser localizadas em legislaturas anteriores, como a decisão do Supremo Concílio, de 1991, de aproximar-se das igrejas de orientação reformada. A IPI do Brasil, desde a primeira legislatura pre-

sidida pelo Rev. Abival, tomou a iniciativa de aproximar-se ou reaproximar-se de igrejas protestantes e organizações ecumênicas. Uma das aproximações mais significativas foi com a Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (IPU), uma nova denominação surgida em 1978, egressa da IPB durante o período da liderança de Boanerges Ribeiro na IPB. A IPU foi formada por presbiterianos críticos dessa administração em moldes fundamentalistas, o que gerou uma igreja aberta teologicamente e com padrões administrativos bastante flexíveis. A aproximação da IPI com a IPU ocorreu de uma maneira muito natural, pois ambas as igrejas eram lideradas por pessoas com uma visão semelhante. Tal aproximação, porém, jamais passou do diálogo e da participação comum em iniciativas no âmbito das organizações ecumênicas.

O Rev. Abival promoveu com os Revs. Wilson de Souza Lopes e Guilhermino Cunha, da IPB, uma troca de gentilezas muito positiva, a partir de 1994. Abival foi convidado, na qualidade de presidente do Supremo Concílio, para pregar num dos cultos da reunião do Supremo Concílio da IPB em São Paulo, quando celebraram a Ceia os dois presidentes denominacionais. O Rev. Guilhermino, como presidente da IPB, foi convidado a pregar por ocasião da realização do Supremo Concílio da IPI, reunido em Agudos, SP, 1995. Juntos, também celebraram a Eucaristia os presidentes da IPB e da IPI (à época, o Rev. Mathias). O referido concílio deliberou acelerar o processo de aproximação com as igrejas reformadas brasileiras.

As relações da IPI com a IPB, passados os primeiros anos da divisão de 1903, foram serenas, mas com associações eventuais. Exemplos disso são o estabelecimento da Missão Caiuá (1928), a tentativa do Seminário Unido, no Rio (parte das décadas de 20 e 30), a participação nos programas da Confederação Evangélica do Brasil (a partir de 1934) e a comemoração conjunta do centenário do presbiterianismo (Ver *Presbiterianismo no Brasil*, Comissão Unida do Centenário, CEP, 1959). Por outro lado, os pastores da IPI continuavam críticos em relação à IPB, por causa da maçonaria.

Quando do início do período Abival (1981) e do conseqüente retorno da IPI ao universo ecumênico, a impressão que a mentalidade fundamentalista impunha sobre a IPB era a de que a IPI se aprofundava no liberalismo teológico, impressão essa agravada pelas discussões relativas à ordenação feminina. Dava-se nesse momento histórico exatamente o movimento contrário na IPB, ou seja, o de uma exacerbação conservadora. O mais interessante de tudo é que a questão maçônica que sempre pesou na análise que a IPI fazia da IPB, viu-se invertida no âmbito desta última, que abriu discussão do assunto a partir da década de 70 e recente-

mente, no Supremo Concílio de Aracruz, ES, julho de 2006, deliberou vedar a maçonaria para seus membros e ministros.

Com o advento da administração Mathias, a possibilidade dessa aproximação foi facilitada pelas simpatias e afinidades que homens de proa da diretoria da IPI tinham com a IPB, caso do Rev. Paulo Melo Cintra Damião, 2º vice, formado em teologia pelo Seminário Teológico do Sul. Egresso das turmas de finais da década de 70, Damião foi companheiro de turma e conviveu com importantes nomes dos que detinham a liderança da IPB ao tempo da administração Mathias. Um exemplo disso é a proximidade com o Rev. Roberto Brasileiro, na época importante líder da Junta de Missões da IPB. Atualmente, o Rev. Brasileiro é o presidente do Supremo Concílio da IPB, reeleito para mais um mandato na última reunião do SC da IPB, realizada em julho de 2006, em Aracruz, Espírito Santo.

O fato é que as trocas de amabilidades e simpatias foram sendo substituídas por atitudes mais concretas de aproximação, como reunião conjunta das diretorias das igrejas (em 2/9/1995, na 1ª IPI de São Paulo), reuniões com a presença de líderes departamentais (nas quais foram aprovados alguns projetos conjuntos) e, finalmente, a nomeação de uma comissão mista – a Comissão Paritária de Diálogo IPB-IPI (COPAD). A COPAD era formada por 6 pessoas, com 3 representantes de cada igreja, tendo como membros, do lado da IPI, os Revs. Mathias Quintela



Reunião da COPAD - Comissão Paritária de Diálogo - IPB/IPI, com os seguintes participantes: Presb. Custódio do Nascimento (IPB), Revs. Paulo de Melo Cintra Damião, Abival Pires da Silveira, Mathias Quintela de Souza, Guilhermino Cunha (IPB) e Noidy Barbosa de Souza

de Souza, Abival Pires da Silveira e Paulo Melo Cintra Damião, e, do lado da IPB, os Revs. Guilhermino Cunha, Wilson de Souza Lopes e o Presb. Custódio Pereira. Como resultado imediato, as igrejas comprometeram-se a uma “troca de experiências” em algumas áreas de trabalho. O ano de 1996 assistiu a troca de experiências eclesiais e a realização de cultos em conjunto no âmbito de vários concílios das denominações envolvidas.

O Brasil Presbiteriano e *O Estandarte* publicaram, em seus respectivos números de janeiro de 1997, matéria conjunta dos presidentes das igrejas (Guilhermino e Mathias), com um rol de experiências realizadas e de outras, “potencialmente”, a serem feitas em conjunto: “1. Intercâmbio de jornais entre os pastores das duas igrejas. 2. Comemoração conjunta do aniversário do Presbiterianismo em nível nacional, regional e local. 3. Comemoração do Dia da Reforma em conjunto. 4. Comemoração da Semana de Lutero, no Rio de Janeiro, com a colaboração das Igrejas Luteranas. 5. Realização do Dia Nacional de Oração e Jejum, a 27/10/1996, em conjunto. 6. Concentração das igrejas do Rio de Janeiro, sob o tema ‘O Brasil tem jeito – Jesus’. 7. Intercâmbio de púlpito entre os pastores das duas igrejas, como sugestão prática espontânea. 8. Reunião de intercâmbio entre as lideranças das duas igrejas, envolvendo as áreas de Educação Teológica, Educação Cristã e Comunicação, a ser planejada para 11/4/1997 em São Paulo, no Instituto Mackenzie. 9. Promoção da consulta sobre ‘Presbiterianismo Brasileiro e o Terceiro Milênio’, no primeiro semestre de 1998, detalhando-se nas próximas reuniões. 10. Incentivo aos convites mútuos para eventos, congressos e reuniões, principalmente entre lideranças” (*Brasil Presbiteriano*, janeiro de 97, p. 9; *O Estandarte*, janeiro de 1997, p. 4).

A aproximação poderia ter obtido resultados mais duradouros, não fosse certo subproduto gerado do meio presbiteriano independente. Em alguns círculos da igreja, enxergou-se essa aproximação como um “namoro” entre a IPI e a IPB, visando a um “casamento” iminente. Na IPB, a aproximação foi tratada com maior cuidado e discrição, de tal maneira a não criar expectativas exageradas no curto prazo (ver o título precavido da matéria de capa do *Brasil Presbiteriano*, janeiro de 97: “IPB e IPI: maior aproximação em 1997”).

O Estandarte foi o grande vetor na propaganda do “namoro”. O diretor do jornal empenhou-se em mostrar que o flerte denominacional estava progredindo, conforme o editorial de maio de 97, à página 2 – “IPIB e IPB, mais um dia de namoro...”. A matéria destacava que o flerte entre as igrejas caminhava rápido para um feliz desfecho. Porém, o “namoro” entre as igrejas foi contestado em artigo do Rev. Antônio de Godoy Sobrinho, em *O Estandarte* de novembro de



Diretoria da IPI do Brasil presidindo reunião da Comissão Executiva, no escritório central da Igreja em São Paulo: Revs. Áureo, Paulo, Mathias e Presbs. Reuel e Lindenberg

1997, à página 13. Disse o Rev. Godoy: “do diálogo para a união vai uma distância muito grande. Estamos observando que dos dois lados há espíritos afoitos e precipitados, para os quais a referida união é apenas questão de tempo. Alguns do lado presbiteriano independente estão como que inebriados romanticamente com um possível namoro, noivado e até casamento entre as duas igrejas, se se levar em conta a linguagem que já estão usando. Do lado presbiteriano toma corpo o refrão: ‘o bom filho à casa paterna retorna’. Mas não se deve desconhecer que esse brocardo é repetido com um certo muxoxo no canto da boca. Precisamos dizer que tanto um lado como o outro não podem haver-se como se a história não existisse, não tivessem trazido marcas profundas que ficaram em cada lado. Não podemos relegar a memória a um patamar de insignificância e de irrelevância. 1903 deixou muitos ressentimentos e os ressentimentos históricos não podem ser desconhecidos por aqueles que querem verdadeiramente superá-los. A superação deles exige uma dose elevadíssima de crítica honrada, segura e discernida. Ainda não se escreveu a história desses ressentimentos, para que ambos os lados se curem dos seus efeitos e assumam com dignidade seus papéis, mesmo porque aos ressentimentos originais acrescentaram-se outros ao longo de nossa história de convivência mútua em projetos que nos foram episodicamente comuns. Toda reconciliação demanda um grau acentuadíssimo e inquestionável de verdade” (p. 13).

O coroamento das relações das duas igrejas no quadriênio deveria ter sido

a “Primeira Consulta Teológica da Família Reformada”, realizada em São Paulo, no Mackenzie, entre os dias 30 e 31/10/1997. O evento contou com grande apoio e mobilização da parte da Aliança das Igrejas Presbiterianas e Reformadas da América Latina (AIPRAL). Teve também a presença do secretário geral da Aliança Mundial das Igrejas Reformadas (AMIR), Rev. Milan Opocensky. As estatísticas mostraram, no entanto, um envolvimento muito maior da IPI com a consulta: 68 participantes, enquanto a IPB teve 36 representantes... (*O Estandarte*, novembro de 97, p. 9). Esses números revelam uma importante diferença de posicionamento frente à questão ecumênica. E essa é apenas uma das diferenças de natureza teológica que a IPI e a IPB vêm mantendo ao longo desses mais de cem anos de existência comum.

O projeto da direção da igreja visando a uma aproximação prioritária com a IPB viu-se grandemente prejudicado pela campanha em prol do “namoro”, que acabou ganhando muitos opositores. A nova diretoria da igreja, eleita em janeiro de 1999, não reeditou o mesmo interesse nas atividades da COPAD, pois temia alimentar uma aproximação que sugerisse tal “namoro” em bases julgadas superficiais. Por outro lado, preocupava-se em não magoar a Igreja Presbiteriana Unida, tradicional parceira da IPI na caminhada ecumênica. Para a nova diretoria, a aproximação com a IPB e a IPU deveria se dar em bases semelhantes, dando-se a mesma atenção a ambas.

No ano final da legislatura liderada por Mathias, desenvolveram-se as tradicionais composições em torno da nova diretoria para o quadriênio 1999-2002. Para alguns, de postura fortemente confessional, a administração Mathias tinha feito demasiadas concessões a movimentos e idéias não identificados com a história e a teologia da IPI. A hesitação da direção da igreja em atender às preocupações de cunho confessional em favor de reivindicações carismático-evangelicais tornara-se objeto de crítica – particularmente dos seminários de São Paulo e Londrina – embora estes últimos não tivessem sinalizado com qualquer tipo de argumentação política até meados de 1998.

Por outro lado, em agosto de 1998, surgiu um movimento que buscava uma chapa de consenso para as eleições de janeiro de 1999. Era mais do que clara a agudização de tendências na igreja e fortalecia-se a possibilidade de enfrentamentos políticos. Liderado pelos Revs. Mathias e Godoy, e contando com o apoio do Rev. Abival, o “grupo do consenso” consistia de lideranças nacionais e regionais da IPI, tendo como objetivo evitar um novo confronto de posições, que poderia ser mais acirrado e desconcertante do que o do Supremo Concílio de 1995. Isso seria evitado, segundo o grupo, pela eleição de um nome de consenso para a presidên-

cia da igreja (que não fosse nem um dos três líderes citados anteriormente), aplicando-se o mesmo critério para os demais membros da diretoria.

Na verdade, os Revs. Mathias, Godoy e Abival vinham sendo sondados para encabeçarem chapas. No entanto, cada um tinha seus motivos para recusar a empreitada. Mathias e Godoy não estavam dispostos a assumirem novos desgastes de natureza pessoal. Abival preferia dar toda a atenção à sua tão sacrificada igreja de São Paulo.

Assim, Mathias e Godoy convidaram um grupo de líderes identificados com suas respectivas idéias, nomes conhecidos na denominação, a fim de comporem uma chapa de consenso para a futura direção da igreja. O grupo de trabalho, presidido pelo Rev. Abival, reuniu-se em São Paulo, na 1ª Igreja, no dia 8 de agosto. Era composto por 15 pessoas (11 pastores e 4 presbíteros): 6 pessoas escolhidas por Godoy, 6 outras representando Mathias, e os 3 líderes já mencionados. O grupo acabou por tirar uma chapa com os seguintes nomes: Presb. Reuel de Matos Oliveira (para a presidência), Rev. Áureo Rodrigues de Oliveira (para a 1ª vice-presidência), Rev. Carlos Fernandes Méier (para a 2ª vice-presidência), Presb. Apolônio Elias Dória (para a 3ª vice-presidência), Rev. Paulo de Melo Cintra Damião (para a 1ª secretaria), Presb. Paulo Pereira Nogueira (para a 2ª secretaria), Rev. Naamã Mendes (para a 3ª secretaria).

Dentre os escolhidos, 4 eram egressos da diretoria de Mathias (Reuel, Áureo, Apolônio, Paulo Damião). Méier (1ª IPI de Curitiba) e Naamã (1ª IPI de Maringá) estavam entre os pastores das grandes igrejas, comprometidos com a “tendência pastoral”. Portanto, reforçavam a orientação do grupo que já liderava a IPI do Brasil. Somente o Presb. Paulo Nogueira, da IPI da Vila Ipê, Campinas, SP, não estava ligado à tendência referida. Poder-se-ia perguntar onde ficara o consenso, já que o Rev. Godoy não foi capaz de fazer-se explicitamente representado nesse grupo ungido na reunião de 8 de agosto...

Em *O Estandarte* de outubro de 1998, à última página, os Revs. Mathias, Godoy e Abival assinaram nota conjunta, intitulada “Uma chapa de consenso”, dando conta à igreja do nascimento dessa candidatura. No mesmo número, o Rev. Mathias, na coluna oficial “Palavra da Diretoria”, assim se pronunciava: “Estamos, também, divulgando o comunicado da formação de uma chapa chamada de consenso para a eleição da próxima Diretoria do Supremo Concílio. De acordo com o princípio democrático, outros irmãos poderão também participar como candidatos. Mas, ao apresentar a chapa, o fazemos no desejo de contribuir para a unidade da igreja” (p. 3). Assim, tal grupo presumia representar as principais tendências da IPI, em uma legítima expressão de consenso.

■ OUTRA OPÇÃO: A CHAPA REV. EDUARDO CARLOS PEREIRA

O lançamento da “chapa de consenso” mexeu com a passividade política dos seminários de Londrina e São Paulo. Dois dos professores de Londrina, os Revs. Silas de Oliveira e Éber Ferreira Silveira Lima, tomaram a iniciativa de conversar com seus pares e com os colegas de São Paulo, a fim de estudar alguma ação comum que se opusesse ao suposto consenso, uma vez que tais professores não viam suas expectativas para a igreja representadas na chapa já lançada. Tiveram antes o cuidado de comunicar ao Rev. Godoy, seu diretor, o rumo que estavam tomando em relação ao processo eleitoral. Tanto os colegas de Londrina quanto os de São Paulo, representados pelo Rev. Leontino Farias dos Santos, seu diretor,

O lançamento da “chapa de consenso” mexeu com a passividade política dos seminários de Londrina e São Paulo.

apoiaram a mobilização e deliberaram se reunir na capital paulista, no dia 11 de setembro, para discutir a situação. O resultado disso foi uma carta subscrita por 16 líderes (dentre eles, 12 professores dos seminários citados), enviada a todos os pastores e conselhos da IPI do Brasil, convidando-os para uma reunião em 26 de setembro, nas dependências do Seminário de São Paulo, na qual, dentre outras coisas, buscar-se-iam “nomes para uma chapa visando a eleição

do Supremo Concílio”. Para a logística da reunião, constituíram-se dois núcleos de coordenação, um em São Paulo e outro em Londrina.

A reunião de 26 de setembro contestou a fórmula e a pretensão de exclusividade da chapa já conhecida. Por eleição, formou-se então uma chapa, que incluiu pessoas que estavam presentes e outras que ali não se encontravam: Rev. Leontino Farias dos Santos, diretor do seminário paulistano e pastor da IPI Bela Vista, em Osasco, SP (para a presidência), Rev. Othoniel Gonçalves, pastor da IPI de Arapongas, PR (para a 1ª vice-presidência), Presb. Roberto da Freiria Estevão, da IPI de Paraguaçu Paulista, SP (para a 2ª vice-presidência), Rev. Edival Ferreira Brandão, da IPI de Boquim, SE (para a 3ª vice-presidência), Rev. Hércio de Oliveira Guimarães, presidente da AIPRAL (para a 1ª secretaria), Rev. Celso Cezar Machado, pastor da IPI de Ouro Fino, MG (para a 2ª secretaria) e Presb. Rui de Araújo Lobo, da IPI Central de Brasília (para a 3ª secretaria).

A chapa denominou-se “Rev. Eduardo Carlos Pereira”, a fim de marcar claramente sua posição de fidelidade aos compromissos históricos da igreja: “fidelidade à palavra de Deus, aos princípios da tradição reformada nela

consubstanciados e à transformação da realidade social à luz do Evangelho de Cristo” (Plano de Gestão da Chapa “Rev. Eduardo Carlos Pereira”, p. 2). Não se buscava consenso, mas uma clara linha de definição teológica e eclesiológica, em oposição ao que foi chamado por alguns de “desagregação institucional” vigente. Na mesma reunião, o Rev. Leontino anunciou que se viesse a ser eleito, o Rev. Éber seria o secretário executivo do Supremo Concílio.

Os seminários, porém, não foram os únicos a se mobilizarem para contrariar a linha do consenso. Uma chapa encabeçada pelo Rev. Jonas Gonçalves (que tinha sido o 3º vice-presidente de 1991-1994) organizou-se. A chapa, que se intitulava “Integração e Crescimento”, tinha o Rev. Gessé Moraes de Araújo (para 1ª vice-presidente), o Rev. Aury Vieira Reinaldet (para a 2ª vice-presidência), o Presb. Adair Sérgio Camargo (para a 3ª vice-presidência), o Presb. João Paulino Mafra (para a 1ª secretaria), o Presb. Sérgio Roberto Cotrim Guará (para a 2ª secretaria) e Presb. Moacir Benvindo de Carvalho (para a 3ª secretaria).

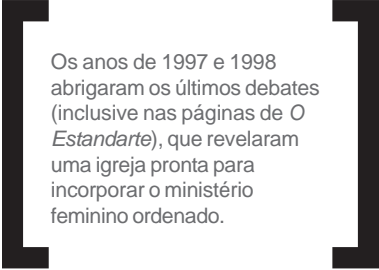
Respalhada na fama de excelente administrador do seu candidato a presidente, a Chapa “Integração e Crescimento” realizou uma peregrinação pelos concílios da igreja em todo o Brasil, fazendo a pregação de suas ênfases: valorização do trabalho em equipe, respeito aos carismas e modernização e agilização administrativa. Não deixou, porém, de acentuar seu compromisso pastoral e a necessidade do respeito às decisões conciliares. Pode-se dizer que a chapa referida colocou-se como opção entre a chapa de consenso (denominada “Unindo Gerações”) e a Chapa “Rev. Eduardo Carlos Pereira”.

Estava claro, então, o cenário eleitoral. A chapa da situação, a “de consenso”, liderada pelo Presb. Reuel, propunha a eficiência administrativa e a renovação dos quadros de liderança. A chapa encabeçada por Leontino, ostensivamente de oposição, ligada aos seminários de São Paulo e Londrina, criticava os rumos que tomara a igreja nos quatro anos anteriores. A chapa de Jonas Gonçalves, também era de oposição, mas procurava se afastar de qualquer identificação com os seminários da igreja. Na verdade, muitos julgavam que ligações com os seminários da igreja afastariam os eleitores, particularmente os presbíteros, que viam liberalismo teológico das “casas de profetas” da IPI do Brasil.

Das três chapas, a que parecia mais frágil, por tudo o que já se disse, era exatamente a de Leontino. Daí as palavras do próprio candidato a presidente, de que seu grupo fazia muito mais um exercício político de oposição – uma espécie de “anti-candidatura” – do que propriamente uma campanha que visasse a vitória na reunião do Supremo Concílio. Era preciso, segundo ele, marcar uma posição, mostrando que ainda havia na IPI quem desejasse uma igreja identificada

confessionalmente. A presidência ficaria, na visão da maioria, entre Reuel e Jonas, aparentemente mais próximos das bases da igreja e do discurso pastoral.

Em meio aos preparativos para a reunião do Supremo Concílio (agendada para Campinas, SP, janeiro de 1999), corria um outro tema não menos importante: a definição referente à ordenação feminina para o presbiterato e o pastorado, no bojo da reforma da Constituição da IPI do Brasil. Tal processo, que já corria pelo menos desde 1978, depurara-se ao longo desses 20 anos e chegara às vésperas da reunião de Campinas decidido. Os anos de 1997 e 1998 abrigaram os últimos debates (inclusive nas páginas de *O Estandarte*), que revelaram uma igreja pronta para incorporar o ministério feminino ordenado. A direção da IPI tinha se mostrado favorável à aprovação da matéria e as resistências minguavam. A votação nos



Os anos de 1997 e 1998 abrigaram os últimos debates (inclusive nas páginas de *O Estandarte*), que revelaram uma igreja pronta para incorporar o ministério feminino ordenado.

presbitérios tinha sido consagradora, cabendo ao Concílio Maior apenas a homologação. Era o fim de uma caminhada longa, iniciada nos tempos da abertura política no Brasil e na Igreja, em fins da década de 70, e liderada pela geração dos pastores formados no Seminário de São Paulo nos anos 60 e 70. O fruto seria colhido em Campinas, após muita luta do segmento leigo, representado por mulheres como Mirian

Monteiro Puccio, e de jovens bacharelas e estudantes de Teologia, como Shirley Maria dos Santos Proença.

Outro aspecto destacável era a proximidade do centenário da IPI do Brasil, que seria celebrado em 2003, e que teria toda a responsabilidade de planejamento e parte da execução aos encargos da diretoria a ser eleita em Campinas.

Em 28/1/1999, reuniu-se o Supremo Concílio no templo da 1ª IPI de Campinas. Extraordinariamente, para homologar a nova Constituição, o que foi feito ainda sob a batuta do Rev. Mathias Quintela de Souza. Tal aprovação provocou a imediata mudança de nome do Concílio Maior, que passou a ser chamado de Assembléia Geral. No dia 29 de janeiro, iniciou-se a reunião ordinária, com o registro da “presença de 191 delegados oficiais, representando 50 presbitérios, sendo 100 ministros e 91 presbíteros”. Prossegue assim a descrição do processo eleitoral, na ata da reunião: “Eleição da Diretoria: o presidente fez os esclarecimentos sobre o processo de votação e passou a palavra para as chapas que, mediante sorteio, discursaram ao plenário na seguinte ordem: Chapa Unindo Gera-

ções, Chapa Eduardo Carlos Pereira, Chapa Integração e Crescimento. Em seguida, foi feita uma oração pelo Rev. Messias, tendo o plenário se colocado de joelhos. Passou-se à eleição, que foi realizada em três escrutínios, sem que nenhuma das chapas alcançasse a maioria. Conforme prescrição do Código Eleitoral, o escrutínio seguinte foi realizado entre as duas chapas: Eduardo Carlos Pereira e Unindo Gerações, saindo vencedora a chapa Eduardo Carlos Pereira, com 103 votos”.

Na verdade, a chapa liderada pelo Rev. Leontino liderou todos os escrutínios, antes de definitivamente impor-se no quarto e último. Um resultado surpreendeu a todos, mas pode ser atribuído, dentre outras razões: a) ao discurso feito pelo Rev. Leontino quando lhe foi facultada a palavra diante do Concílio Maior, para a defesa de sua plataforma; b) em contraposição, seus adversários não foram tão felizes em seus pronunciamentos, mostrando-se excessivamente técnicos e burocráticos; c) as campanhas das chapas “Unindo Gerações” e “Integração e Crescimento” foram tidas como caras, ao passo que a da Chapa “Rev. Eduardo Carlos Pereira” foi tomada como modesta; d) a constatação de que a IPI ainda não estava totalmente convencida pelo discurso carismático-evangelical; e) o desencanto dos delegados em relação à pregação do “consenso” (Reuel) e da eficiência administrativa (Jonas); f) a ressonância da chamada “síncope liberal” na IPI, particularmente entre os pastores formados nos seminários (era o que tinha empurrado a ordenação feminina; foi o que determinou a eleição da “chapa dos seminários”; ou seja uma consciência crítica que repele os extremos teológicos, dos quais o movimento carismático e o pensamento evangelical são legítimos representantes).

Leontino foi empossado no seu novo cargo juntamente com sua diretoria. Estavam de volta os seminários da IPI, na qualidade de importantíssimos vetores de influência e decisão na Igreja. Lá estava o novo presidente, um diretor de seminário, tido como liberal em termos teológicos, um conhecido crítico de todo tipo



Rev. Leontino Farias dos Santos e suas esposa, Verônica, entrevistados pelo Presb. Hélio Sabino Rulli, de O ESTANDARTE, logo após a vitória da Chapa 'Rev. Eduardo Carlos Pereira' para a direção da Assembléia Geral, Capinas, 1999

de conservadorismo na igreja, encarnando a ambígua situação de defensor das tradições e da vocação histórica da IPI do Brasil.

Retomemos os nexos históricos: o Brasil de 1999 começou sob o signo do consenso de FHC, que uniu as posições de centro-esquerda, de centro, de direita e outras mais pragmáticas, para derrotar Luiz Inácio Lula da Silva sem precisar de segundo turno. A IPI do Brasil, embora inserida nesse universo, iniciava a nova legislatura na contramão do discurso do consenso. Embora forte, o discurso do consenso não foi suficientemente eficaz para derrotar o *ethos* presbiteriano independente histórico, qual seja: em meio às posições conservadoras, há sempre espaço para um soluço de liberalismo legítimo.



Parte da diretoria da Assembléia Geral em reunião do concílio maior da IPI do Brasil: Revs. Éber Ferreira Silveira Lima (secretário executivo), Leontino Farias dos Santos (presidente) e Presb. Roberto da Freiria Estêvão (segundo vice-presidente)

CONCLUSÃO

Avanços e recuos fazem parte da história de qualquer instituição. Assim é também a caminhada da igreja e não deveríamos nos escandalizar com nossa própria história, que tantas vezes foi marcada por fracassos, intolerância, vaidades e omissões. Por outro lado, a consideração do que é avanço ou recuo depende de quem interpreta a caminhada.

A IPI do Brasil transitou, de 1986 – 1999, por diferentes tendências teológicas (conservadorismo, liberalismo, carismatismo), sofrendo a incidência dos desdobramentos históricos pelos quais passava o país. A política eclesiástica refletiu tais tensões brasileiras e mundiais. Esses quase 15 anos coincidiram com o período no qual o Brasil reencontrou a democracia, mas no qual também conviveu com as crises econômicas das chamadas “décadas perdidas”. É natural que tenham sido, na nossa história denominacional, anos de grandes crises, mas de não menos grandes e transformadoras experiências.

O Rev. Éber é pastor da IPI Ebenezer, Parque Bristol, em São Paulo, e professor na Faculdade Teológica de São Paulo da IPI do Brasil

Caderno de **70** O Estandarte

Publicação Especial sobre a história da IPI do Brasil - Agosto de 2007



MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÃO

Presb^a. Eleni Mender Rangel (diretora)
Rev. Gerson Correia de Lacerda (*O Estandarte*)
Sheila de Amorim Souza (*Alvorada*)
Reuel Matos de Oliveira (*Portal da IPI do Brasil*)
Presb. Jeferson Barbosa Borges (*Pendão Real*)

Jornalista responsável:

Sheila de Amorim Souza
Reg. MT 31751.

Redação:

Rua Amaral Gurgel, 452 - Sobreloja
CEP 01221-000 - São Paulo-SP
Fone/fax: (011)3258-1422 / 3258-7967
E-mail: estandarte@ipib.org
Expediente: 2^a a 6^a, das 9 às 18 hs.

Editora Pendão Real

Cléber C. Coelho
(Administrativo)

Albério José Siqueira
(Atendimento e Cadastro)

Exemplar avulso: R\$ 5,00

Depósito no Bradesco

Agência 095-7 C/C 151.212-9

Revisão:

Eduardo Galasso Faria
Gerson Correia de Lacerda

Coordenação da edição :

Eduardo Galasso Faria

Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica: Sheila de Amorim Souza

Fotos da capa:

Escola Dominical em Manaus em 1960

Fotos e ilustrações:

Arquivos do jornal O Estandarte e arquivo pessoal.

Tiragem: 7.000 exemplares.

Impressão: Gráfica Potyguara
(11) 6969-4077

Artigos assinados não representam necessariamente a opinião da IPI do Brasil, nem da própria direção do jornal. Matérias enviadas sem solicitação da Redação só serão publicadas a critério da diretoria. Os originais não são devolvidos.

